

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**AS ESTRATÉGIAS DA CUT E A IDEOLOGIA NEOLIBERAL**

Tese de Doutorado  
Thiago Chagas Silva Santos  
Orientador: Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara

**MAIO DE 2013**

**THIAGO CHAGAS SILVA SANTOS**

**AS ESTRATÉGIAS DA CUT E A IDEOLOGIA NEOLIBERAL**

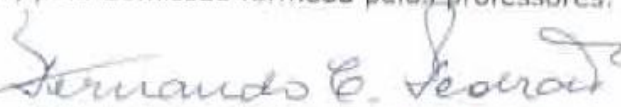
Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

**MAIO DE 2013**

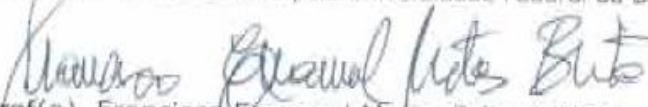
**THIAGO CHAGAS SILVA SANTOS**

**AS ESTRATÉGIAS DA CUT E A IDEOLOGIA  
NEOLIBERAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, com área de concentração em Ciências Sociais, e, aprovada em 10 de maio de 2013, pela Comissão formada pelos professores:



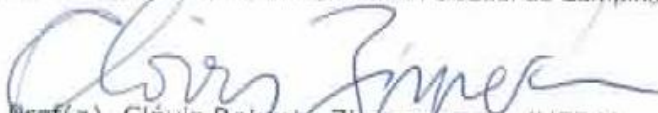
Prof(a). Fernando Cardoso Pedrão (UFBA)  
Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia



Prof(a). Francisco Emanuel Matos Brito (UNEB)  
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia



Prof(a). Nelson de Oliveira Santos (UFBA)  
Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas



Prof(a). Clóvis Roberto Zimmermann (UFBA)  
Doutor em Sociologia pela Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg



Prof(a). Antônio da Silva Câmara (UFBA)  
Doutor em Sociologia pela Université Paris Diderot - Paris 7

## AGRADECIMENTOS

Tendo em vista o longo caminho para chegar ao resultado final, a ajuda dos professores e funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas foi fundamental.

Na Secretaria da Pós-graduação, a solicitude e disposição em ajudar de Dora jamais serão esquecidas.

Na Biblioteca, sempre aberta para consulta de livros mesmo não catalogados, a gentileza e a compreensão de Ana, Dilzana e Hozana não faltaram em nenhum momento.

Ao Prof. Câmara, agradeço pela liberdade com que conduziu a orientação, no máximo questionando alguns caminhos adotados, mas sem impor qualquer sentido. As discussões em torno do campo do conhecimento em que se situava o trabalho (mais para a Economia do que para a Sociologia) foram fecundas e ajudaram a buscar um caminho de articulação entre estas duas ciências.

Ao Sr. Rodrigo Linhares, do DIEESE, que forneceu dados fundamentais sobre as greves dos trabalhadores nos últimos trinta anos, em tempo hábil para serem utilizados no estudo e fortalecer significativamente o argumento, um sincero obrigado.

Ao Prof. Nelson, mais uma vez presente de forma marcante em minha trajetória acadêmica, tendo uma influência significativa não só na escolha do objeto e nos caminhos adotados, mas na forma de conduzir a vida dentro e fora da academia. Sua contribuição persistiu até o final, com uma participação na defesa da Tese que não só demonstrou o tamanho do respeito por mim, mas pela academia, tecendo críticas profundas, que só podem vir de uma leitura efetiva e cuidadosa do trabalho, cada vez mais ausente das bancas de teses.

Ao amigo Rubens, com quem dividi todas as angústias e dificuldades da trajetória, e de quem obtive um apoio incondicional. Obrigado companheiro, a nossa caminhada está apenas começando.

## RESUMO

O estudo busca elucidar as ações das organizações da classe trabalhadora no contexto da reforma do Estado. O período recente, de difusão das reformas neoliberais no Brasil, afetou significativamente a correlação de forças entre trabalhadores e empresários. A busca pelas determinações das ações da CUT nesse contexto foi o caminho para análise das recentes alterações no Estado brasileiro e nas posições da classe trabalhadora. Após a eleição do governo petista, em 2002, modificam-se os padrões de relacionamento entre o Estado e as representações dos trabalhadores. A gestação de uma nova hegemonia se dá sob novas bases. A aproximação da cúpula da CUT aos órgãos estatais e os novos direcionamentos dados às estratégias de luta, em flagrante contraste com posições históricas, pautaram as ações no período recente. Procuramos, nesse sentido, lançar novos questionamentos ao problema da adesão/cooptação dos trabalhadores pelas classes dominantes.

1. CUT. 2. Estado. 3. Neoliberalismo. 4. Sociologia Política.

## **ABSTRACT**

This study tries to elucidate the working class actions under the state reform context. The recent period, marked by the diffusion of neoliberal reforms in Brazil, significantly impacted the correlations of forces between employees and employers. The comprehension of the choices that had influenced CUT's actions built our path to analyze the recent modifications in the Brazilian State and the positions of the working class. Since 2002, after the election of PT, the pattern of relationship between state and workers' organizations has changed. A new hegemony has been developed under new bases. The CUT's leaders progressive approximation with the state's departments and the new strategic directions taken, in opposition to historical working class' behavior, has marked recent actions. In this way, we tried to bring up new questions about adhesion/co-optation of the employees by the dominant classes.

1. CUT. 2. State. 3. Neoliberalism. 4. Political Sociology.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

**ANL** Aliança Nacional Libertadora

**BNDE** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

**CUT** Central Única dos Trabalhadores

**CGT** Confederação Geral dos Trabalhadores

**CONCLAT** Confederação das Classes Trabalhadoras

**CLT** Consolidação das Leis do Trabalho

**CTB** Central dos Trabalhadores do Brasil

**DPS** Divisão de Política e Social

**FMI** Fundo Monetário Internacional

**GATT** Acordo Geral de Tarifas e Comércio

**IPES** Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

**IBAD** Instituto Brasileiro de Ação Democrática

**MUT** Movimento de Unificação dos Trabalhadores

**MST** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

**NAFTA** Tratado Norte-americano de Livre Comércio

**OCDE** Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

**PCB** Partido Comunista Brasileiro

**PC do B** Partido Comunista do Brasil

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2. AS INTERFACES ENTRE ESTADO E ORGANIZAÇÕES.....</b>	<b>13</b>
2.1 O Estado e as organizações de classe.....	13
2.2 O Estado moderno no contexto democrático e imperialista.....	19
2.3 A estruturação do <i>welfare state</i> .....	23
2.4 A crise dos anos 1970 e a ascensão neoliberal.....	31
2.5 A acumulação de capital e o Estado.....	36
2.7 A classe trabalhadora e a crise econômica.....	44
<b>3. FORMAÇÃO DO ESTADO E MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL.....</b>	<b>48</b>
3.1 A ação do Estado no processo de acumulação dos anos 1930.....	48
3.2 A classe trabalhadora e a estrutura sindical.....	51
3.3 Democracia e lutas trabalhistas após a Segunda Guerra.....	54
3.4 Instabilidade política no período desenvolvimentista.....	57
3.5 Regime militar e repressão do movimento sindical.....	65
<b>4. O DEBATE POLÍTICO NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA.....</b>	<b>70</b>
4.1 A crise do Estado segundo os liberais.....	70
4.2 A crise do Estado como crise do capital.....	77
<b>5. A CUT E SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO.....</b>	<b>83</b>
5.1 O movimento sindical, a CUT e o PT.....	83
5.2 As ambiguidades da CUT a respeito do Estado.....	92
5.3 A CUT e a reforma neoliberal.....	98
5.4 O governo petista e suas orientações.....	112
5.5 A CUT e o governo petista.....	119
<b>Considerações finais.....</b>	<b>135</b>
<b>Referências.....</b>	<b>144</b>
<b>Anexo.....</b>	<b>150</b>



## **1 APRESENTAÇÃO**

A crise econômica dos países centrais, a partir dos anos 1970, impõe uma série de constrangimentos ao modo de regulação da relação entre o Estado e as organizações representativas da sociedade. A partir de então, a crítica ao Estado de Bem-estar, visto como causa das dificuldades enfrentadas pelos respectivos contextos sociais, municia as forças que defendem alterações no aparelho de Estado, nas empresas privadas e nos arcabouços jurídico-normativos das sociedades.

A força ideológica do neoliberalismo encontra espaço para emergir, e torna-se referência para as reformas que serão efetuadas. Segundo essa ideologia, o processo de transnacionalização do capital cria dificuldades para manutenção das fronteiras nacionais e para a existência do próprio Estado-nação, cabendo, aos respectivos espaços nacionais, reverem sua forma de integração ao contexto da globalização e abrir suas economias de forma a integrar-se nessa nova conjuntura, portadora de mudanças duradouras.

Para as economias periféricas, tal contexto implicou numa série de restrições ao padrão de financiamento e na desestruturação das contas públicas, levando ao que se convencionou chamar de “crise fiscal”. O padrão de intervenção estatal observado em tais nações, mais especificamente o Brasil, alicerçado em significativos aportes de recursos na economia e na estruturação das políticas sociais, antes de sofrer críticas, encontrará limites para sua reprodução, em função da reversão dos fluxos de capitais provenientes das economias centrais (em flagrante escassez da liquidez).

Ao lado disso, a mudança dos padrões sociopolíticos em decorrência dos constrangimentos ocasionados pela falência do ciclo de expansão mundial ocasiona não só a abertura política, resultando em mudanças na relação do Estado com a sociedade, mas, também, na revisão do padrão de gestão econômica, onde o Estado tinha um papel

significativo. O processo de redemocratização da sociedade brasileira abre espaço para uma maior participação das classes subalternas no contexto da transição, apontando para novas formas de relacionamento destas com o Estado e o capital.

Contudo, a trajetória política das classes trabalhadoras, sob forte repressão política e precárias condições de vida, repercutiria sobre a gestão de formulações e direcionamentos hegemônicos. Divisões resultantes das suas diversas frações e tendências políticas, intensificadas durante o período ditatorial recente (1964-1985), contribuiriam mais para uma perda de forças do que para uma integração ativa ao processo de democratização, deixando pouco espaço para as tendências mais críticas aos rumos tomados.

Assim, democracia, para as classes obreiras, se torna, aos poucos, sinônimo de participação, não importando muito os caminhos e sentidos a que tal concepção pudesse levar. A postura de confrontação que se observa, ainda durante o período ditatorial, principalmente por parte do operariado fabril das estatais e das multinacionais privadas, cede diante dos apelos democráticos e do discurso que prega um pacto entre as classes como mecanismo mais eficiente para uma integração competitiva ao novo contexto internacional (condição para retomada do crescimento econômico e para a harmonia social).

O presente estudo propõe-se a investigar o processo de difusão das reformas neoliberais no Brasil e as ações de confrontação/adesão observadas no seio da classe trabalhadora, mais especificamente, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Amparada em teorias explicativas, a pesquisa enfatiza as determinações do processo de reforma do Estado e o papel da luta sindical nesse contexto (número de greves, determinações congressuais, participação política e alianças).

Inicialmente explicitamos o arcabouço conceitual utilizado e as concepções de Estado e de sociedade civil, basilares para compreender o problema sugerido. Feita esta breve introdução teórica, buscamos fundamentar o processo de constituição do Estado nacional e a posterior adoção de políticas públicas de bem-estar social.

Junto à desestruturação do Estado de bem-estar social, reconstituímos a emergência, nos anos 1970, do neoliberalismo no contexto da crise econômica mundial. O impacto que a crise e o neoliberalismo terão sobre as economias periféricas é o elo de ligação deste capítulo introdutório com o centro da problemática abordada.

No capítulo 2, realizamos um estudo do processo de formação do Estado, no Brasil, após os anos 1930, e de estruturação da regulação do trabalho e dos sindicatos, servindo como pano de fundo para fundamentar historicamente as ações da classe trabalhadora e as tendências dominantes. O forte aparato estatal construído, durante o interregno de 1940-1980, permite ao Estado uma participação intensa no processo de acumulação de capital e no controle político e ideológico da classe trabalhadora. Na alternância entre democracia e regimes autoritários, o processo de constituição da consciência de classe, mediante sua atuação política, dá-se dentro de uma estrutura sindical corporativa, com restrições à liberdade de ação e de pensar da classe trabalhadora. O fim desse padrão de sociabilidade se articula tanto à crise dos anos 1970 como à emergência do neoliberalismo (discurso ideológico que irá fundamentar as reformas sociais observadas no Brasil).

No capítulo 3, a análise do período de redemocratização compreende uma revisão teórica de duas vertentes. Aquela mais próxima da noção de democracia como abertura do Estado e viabilização da participação da sociedade civil; e outra, que sugere a democracia como saída para a falência da ditadura e como direção na construção do processo de amoldamento das massas às novas exigências da reprodução do capital num contexto internacional globalizado.

No capítulo 4, nos debruçamos sobre o processo de constituição da CUT, as tendências observadas no contexto de sua formação, as relações e as visões que àquela altura essa organização tinha do Estado. Através dessa reconstituição histórica, buscamos elucidar as determinações das objeções e adesões da CUT ao modelo de democracia que se constrói, a partir dos anos 1980. As divisões observadas nas frentes trabalhistas, a nosso ver, são decorrentes de divergências no movimento operário e das diferentes formas de negociação que o capital e o Estado estabelecem com a classe trabalhadora (variando de acordo com o local ocupado na divisão do trabalho). Verificamos, por conseguinte, as

mudanças observadas nas suas orientações no período neoliberal, mais especificamente nos anos 1990, em decorrência do processo de reestruturação produtiva do Estado e do capital. Ambas as reestruturações, embora em espaços diferentes (capital e Estado), terão forte impacto sobre as ações e concepções políticas da CUT.

A tese se conclui com a análise da eleição do governo petista, em 2002. Sendo um partido que teve grande influência sobre as lutas políticas e sociais da CUT e vice-versa, interessa-nos saber os novos padrões de relacionamento entre o Estado e as representações dos trabalhadores, nomeadamente a CUT, nesse contexto. As expectativas eram de mudança da legislação trabalhista e sindical, de menor intervenção estatal e, no mesmo diapasão, de uma maior participação crítica da CUT, de ações mais enérgicas por melhores condições de trabalho. Contudo, observou-se uma aproximação da cúpula da CUT aos órgãos estatais e novos direcionamentos para as estratégias de luta, em flagrante contraste com posições históricas. As teses sobre essas novas relações da CUT com o Estado se dividem entre aquelas que colocam como cooptação, pelo Estado, das lideranças trabalhistas, mediante a oferta de cargos e participações em conselhos e, numa outra vertente, teses que vêm nessa adesão ao governo, com pouco espaço para críticas, uma ação deliberada e congruente com as tendências dominantes no seio da CUT e do próprio PT.

## **2 AS INTERFACES ENTRE ESTADO E ORGANIZAÇÕES**

### **2.1 O Estado e as organizações de classe**

As revoluções burguesas e a conseqüente instauração da sociedade civil moderna, colocaram em outro patamar a relação entre o Estado e as organizações representativas das classes. No período de transição para o Estado democrático de direito, há uma indefinição entre a reprodução dos interesses das novas classes burguesas e os privilégios da antiga nobreza fundiária. Os papéis que o Estado passa a desempenhar, tanto na criação das condições gerais de produção do capitalismo, como na fundação de empresas não articuladas ao esquema corporativista, configuram o reforço da administração governamental e o deslocamento da religião como eixo fundamental da reprodução social. A ordem passa a ser, no plano discursivo, o critério determinante e o eixo norteador de toda a política estatal. A influência das teses mercantilistas, coloca, pioneiramente, a ideia de reforço da intervenção do Estado e da sua administração como meio de enriquecimento da nação.

O alvorecer das políticas mercantilistas prenuncia a necessidade que se tem de reposicionamento dos países diante da distribuição da riqueza global. A necessidade de matérias-primas e metais (ouro e prata) passa a fazer parte da sustentação econômica do Estado absolutista emergente. O mercantilismo e a vulgarização da acumulação de metais como meio de aumento da riqueza irão expressar a recém-comunhão entre príncipes e burgueses, acomodando a nobreza nos seus quadros burocráticos. O desenvolvimento econômico torna-se um dos pressupostos básicos do ordenamento social, importando pouco ao príncipe averiguar seu direcionamento.

O aparato legislativo passa a modelar a nova coletividade em gestação. O direito público, aos poucos, coloniza o espaço antes ocupado pelo direito privado. Contudo, o fortalecimento do poder dos príncipes não apontava para uma ruptura com os

mecanismos pelos quais o poder privado afirmava-se como poder público, para uma vinculação constitucional ou para o fim do personalismo do soberano.

No âmbito das trocas, abre-se espaço para que os novos condicionamentos mercantis afirmem-se sobre a dinâmica social. A velocidade da circulação de moedas viabiliza a colonização das relações sociais pelas relações mercantis, acelerando o processo de obsolescência de tradições organizativas comunitárias ou corporativas.

A nobreza cede espaço para não perder por completo sua capacidade de influência. A burguesia, mais próxima da nobreza em decadência do que de camponeses pobres e ávidos por liberdade e terra, não vacila e alia-se à primeira. Essa aliança de classes, junto à centralização do poder e sua nova racionalidade, representam os primeiros esforços para constituição de um Estado moderno.

No interregno entre a constituição das monarquias absolutas e os padrões modernos de Estado, é observado um período de acomodação de interesses. A descentralização do poder, ao abrir espaço para a burguesia, implica a possibilidade de centralização de capitais, permitindo a eliminação dos entraves ao desenvolvimento das forças produtivas. Passado o período de maior convulsão social, a centralização política decorrente da iminência do caos começa a demandar uma racionalização do poder.

Ao arcabouço institucional de um Estado centralizado agrega-se a ideia de um poder político e de uma administração alicerçados na razão. São realizados os primeiros esforços de constituição de um exército profissional, de instituição de uma cobrança sistemática de impostos e de formatação de estruturas administrativas perenes.

Ao mesmo tempo, o processo de internacionalização das trocas comerciais exige, cada vez mais, dos Estados nacionais, um papel ativo na condução das suas economias e na criação de condições para reprodução do próprio capital, base de sua manutenção enquanto institucionalidade. O Estado passa a fundamentar-se no apoio à produção de mercadorias e, ao mesmo tempo, vai direcionando as suas feições para facilitação do desenvolvimento dessa produção. A ação administrativa passa a interferir em espaços,

antes preservados, indo além de uma busca pela paz e pela vigência de suas bases legais.

Aos poucos, o Estado incorpora uma série de prerrogativas antes descentralizadas. Desde a regulação do comércio e da produção, passando pela coordenação dos costumes (educação, produção cultural, associações de cunho partidário, religião), até a censura à imprensa, a esfera de atuação estatal irá abarcar todos os âmbitos da vida societal.

As novas tarefas assumidas pelo Estado expressam a incorporação de duas concepções que estavam em estreita articulação com as novas demandas provenientes das relações sociais emergentes. De um lado, a necessidade de garantir condições mínimas para reprodução social dos cidadãos e do Estado, e, de outro lado, uma política governamental que cada vez mais faz uso da política econômica para atingir o progresso econômico, eixo norteador do ordenamento social.

As revoluções políticas dos séculos XVIII e XIX, contudo, estreitam os limites da intervenção estatal, permitindo maior capacidade de gestão à burguesia urbana, manufatureira e fabril e aos proprietários rurais. Outros setores sociais vinculados às antigas corporações, que não possuem as mesmas potencialidades de inserção dinâmica, rearticulam-se via redistribuição tributária ou através do acesso a subsídio, como no caso das camadas mais pobres.

A posse e o uso da propriedade privada tornam-se mecanismos definidores dos limites da ação estatal. Mediante a apropriação final dos resultados da atividade econômica, os proprietários dos meios de produção limitam o raio de ação do Estado. Ao Estado compete apoiar a realização de mercadorias e impor, policialmente, restrições à possível ruptura que poderia resultar da luta de classes no seio da sociedade civil. Tal luta de classes é determinante para o desenvolvimento das relações sociais, pois a sociedade civil é o espaço privilegiado da história e do qual devemos partir para compreender a dinâmica relação entre interesses de classes e suas determinações para sobre os direcionamentos sociais. Segundo a concepção marxiana, no modo de produção capitalista a sociedade civil abarca o conjunto do intercâmbio material (vida comercial e industrial) dos indivíduos no interior de um estágio determinado de forças

produtivas, e, dessa forma, ultrapassa o Estado e a nação, apesar de, por outro lado, ter de se afirmar ante o exterior como nacionalidade e se articular no interior como Estado. O termo sociedade civil surge no século XVIII, quando as relações de propriedade já haviam se libertado da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil, como tal, desenvolve-se somente com a burguesia.

Até chegar à propriedade privada pura, o capital teve que se desvencilhar de todos os constrangimentos da comunidade e de toda a influência do Estado. Agir livremente embora sob a salvaguarda do Estado democrático de direito se torna a trama central entre os interesses individuais da burguesia e o interesse “geral”.

A classe dominante, por meio do poder político, reforça as condições de dominação do âmbito econômico, controlando e explorando o trabalhador assalariado. O desenvolvimento das funções assumidas pelo Estado estaria, então, articulado ao acirramento da luta de classes. Para Marx,

O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral (Marx, 1977, p. 25).

Forma de organização que os burgueses se dão para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses, o Estado é também a forma na qual “os indivíduos de uma classe dominante fazem seus interesses comuns a expressão da síntese da sociedade civil inteira de uma época; segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política” (Marx; Engels, 2007, p. 75-76). A república democrática, assentada sob a ideologia da liberdade, igualdade e fraternidade, no século XIX, mesmo com todas as suas limitações, representava avanços em relação à forma política prevalecente no modo de produção feudal. Sua emergência altera a relação entre capitalistas e o Estado. A corrupção direta dos funcionários e a aliança entre Bolsa de Valores e governo configuram-se como mecanismos pelos quais a burguesia influencia as decisões do Estado. O crescimento da dívida pública estatal e o domínio da sociedade por ações demarcam a hegemonia do capital sobre o resto da



sociedade. Longe de representar um quadro de estabilidade política, as contradições de classes assumem outro patamar.

A classe operária, produto e condição fundamental do processo de desenvolvimento do capital, encontra um novo cenário político, no qual o sufrágio universal, o partido político e a autoconsciência desenvolvida abrem a possibilidade de questionamento da nova ordem social capitalista.

O processo de expansão imperialista das duas grandes nações europeias, Inglaterra e França, toma nova conotação com o avançar da acumulação ampliada de capital. A busca pela exportação não só de mercadorias, mas de capitais e a reorganização da geopolítica internacional irão influenciar as novas configurações estatais. É nesse contexto que a experiência francesa de 1848 a 1851, serve de estudo para as teorizações de Marx sobre as articulações entre a sociedade civil e o Estado. O crescimento do aparato estatal e a ampliação do seu raio de ação tornam-se condição para repressão da luta de classes e decretam o esvaziamento do poder político da sociedade civil. Na França, o Estado mantém um enorme aparato institucional, assumindo funções fundamentais ao processo de reprodução social.

Através de extenso corpo burocrático, o Estado mantém uma imensa massa de indivíduos diretamente dependentes, além de controlar e regular a sociedade civil (manifestações de vida, formas de comportamento e aspectos da vida privada). Nessas condições,

através da mais extraordinária centralização, esse corpo de parasitas adquire uma ubiqüidade, uma onisciência, uma capacidade de acelerada mobilidade e elasticidade. (...) É precisamente com a manutenção dessa dispendiosa máquina estatal em suas numerosas ramificações que os interesses materiais da burguesia francesa estão entrelaçados da maneira mais íntima (Marx, 1977, p.59).

Nessa máquina, encontra postos para sua população excedente e compensa sob forma de lucro, rendas e honorários. Seus interesses políticos forçam-na a aumentar, diariamente, as medidas de repressão e, portanto, os recursos e o pessoal do poder estatal, enquanto tem, ao mesmo tempo, que se empenhar em uma guerra ininterrupta contra a opinião pública e habilmente paralisar os órgãos independentes do movimento social.

Privilégios senhoriais são substituídos por atributos de poder do Estado. Dignitários feudais são convertidos em funcionários pagos e o mosaico de poderes absolutos é substituído pelo poder estatal regular, centralizado, com tarefas, racionalmente, divididas.

Os poderes independentes (locais, territoriais, urbanos e provinciais) são extirpados em nome da unificação civil da nação. A centralização de atributos e âmbitos de atuação do poder estatal intensifica-se para fazer face aos interesses de expansão do processo de acumulação de capital comandado pela burguesia. Os interesses da burguesia, agora alçados à condição de comum a toda sociedade, são transfigurados em objeto da atividade do governo. As disputas pelo poder, agora, passam pelo domínio da estrutura do Estado.

Padrões de sociabilidade e de regulação social com características renovadas inspiram as novas relações de poder sob as quais irão se solidificar as bases constitutivas desse novo perfil estatal. A própria relação do homem com seus semelhantes, com a natureza e com Deus, passa a se dar em bases radicalmente novas. No âmbito ideológico, a reforma protestante<sup>1</sup> será um dos eixos contestatórios da concepção de mundo e das relações sociais, até então vigentes.

Uma das consequências do desmantelamento do modo de produção feudal foi a reconfiguração das instâncias públicas e privadas do poder. Aquela hibridização em que se assentava o feudalismo já não era mais viável. Ainda que formalmente, aos poucos, as instâncias públicas são separadas das instâncias privadas e as relações que antes se davam sob bases familiares, agora são pautadas por eixos sociais mais amplos.

---

<sup>1</sup> Para Marx, o cristianismo, com seu culto do homem abstrato, é a forma de religião mais adequada para essa sociedade (capitalista), notadamente em seu desenvolvimento burguês (o protestantismo). O “protestantismo, transformando os dias tradicionais de festas em dias de trabalho, desempenhou importante papel na gênese do capital.” (Marx, 2002, p. 318).

## **2.2 O Estado moderno no contexto democrático e imperialista**

A burguesia industrial, com a indústria moderna e o mercado mundial, conquistaria, também, através do Estado representativo, a exclusividade da autoridade política. O poder executivo do Estado torna-se um espaço de defesa dos interesses da burguesia, revelando a imbricada relação entre interesses estatais e burgueses. Após seu esforço revolucionário na política, contra os empecilhos que a subjugava aos interesses estatais, a burguesia busca minar as bases de sua ligação com o Estado, estabelecendo certo isolamento entre as “partes”. A própria noção de sociedade civil passa a estar estreitamente ligada à noção de sociedade burguesa emancipada. Ao homem é conferida a condição de membro da sociedade, como cidadão, mas também de indivíduo egoísta e independente. De um lado, um novo poder político representado na concentração de poderes, antes dispersos, como única instância política representativa; de outro lado, o indivíduo como núcleo dos interesses particulares e único responsável pela sua reprodução material. A sociedade civil transforma-se numa via constitutiva de relações socioeconômicas que estão na origem dos diferenciados padrões de intervenção política.

As alterações, nas formas de organização da produção e a perda de importância de economias pautadas no uso, significam a mudança da forma comunitária mercantil para uma outra, plenamente mercantil. O valor, ao ser colocado no centro da nova sociabilidade, torna irreversível a separação entre o político e o econômico. Sem perder de vista as articulações necessárias, para fins reprodutivos, entre sociedade civil e Estado, na sociedade moderna, estabelece-se uma nova unidade, agora com caráter distinto, com o Estado assumindo uma função central na dinâmica social, em especial, após o fim das formas de sociabilidade política no âmbito da velha sociedade civil. O homem egoísta e racional, é alçado à condição de pro(motor) do processo histórico.

Os seguidos desequilíbrios sociais (crises econômicas e os ciclos recessivos provocadores de desemprego e marginalização) e o acirramento da luta de classes, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, tornam necessárias as ações estatais, reordenando e corrigindo as distorções sociais.

As teses hostis às intervenções do Estado fenecem diante dos novos acontecimentos, abrindo espaço para uma ação estatal empresarial, com papel ativo no processo sócio-produtivo. A economia política, o ideal progressista e os avanços nas ciências físicas e naturais rompem os últimos alicerces do ancien regime.

Os economistas que tinham visto um longo período de crescimento entre os anos de 1750 e 1850, as revoltas por toda a Europa, no último quartel do século XIX, colocam em cheque as certezas sobre o caráter duradouro e pacífico do processo desenvolvimento em curso. As emigrações em massa de países como Itália, Espanha, Áustria-Hungria, Rússia e Balcãs, demonstram os impactos econômicos e sociais desta crise. A formação de grandes grupos econômicos e a integração do controle financeiro da produção feita pelos grandes bancos internacionais tornavam os arranjos globais nem sempre viáveis.

As crises<sup>2</sup> parecem romper com dois dogmas difundidos pelas diversas matizes de pensamento social. Nem o capitalismo garantiria um curso tranquilo de plena expansão, nem suas crises, econômicas e políticas, representariam o alvorecer de uma nova sociedade.

O desenvolvimento da crise de 1873 traz a peculiaridade de ter uma dimensão econômica mundial. Ela teria iniciado com o “craque da Bolsa de Viena” e ao atingir a economia inglesa, ganhou escala mundial. Entre suas conseqüências mais imediatas estavam falências bancárias na Áustria, nos Estados Unidos e na Alemanha, baixa de preços de atacado em diversos países (Grã-Bretanha, 32%, Alemanha, 40%, França,

---

<sup>2</sup> As crises econômicas mundiais são aqui concebidas como expressão das contradições da economia capitalista. A tendência ao aumento da produção tem como conseqüência a redução da taxa de lucro, pois, no longo prazo, o peso do capital variável – trabalho vivo, tende a se reduzir em relação à reprodução automatizada – trabalho morto. Isso diminui o valor unitário das mercadorias e desvaloriza os capitais. O conjunto desses fatores aliado ao aumento da capacidade excedente eleva a possibilidade de estagnação. A capacidade de produção excedente – razão entre capacidade de produção global e realização dessa produção - só aparece quando a fase expansiva atinge seu auge. A capacidade de produção de valores de uso – presentes no corpo das mercadorias - entra em contradição com a sua realização enquanto valores de troca. A crise então é expressão de um complexo conjunto de elementos que convergem historicamente, como queda tendencial na taxa de lucro, aumento da composição orgânica do capital e desemprego.

43%, Estados Unidos, 45%), superprodução de mercadorias, redução da taxa de lucro e dos salários, desemprego e falências.

A sua superação estará relacionada com a expansão do capitalismo em direção a novas fronteiras. O imperialismo será facilitado pela emergência de grandes corporações, pela concentração econômica e pelo controle de mercados, expresso na partilha da África entre países imperiais, durante a Conferência de Berlim, em 1884. O perdurar da crise faz com que as formulações de Marx sobre as taxas decrescentes de lucro ganhem força. Sua argumentação fundamenta-se no fato de que quanto mais se desenvolve o capitalismo, mais dificuldade se tem para manter a taxa média de lucro do capital. O capital acumulado encontra cada vez menos chances de investimentos com rentabilidade adequada. Com isso, reduz-se o emprego, o salário e a realização das mercadorias, aprofundando a crise. A taxa de lucro é decrescente no longo prazo porque o processo de desenvolvimento do capitalismo tende a elevar a composição orgânica do capital e a reduzir a força de trabalho no processo produtivo. Como a fonte de valor é o trabalho vivo e este tende a ser substituído pelo trabalho morto, a mais-valia obtida tende a ser cada vez menos favorável para um dado montante de investimento.

Aos poucos, vai se formando certo consenso sobre a necessidade de envolvimento do Estado no processo de acumulação de capital. Mesmo o liberalismo inglês, defensor de uma limitada intervenção estatal na economia, não prescinde de uma ordem política racionalizada e de um Estado garantidor da unidade nacional, derrubando barreiras alfandegárias internas, formulando um sistema jurídico uniforme, um sistema bancário forte e uma moeda forte. Nesse sentido, junto com a crise de 1873, aos poucos, serão questionados os pressupostos da economia auto-regulável. (Oliveira, 2004).

Os espaços nacionais passam, cada vez mais, a ser afetados pelo que ocorre no comércio global. A Inglaterra, que em 1880 dominava amplamente o comércio mundial, em 1928, tem questionada sua supremacia em função da emergência de novas potências. A chegada de outros países à cena internacional comercial (França, Alemanha e Estados Unidos), o esgotamento dos mercados nacionais e a ampliação da capacidade produtiva, impõe uma nova disputa por espaço no mercado global.

Aos poucos, as economias europeias vão reconfigurando suas políticas comerciais, elevando suas tarifas, simbolizando, assim, o início de uma economia de base nacional. Os interesses, entretanto, extrapolam o âmbito nacional, pois têm que agir em função de um comércio global e de uma cadeia produtiva que também passa a ter uma articulação internacional, em razão das matérias-primas vindas de outros impérios ou Estados-nação. O crescimento da grande firma irá modificar o arcabouço sociopolítico dos distintos espaços nacionais.

O processo de concentração do capital intensifica-se com o declínio do setor agrário e a supremacia dos setores industriais de ponta. As revoluções burguesas debatem-se entre a instauração da esfera pública democrática e a identificação, cada vez maior, do poder político com os interesses da burguesia, que visa diversificar sua base de acumulação através da ampliação da sua participação no mercado.

Políticas de expansão comercial, proteção de determinados segmentos burgueses e gestão das relações trabalhistas tornam-se eixos de preocupação tanto dos Estados quanto dos setores dirigentes do capital. Fica cada vez mais difícil entender a questão nacional a partir do contexto interno. Mesmo as economias centrais, na dianteira do processo global de acumulação, passam a sofrer reveses constantes diante das suas relações com outros espaços nacionais.

Nesse sentido, a passagem à etapa monopolista e o crescimento da competição internacional impulsionam o processo de representação direta dos interesses sociais no sistema político. Durante a Primeira Guerra Mundial, tal característica acentua-se, com resultados na mobilização econômica e no crescimento dos papéis do Estado. O Estado liberal é substituído com o eclodir da guerra, abrindo espaço para ações mais significativas nas diversas esferas sociais. As ações do Estado passam a ser direcionadas para a reprodução dessas empresas monopólicas em escala global. O financiamento destas pelos bancos ou fundos estatais não será uma exceção.

A política econômica do capital e o seu interesse pelo lucro tornam-se uma questão de Estado. O sistema industrial produtor de mercadorias passa a determinar o

desenvolvimento tanto do setor primário como do setor de serviço. A hegemonia da indústria é visível.

A concentração da produção em um número pequeno de indústrias e o seu rápido desenvolvimento torna-se uma característica marcante do capitalismo. O volume de empregados, de energia consumida e de produção dessas empresas passa a ser, cada vez mais, significativo. Aos poucos, a concorrência vai dando lugar a grandes grupos que controlam, mediante mecanismos financeiros, os pequenos, médios e até outros grandes. A articulação da empresa capitalista com os bancos aumenta a supremacia do capital monopolista. A possibilidade de repartir mercado, marcar preço e dividir os lucros faz dos trustes e cartéis a nova forma dominante de concertação.

### **2.3 A estruturação do *welfarestate***

A democracia parlamentar e a participação ativa dos trabalhadores nas lutas políticas não foram suficientes para questionar a ideia de que o Estado, em última instância, representava os interesses da burguesia. O que se observa, no entanto, é um processo de refinamento do controle social. Nas democracias burguesas contemporâneas, a diminuição da coerção aberta e um maior controle social baseado no “consenso”, reconfiguraram os mecanismos de dominação. As organizações e o Estado gestam novas articulações, ampliando assim a própria noção de Estado.

Na Europa dos anos 1920, surgem parlamentos eleitos pelo sufrágio universal direto e secreto e grandes sindicatos e partidos de massa, com jornais de grande tiragem. A classe trabalhadora dispõe, também, de um grau maior de liberdade e organização. Tais condições alteram significativamente o processo de construção da hegemonia do capital sobre as classes trabalhadora.

É com os estudos de Gramsci que se iniciam os debates para elucidar o novo ambiente em que se processa a construção da hegemonia burguesa. Passava pelo entendimento das relações entre o Estado e as organizações a formulação de uma estratégia em busca

da emancipação da classe trabalhadora. A forma de partido se torna a expressão da vontade coletiva organizada, visando um determinado fim político. Tal vontade coletiva formada espontaneamente, deve, para não ser desarticulada, ter uma vinculação prática e um programa partidário. No entanto, há uma atenção significativa ao fato de que é por meio da organização que o governo busca o consenso dos governados; logo, esta deve ter objetivos bem claros e um fim positivo a ser alcançado, evitando o que já havia ocorrido durante o século XIX (a canalização dessas organizações da vontade coletiva para fundação do Estado moderno). (Gramsci, 2007).

Os partidos e associações são incluídos no rol da trama privada do Estado, pois o consenso não pode prescindir da organização. O Estado tem e pede o consenso, e educa os dominados através das associações políticas e sindicais. O conformismo social torna-se função da tarefa educativa do Estado, cujo fim é criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a civilização e a moralidade das massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção, elaborando, com isso, tipos novos de humanidade.

O direito e as sanções colocadas de modo não taxativo no domínio da sociedade civil exercem pressão, com resultados objetivos na elaboração de costumes, modos de pensar e de atuar e na moralidade. É nesse sentido que a revolução permanente, conceito surgido em 1848, como expressão elaborada das experiências jacobinas de 1789, começava a abrir espaço para uma nova estratégia de luta. Até 1870, não havia grandes partidos políticos de massa, grandes sindicatos econômicos, o aparelho estatal era pouco desenvolvido e a sociedade civil era mais autônoma em relação à atividade estatal, além de haver uma maior autonomia das economias nacionais diante das relações econômicas do mercado global. A partir de então, com a expansão colonial europeia, complexificam-se as relações das organizações internas e também as relações internacionais. A fórmula da revolução permanente é superada pela fórmula da hegemonia civil. A guerra de movimento se torna cada vez mais guerra de posição, visando a adesão e a cooptação. A estrutura maciça das democracias modernas, com suas organizações estatais – sociedade política, e com as associações na vida civil, dificulta a guerra de movimento, ao construir fortificações permanentes na frente de combate.



Se há um alargamento do conceito de Estado e certa autonomização da sociedade civil e da ideologia, isso se deve ao fato de que estas passam a se reproduzir materialmente para além do Estado. A necessidade de conquista do consenso como base para a dominação em decorrência da socialização política criou determinadas instituições que passaram a funcionar como suportes para reprodução da hegemonia, com estrutura e legalidade própria.

Essa sociedade civil, seria agora, mediadora entre a estrutura econômica e o Estado. A mudança de estratégia em Gramsci se deve à sua leitura sobre a capacidade de organização da classe trabalhadora na fase monopolista do capital e também em decorrência do desenvolvimento de novos aparelhos de repressão aliados a novas formas organizativas do próprio Estado, ampliando seu escopo de ação e seu quadro institucional. Já não havia mais espaço para uma estratégia revolucionária direta, sendo preciso rever as formas organizativas e atuar por dentro das instituições para conseguir galgar vitórias e impor recuos aos avanços do capital sobre o controle da sociedade.

A sociedade civil se torna muito mais complexa e resistente a interrupções catastróficas. No mundo moderno, com suas grandes coalizões de caráter econômico-sindical e político-partidário, o sistema parlamentarista cria condições para soluções de compromisso. As forças políticas e sindicais ou os funcionários do partido, podem ser corrompidos. A técnica política moderna diante da expansão do parlamentarismo, do regime de associativismo sindical e partidário, das burocracias estatais e privadas e das transformações observadas na política em sentido amplo, se sofisticam, lançando mão não só da repressão à criminalidade como também de um conjunto das forças organizadas pelo Estado e pelos particulares para defender o domínio político e econômico das classes dirigentes. O caráter permanente dos exércitos, corpos de oficiais e academias, mostra como a guerra é um ato de paixão e de vida política, é a continuação de uma política determinada.

O Estado tende a criar e a manter um certo tipo de civilização e de cidadão, e o direito é o instrumento utilizado para tal tarefa. O papel de educador se realiza na medida em que cria um novo tipo ou nível de civilização e dado que opera essencialmente sobre as forças econômicas e que inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de

superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é o instrumento de “racionalização”, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressionando e punindo.

Se até 1926 a preocupação de Gramsci era como a classe trabalhadora poderia alcançar a hegemonia (entendendo que esta deveria levar em conta os interesses e tendências de grupos sobre os quais recairia o poder hegemônico, observando aspectos éticos, políticos e econômicos), a partir de então buscar-se-á incorporar as condições de dominação e direção na sociedade civil e no Estado contemporâneos. A noção de hegemonia que vinha articulada ao conceito de ditadura do proletariado, agora incorpora também a hegemonia burguesa, as práticas da classe dominante e as estruturas do Estado. Esta ruptura se deve ao interesse em compreender de que forma as classes dominadas se submetem à hegemonia burguesa.

A hegemonia não seria dada apenas pelo arcabouço institucional, mas também como expressão fundamental dos interesses de uma classe, que se constituiria exatamente das mediações entre os múltiplos subsistemas, tais como: escola, serviço militar, museus, meio ambiente, igreja, intelectuais. Incorpora-se ao aparelho de hegemonia a instituição estatal, ampliando, assim, o próprio conceito de Estado.

Se a hegemonia pressupõe consenso e coerção, pressupõe também um aparelho de Estado que está além da sociedade política e se expressa também nas instituições civis. A hegemonia se exerce pela direção ideológica, embora não possa prescindir do caráter coercitivo, de dominação, que enseja o termo. O Estado é entendido como mais do que um aparato governamental, pois incorpora o aparato privado da hegemonia, a sociedade civil. Ele é expressão do equilíbrio entre sociedade civil (ciência, arte, senso comum, filosofia) e sociedade política (força militar, coerção).(Gramsci, 1978).

O Estado passa a ser visto, pelas classes dirigentes e segmentos da classe trabalhadora, como espaço institucional onde os assuntos internos de uma determinada formação social devem ser discutidos. Externamente, ganha o status de órgão através do qual as burguesias nacionais debatem seus conflitos de interesse. Embora se observem avanços,

desde o início da Primeira Guerra, é com a crise 1929 que a necessidade de um programa institucional para dar estabilidade aos termos de troca, garantir liberdade de mercado, difundir a democracia como valor universal e criar regras pautadas em um direito internacional, se torna eixo constitutivo dos novos arranjos sociopolíticos. Era preciso retomar o processo de acumulação. O padrão de concertação sob a hegemonia inglesa que perdurou até o fim da Primeira Guerra Mundial, começa a se alterar com a ascensão da URSS e dos Estados Unidos. Em busca de soluções para a crise econômica, somente ao final da Segunda Guerra o capitalismo entra numa fase menos imprevisível. A regulação estatal se torna, pelo menos para os ideólogos que pregavam a necessidade de uma intervenção estatal, o mecanismo mais eficiente para amenizar as contradições do capital.

O contexto bipolar, formatado a partir do conflito mundial de 1939-45, divide o mundo de acordo com as áreas de influência dos Estados Unidos e da URSS. Após o golpe na hegemonia europeia, os novos espaços institucionais (Conselho de Segurança da ONU, FMI e GATT), trazem o peso dessas duas nações na sua configuração. O poderio militar e econômico como parâmetro para as novas configurações geopolíticas demonstra o realismo na determinação das relações internacionais.

Os experimentos de ajustes estruturais promovidos nas economias fortemente desestruturadas pelos efeitos da Segunda Guerra representam tendências dominantes nos âmbitos gestoriais e de articulação sociopolítica, no intuito de promover estabilidade ou novos equilíbrios macroeconômicos. Por seus instrumentos e objetivos, os referidos ajustes incorporam elementos inovadores na sua implementação, projetando novas possibilidades no campo institucional. Caminha-se, do ponto de vista formal, “para uma reformulação que não só afeta os pressupostos da estabilidade econômica – a ênfase no mercado livre – como demarca, no contexto mais amplo de reformas efetuadas, um novo padrão sociocultural que, posteriormente, viria a ser assimilado conceitualmente e reconhecido como política pública.” (Oliveira, 2004, p. 13).

A disputa entre o comunismo e o capitalismo leva a uma perseguição dos partidos proletários com inclinação comunista, sob a acusação de serem traidores da nação. A própria democracia norte-americana será exemplar no cerco aos comunistas. Nesse

mesmo processo, a classe trabalhadora assume novas formas diante do desenvolvimento do capital. A condição assalariada, como meio de integração e reprodução da classe trabalhadora, torna-se, predominante, em muitos países centrais.

As novas formas de organização do trabalho e da vida, que, no início do processo de industrialização, eram caracterizadas como adversas para a classe trabalhadora (renda mínima que garantia, apenas, a reprodução do trabalhador e nem sempre da família, sem permitir-lhe um consumo para além da subsistência, ausência de garantias legais e grande mobilidade entre as diversas empresas), no pós Segunda Guerra, sofrem relativas mudanças, reforçando, para o conjunto da classe, determinadas garantias legais (estruturação das relações de trabalho e políticas sociais).

O Estado assume, cada vez mais, a oferta de serviços públicos, multiplicando seguridades e proteções e participando, de forma direta, sobre a acumulação de riquezas. A estruturação dessa relação salarial tipicamente fordista, só foi possível a partir de uma “gestão política que associou sociedade privada e a propriedade social, o desenvolvimento econômico e a conquista dos direitos sociais, o mercado e o Estado.” (Castel, 2003, p. 478). O processo de reconfiguração social implicou as seguintes alterações: 1) separação entre os que trabalhavam, efetiva e regularmente, e os inativos ou semiativos, excluindo estes últimos do mercado de trabalho ou integrando-os sob formas regulamentadas; 2) fixação do trabalhador em seu posto de trabalho e racionalização do processo de trabalho; 3) melhoria dos níveis salariais; 4) acesso a serviços públicos ofertados pelo Estado; 5) instituição de um direito do trabalho que reconheceu o trabalhador enquanto membro coletivo.

A instituição do direito do trabalho ao aproximar cada vez mais o Estado da classe trabalhadora, leva a acomodação desta à ordem estabelecida. Tais alterações nas condições de vida dos trabalhadores, no entanto, eram conjunturais, caráter logo evidenciado pelo recrudescimento das crises econômicas, questionando, assim, as teses que viam, na estruturação dessa relação salarial fordista, um aspecto estrutural do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial.

Embora nos ajude a compreender os fatos ocorridos durante aquele período, Castel não consegue fugir à centralidade da acumulação de capital, colocando, no crescimento econômico, a causa da estruturação da sociedade salarial, negligenciando o fato de que o motor daquele processo foi, para nós, a luta de classes. Para ele, a sociedade de classes teria dado lugar a uma sociedade salarial, pondo um fim às vulnerabilidades das classes populares, pois o pacto social estava alicerçado sobre um equilíbrio conseguido por compromissos e arbitragens. O Estado tomava a posição de principal figura reguladora.

As ações do Estado, para Castel, são colocadas como se estivessem acima das classes e têm, como objetivo, solucionar os problemas da gestão social. O papel central creditado ao Estado é corroborado pelas suas conclusões. O Estado, segundo ele, “dirige a economia. Constrói uma correspondência entre objetivos econômicos, objetivos políticos e objetivos sociais.” (Castel, 2003, p. 487).

Num outro diapasão, Alain Bihr (1998) compreende o “compromisso fordista” como um arranjo social, historicamente determinado, expressão do estágio de desenvolvimento da luta de classes e das transformações econômicas, sociais, institucionais e ideológicas do modo de produção capitalista. Para ele, “o modelo de desenvolvimento que o capitalismo ocidental pós-guerra seguiu foi, fundamentalmente, condicionado pelo compromisso entre burguesia e proletariado, em que a precedente crise estrutural dos anos 1930 e 1940 desembocara. (Bihr, 1998, p. 36).

O embate das classes (capital e trabalho) levou à conformação de acordos, que reservavam ao Estado o papel de árbitro, garantidor e implementador. Para a classe trabalhadora tal compromisso significava renunciar à luta revolucionária (fim da propriedade privada e da divisão da sociedade em classes) e à contestação da legitimidade do poder da classe dominante sobre toda a sociedade. Para o capital, significava ceder para manter sob seu controle uma parte importante do espaço mundial, no contexto da Guerra Fria.

No âmbito da organização do processo de trabalho, mudanças vinham ocorrendo no sentido de aumentar as taxas de exploração da força de trabalho. Tanto a separação das tarefas de concepção e execução, quanto a mecanização dos processos de trabalho

serviram para monopolizar, no staff administrativo, as habilidades dos operários ou, até mesmo, incorporá-las às máquinas.

A investida do capital sobre um neoproletariado composto de mulheres, trabalhadores rurais e imigrantes, permitiu a difusão desses novos métodos de exploração da classe trabalhadora. Alteravam-se, pelo menos no âmbito formal, as condições econômicas, sociais e jurídicas que regiam a troca, o uso da força de trabalho e sua reprodução fora do processo produtivo.

Era preciso, para colocar em prática o modelo técnico-organizacional da acumulação intensiva, a aceitação, pelo proletariado, da dominação do capital sobre o processo de trabalho e sobre toda a sociedade, em troca da satisfação de alguns de seus interesses, nomeadamente aqueles ligados à seguridade social. Salário mínimo a todooperário, crescimento dos salários reais levando em conta a produtividade da empresa, instituição da prática da negociação coletiva (o que permitiu o controle pactuado da massa salarial global), instituição de salários indiretos como facilitadores da circulação dos bens e até a construção de abrigos contra os acasos naturais ou sociais (desemprego, invalidez, velhice etc.), eram parte das ações que davam corpo às mudanças implementadas na relação entre capital e trabalho.

A nova forma de integração do operariado ao modo taylorista-fordista de organização do trabalho<sup>3</sup>, vem acompanhada pela reformulação da sua função socioeconômica. O operário e o contramestre são substituídos pelo engenheiro e pelo operário especializado. Não só no setor produtivo manufatureiro introduzir-se-ão as mudanças preconizadas pelo padrão taylorista-fordista, mas também no setor comercial e de serviço.

---

<sup>3</sup> Para uma análise mais detalhada dos aspectos sociais mobilizados na introdução do modo de organização do trabalho taylorista-fordista no espaço fabril ver a obra de Antonio Gramsci. (Gramsci, Antonio. Americanismo e Fordismo. Em: Obras escolhidas. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1ª ed., 1978, p. 311-339).

A classe trabalhadora vivencia a diminuição do seu controle sobre o processo de trabalho. A parcelização e mecanização do processo produtivo enfraqueceram, também, a identidade ideológica, antes associada a um ofício e a uma ética do trabalho, que cumpria a função de identificar o operário com o conjunto da classe. Segundo Bihl,

para o operário de ofício, o trabalho podia constituir a maior referência e o maior valor em torno dos quais se construía sua própria representação em suas relações com os outros e com o mundo social. Isso não era mais o caso para o operário especializado, para quem o trabalho era simplesmente um ‘ganha-pão’, um ‘inferno’ onde o melhor era mesmo fugir na primeira oportunidade. (Bihl, 1998, p. 53).

A transição da condição de produtor coletivo a consumidor individual traz consigo a atomização das relações sociais estabelecidas por esse novo proletariado, através da privatização do seu modo de vida. Erige-se uma crescente dependência em relação ao “Estado de Bem-Estar”, fazendo com que esse proletariado ocidental reforce certo fetichismo de Estado, deixando de vê-lo como um órgão puramente repressivo. Se por um lado, a figura do operário-massa toma o lugar central nesta nova configuração da produção social, destruindo ou enfraquecendo antigos laços que o ligavam à figura do operário de ofício, por outro lado, dá vez ao surgimento de novas configurações sociais, nem sempre nefastas ao trabalhador. A sua concentração, num determinado espaço social e seu desligamento de antigas identidades de profissão e lugar, permitirão a construção de uma nova solidariedade de classe, para além dos limites antes estabelecidos. As contradições, próprias do modo de produção capitalista, contudo, permanecem, em meio ao pacto entre lideranças trabalhistas e burguesas.

#### **2.4 Acrise dos anos 1970 e a ascensão neoliberal**

No início do século XX, nas economias mais fortes, já se consolidava uma base industrial pesada, com rápida concentração da produção e centralização de capital. A produção industrial diversifica-se com a emergência de novos setores (automobilístico, siderúrgico, metalúrgico, petrolífero). A indústria monopolizada, com a estruturação de oligopólios, passa a obrigar as empresas a formarem reservas de capacidade produtiva, de forma crescente e planejada. Tal medida pressiona o que Beluzzo e Coutinho (1983)

chamam de aumento improdutivo da relação capital/produto. A capacidade de acumulação, maior que a demanda, gera excedentes de capital, o que no futuro se torna um impedimento à expansão do próprio capital. A primeira saída, ainda nos anos 1920, foi a expansão para o mercado de capitais, mas isso não evitou a crise de superacumulação de 1929-1937 e não evitaria sua repetição ao longo do século XX.

A grande empresa norte-americana intensificou seu processo de internacionalização nos anos 1940 e 1950, ocupando áreas de mercado na periferia e no centro do capitalismo, a taxas elevadas de rentabilidade. Com isso, garantiu um crescimento sustentado da sua economia, bem como impulsionou as demais economias (europeia e japonesa), a saírem da recessão, que perdurou dos anos 1930 até o final da Segunda Guerra Mundial.

A abertura do seu mercado interno aos produtos alemães e japoneses fortaleceu financeira e, tecnologicamente, ambos os concorrentes, que, por outro lado, intensificavam esforços para, através da renovação tecnológica, fazer frente à entrada das empresas estadunidenses nos seus territórios. Junto a isso, o agravamento do déficit do balanço de pagamento dos EUA (puxado pela Guerra do Vietnã e pela corrida armamentista), a alta da inflação e do desemprego, logo acompanhada da crise do petróleo, representariam sérias dificuldades ao padrão sociabilidade conformado no período de 1950-1970. A exaustão da onda de difusão tecnológica e das fronteiras de acumulação seriam, então, a causa da crise, segundo Beluzzo e Coutinho. Seu viés keynesiano, relegando ao plano do esquecimento a luta dos trabalhadores, deixa clara sua maior preocupação em encontrar soluções mais do que estabelecer críticas ao processo de acumulação em situação de esgotamento.

A reação dos países centrais diante da crise intensifica a internacionalização do capital, na busca por novos mercados. Há uma concentração, cada vez maior, de importações e exportações e dos investimentos no interior das economias desenvolvidas. Segundo Chesnais (1996), entre 1966 e 1987, a participação dos Novos Países Industrializados, nas exportações mundiais, passou de 1,1%, para 5,5%, demonstrando uma leve elevação; enquanto que os países do Sul (inclusive os exportadores de petróleo) viram suas posições diminuírem de 22,9%, para 15,4%, no mesmo período.



Os capitais provenientes dos países centrais, em busca de zonas com baixos salários, fraca organização proletária e incentivos fiscais oferecidos pelos governos locais, redirecionaram os investimentos entre os países da periferia. Contudo, isso não reverte a tendência de reconcentração do volume global de investimentos nos países centrais. O percentual de investimentos diretos no exterior destinado aos países centrais oscila de 63%, em 1950, para 79%, nos anos 1990, segundo dados das Nações Unidas. As relações entre os países centrais, e destes com a periferia, seriam totalmente reformuladas. Sem resolver seus problemas internos, o centro do capitalismo exportou o ônus da crise para os países periféricos. A reversão do fluxo de capitais foi uma das vias pelas quais a periferia pagou pelos ajustes praticados nos países centrais. A dívida pública daqueles países tornou-se o canal de exportação líquida de capitais, comprometendo suas políticas internas de desenvolvimento, a expansão dos serviços sociais do Estado e atrelando suas ações às exigências do capital internacional organizado.

As políticas dos EUA de ajuste do balanço de pagamentos, iniciadas anteriormente e mantidas até os anos 1980, bem como a busca pela hegemonia do dólar, levaram os demais países da OCDE a formular respostas bem sucedidas de reestruturação industrial, provocando acentuadas mudanças na divisão internacional do trabalho. As flutuações nas taxas de câmbio e de juros, acompanhadas de fortes movimentos de capitais, modificaram as condições de financiamento e redirecionaram os gastos do Estado. Reduziram-se as taxas de rentabilidade da grande empresa, levando a um aumento da competição internacional, expresso, por exemplo, na intensificação das transformações industriais e tecnológicas. (Tavares, 1993). O fim do Acordo de Bretton Woods seria a expressão da necessidade de mudanças no padrão de ordenação global. A ineficiência das políticas do Estado no controle das incertezas estruturais e no combate aos efeitos da crise colocou sérias dificuldades à heterodoxia keynesiana. Nesse contexto, há uma rejeição às concepções que analisavam o Estado pelo seu caráter de classe, como os marxistas, mas também àquelas visões que preconizavam a autorregulação do mercado, como os liberais.

A crise econômica dos anos 1970 e as consequentes transformações nas relações de produção e nas estruturas políticas do capitalismo, ganham relevância nas análises

econômicas, políticas e sociológicas. Contudo, as abordagens, quando tratam dessa questão, limitam-se àquela fração da economia sob o domínio do capital privado, ou colocam um elevado peso nas ações estatais, como causadoras da crise. Ambas negligenciam o fato que as mudanças no interior do Estado e do capital privado são parte de uma mesma totalidade, e que um processo está imbricado no outro. Logo, não se trata de um movimento de reestruturação que se autodetermina (capital privado) e um outro de ajustes e reformas determinado (Estado).

Se, do ponto de vista econômico, a realidade dificultava a manutenção das políticas keynesianas, vez que já não conseguiam dar resposta à estagnação das taxas de lucro, nem ao aumento do desemprego; do ponto de vista político e ideológico, a força para essas modificações adveio do neoliberalismo, cujo paradigma básico vai se dividir nas facções keynesiana, monetarista e da economia do supply-side.

O neoliberalismo ganha força, somente, a partir da segunda metade dos anos 1970, embora a sua construção remonte os anos 1940 e 1950, tendo, nas análises de Hayek (na sua obra “O caminho da servidão” de 1944) e Friedman (na sua obra “Capitalismo e liberdade” de 1958), suas bases de sustentação. Para ambos, a crise era resultado de uma administração centralizada, baseada no planejamento governamental (que elevava o nível de gasto) e do poder dos sindicatos (que corroía a remuneração do capital com pressões para elevação dos salários). Esses dois fenômenos levaram a um aumento dos gastos sociais, gerando um déficit nas contas do Estado, que passou a ser financiado através de uma política monetária expansionista. O maior poder de compra, resultante do déficit, pressionava os preços, desencadeando um processo inflacionário, elevando os custos, com conseqüente redução dos rendimentos do capital, o que fazia cair os níveis de investimento e de emprego, aprofundando a crise.

Com esse diagnóstico, para sair da crise, bastaria eliminar o déficit público, redefinindo os espaços capitalistas e/ou da renda nacional sob o controle do Estado, restabelecer uma taxa de desemprego que arrefecesse os ânimos da classe trabalhadora e cristalizar o espaço do mercado como central para uma alocação eficiente dos recursos.

A articulação entre instâncias públicas e privadas, diante da crise de finais dos anos 1960, já não encontra o mesmo ambiente socioeconômico do período anterior (1950-1960). Frações hegemônicas do capital, abertamente, passam a criticar o papel do Estado na economia, colocando na sua intervenção a causa da crise.

O conservadorismo, materializado nos governos e políticas de Reagan e Thatcher dos anos 1980, privilegiará políticas orientadas pela oferta. Busca aperfeiçoar as condições de valorização do capital, tolera taxas de desemprego altas e impõe limitações à oferta de serviços oferecidos pelo Estado. O consenso a respeito da redução da ação estatal sobre determinados setores da vida social (habitação, comunicação, saúde, educação) seria acompanhado do desrespeito ao interesse público, da depreciação da coisa pública e da liquidação das conquistas do *welfare state*. Alinha-se a esta tendência o elogio à empresa privada e o estímulo ao interesse privado (único capaz de assegurar o espírito empreendedor). Essas ideias encontram terreno fértil após as reações operárias e estudantis de 1968 e se fortalecem, ainda mais, após a queda do regime soviético.

Os mercados financeiros ganham proeminência nesse quadro de crise de valorização, beneficiando-se das facilidades conseguidas pelos avanços tecnológicos, a exemplo da redução dos custos de comunicação. Os organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, por meio do racionalismo científico dos modelos matemáticos, embasam suas políticas para os Estados nacionais. As *Law firms*, com seu poder de impor as tradições do direito norte-americano e na condição de grandes multinacionais jurídicas, agem como se possuíssem o monopólio da razão e assim disfarçam a coerção econômica por mecanismos jurídicos. (Bourdieu, 1998).

O reino absoluto do mercado e do consumidor torna-se a via única para uma maior produtividade e competitividade. A mensagem neoliberal, expressão ideológica dessa nova fase do capitalismo, no intuito de promover, como novos, velhos valores, passa a colocar o empreendedorismo como saída para o desemprego, a má remuneração e a instabilidade. Junto à ideologia da soberania do consumidor, dissemina-se a aposta na valorização do capital humano, mediante a busca por competências e capacidade de adaptação.

A social-democracia europeia, após 1989, toma um viés claramente liberal, defendendo um certo autoritarismo moral, o individualismo econômico, um governo mínimo e o mercado como a mais eficiente instância mediadora das relações estabelecidas no seio da sociedade civil. Dá-se ênfase à liberdade individual e ao direito de escolha, elevando a importância destes assuntos no leque de ações e orientações políticas. O novo individualismo passa a acomodar uma diversidade de estilos de vida, pregando a ação individual autônoma e menos dependente do Estado como o caminho em busca de um novo equilíbrio entre indivíduo e responsabilidades coletivas.

A economia do conhecimento, no contexto da era da informação, é colocada como capaz de absorver os desempregados. A desintegração de tradições e costumes passa a exigir uma abordagem mais ativa e aberta à vida. Tal economia, segundo os neoliberais, elevaria a produtividade e o crescimento econômico. A ciência, a tecnologia e as habilidades simbólicas tomam uma outra dimensão, agora na condição de essenciais à produtividade. A tecnologia da informação e os trabalhadores do conhecimento, com seu *knowhow*, passam a ser vistos como a forma mais valiosa de propriedade da empresa.

## **2.5 A acumulação de capital e o Estado**

De acordo com Mészáros (2002), ao lado da difusão das estruturas econômicas do capital, desenvolve-se o Estado moderno, como exigência para assegurar a produtividade e centralizar o comando político. Nesse sentido, não surpreende que o encerramento da ascensão histórica do capital, no século XX, coincida com a crise do Estado moderno em todas as suas formas (liberal-democrática, autoritária, regimes pós-coloniais e até os pós-capitalistas de tipo soviético).

A acumulação e expansão indeterminada do capital jamais se submeteu a controles duradouros ou auto-restrições racionais, mas nem por isso prescindiu da interferência estatal. A desarticulação entre produção e consumo e a necessidade do capital de penetrar no domínio da circulação global, tornaram necessárias as ações do Estado. Este

se ajusta ao processo de reprodução socioeconômica e complementa, politicamente, a dominação do capital contra forças que possam desafiar as desigualdades na distribuição e no consumo.

As corporações transnacionais, diretamente relacionadas e apoiadas pelos seus Estados nacionais, dificilmente viveriam sem o apoio desses. Mészáros (2002) chega a afirmar que qualquer sucesso das políticas do governo resulta da ativação da economia através do poderio de suas grandes empresas. Logo, a impotência dos Estados nacionais em manter suas economias estáveis tem estreita articulação com os limites e contradições do capitalismo monopolista. Sendo assim, os problemas não são resultado dos males causados pelas multinacionais ou da presumida redução de soberania dos Estados-nação, mas da própria natureza da sociedade capitalista.

Como agente materializador da circulação global, a partir de unidades socioeconômicas internamente fragmentadas, os Estados veem-se atraídos por duas posições opostas: no interno, busca reprimir a tendência à centralização e concentração do capital, pois esta poderia levar a um enfraquecimento geral da economia nacional; no plano internacional, o Estado nacional atua em consonância com uma postura abertamente pró-capital nacional, em busca da intensificação do seu processo de expansão monopolista. Contudo, vale ressaltar que a forma e os recursos necessários para facilitar essa expansão modificam-se de acordo com as relações de forças no país e no exterior, diante das circunstâncias históricas. (Mészáros, 2002).

No atual contexto histórico, a autonomia dos Estados sofre restrições em função da impossibilidade de satisfazer suas necessidades sem manter inúmeras relações de reprodução material fora de suas fronteiras. O antagonismo, entre a expansão do capital transnacional e os Estados nacionais, está diretamente relacionado às contradições entre monopólio e competição, crescente socialização da produção e distribuição restritiva, divisão internacional do trabalho e impulso das maiores potências nacionais pela dominância hegemônica do sistema global.

Se essas posições colocam nas contradições da sociedade capitalista a causa dos problemas por elas enfrentados, nem sempre as análises assim percebem, como é o caso

de Boyer (1996). A internacionalização do comércio, do investimento, das finanças e do dinheiro estaria fazendo com que firmas, regiões e nações dependessem menos dos seus mercados nacionais estáveis e oligopolistas. A competição no mercado mundial estaria causando constrangimentos sobre os compromissos nacionais e suas formas de organização.

Os problemas financeiros de certas nações tornaram-se prioritários para os formuladores de política econômica, expressando a importância que estes passaram a ter. Os mecanismos de mercado tornaram-se os parâmetros através dos quais as firmas eficientes e as organizações produtivas devem ser selecionadas. A adoção da ideologia do livre mercado e de receitas econômicas neoliberais pelos mais diversos governos fez com que muitos deles deixassem de interferir nos mercados financeiros e laborais, como forma de responder aos novos padrões e às persistentes perturbações relacionadas ao processo de globalização econômica. A criação da União Europeia, em 1992, e do NAFTA, em 1994, sinalizavam o novo eixo das estratégias de liberalização dos espaços nacionais, através da integração dos mercados financeiros, de produtos e de serviços.

Contudo, a liberalização do mercado de trabalho e as reformas no Estado-providência não trouxeram o emprego. Antes de ter incentivado a competição, a remoção do controle de preços e a liberalização do mercado de bens substituíram uma configuração oligopolista nacional por outra, em que o poder econômico está, ainda mais, concentrado e tem raízes, muitas vezes, em outros espaços nacionais. A liberalização financeira e a multiplicação de inovações nos sistemas de comunicação deprimiram, ainda mais, o poder dos Bancos Centrais. A tão exigida não intervenção do Estado na economia, como pretexto para elevar a produtividade média, mostrou-se uma farsa, pois, quanto mais as economias seguiram essa tendência, a exemplo do Reino Unido, dos Estados Unidos e do Canadá, mais sofreram com a falta de investimentos em educação, formação, infraestrutura. Em nível mundial, o sistema tornou-se mais imprevisível, com as forças do mercado invadindo, cada vez mais, os espaços nacionais. (Boyer, 1996).

Mesmo diante dessa ofensiva pró-mercado, o domínio da intervenção estatal continuou expressivo em diversas áreas, inclusive a econômica. Os regimes nacionais, com sua soberania fragmentada e expostos à competição, usaram seus principais instrumentos de

intervenção econômica mais para dar direitos e incentivos do que estabelecer obrigações e limitações, reproduzindo o voluntarismo do sistema internacional em nível nacional. Mesmo diante da internacionalização econômica, o Estado-nação continua monopolizando a soberania e o poder público.

Para Poulantzas (1977), com o desenvolvimento das relações de produção capitalistas e o aumento da intervenção do Estado, crises econômicas e crises políticas (crise do Estado) tornaram-se cada vez mais articuladas. A crise econômica traduz-se em crise política de forma mais direta e orgânica. As intervenções do Estado na economia tornam-se - elas mesmas - fontes de crises econômicas, demonstrando seus limites de atuação.

O Estado confunde-se com o espaço da política e desdobra-se como expressão ideológica (entendida para além das ideias, encarnada nas práticas materiais, nos hábitos, nos costumes e nos modos de vida de uma formação social). Tais aspectos, presentes na constituição das relações de produção e em sua reprodução, variam, segundo a forma e de acordo com o modo de produção. No modo de produção capitalista, a especificidade em relação aos modos precedentes verifica-se na separação relativa entre Estado e economia, levada a cabo ao traçar campos e espaços próprios da economia e do Estado. Essa separação é articulada com a desapropriação dos trabalhadores dos meios de produção e com a especificidade da constituição das classes e da luta de classes. Contudo, ela não é estática, modificando-se durante o período de vigência do próprio sistema capitalista. Na “forma transformada” dessa separação e na modificação desses espaços (devido às modificações das relações de produção capitalistas) inscreve-se o papel decisivo do Estado no próprio ciclo de reprodução e de acumulação do capital, atualmente, em sua fase monopolista. A integração de setores econômicos inferiores de valorização do capital ao espaço do Estado, ampliando-o, modifica também as relações do Estado com a economia. (Poulantzas, 1977).

As contradições de classe repercutem no seio do próprio Estado, na natureza mesma do Estado e em suas relações com as classes sociais. O Estado representa o interesse político, a longo prazo, do conjunto da burguesia, sob a hegemonia, ou não, de uma das suas frações. Estas frações se situam no terreno da dominação política, fazendo parte

dos blocos no poder. No momento atual, segundo Poulantzas, a autonomia relativa do Estado estaria restringida em função da monopolização e hegemonia particular do capital monopolista sobre o conjunto da burguesia.

Boron (1999) entende que, em vez de uma separação “relativa”, as empresas transnacionais, com seu poderio, seriam as novas expressões do Estado, e, assim, na profusão dos seus interesses, colocariam sérias dificuldades às instituições da democracia representativa. A sua incontornabilidade desestabilizadora gera uma assincronia entre a reestruturação neoliberal em curso e o funcionamento das rapidamente obsoletas instituições do “capitalismo democrático”.

Cabe ressaltar que, embora tenha sido grande o esforço dos países capitalistas desenvolvidos e das agências multilaterais sob seu controle, de disseminar a proposta neoliberal (abertura da economia, enxugamento do Estado e reformas sociais), os seus Estados continuaram grandes e ricos, com muitas regulações sobre o funcionamento dos mercados, arrecadando muitos impostos, promovendo formas sutis de protecionismo e subsídios e convivendo com déficits fiscais elevados.

Mas, com o decorrer dos anos 1990 e 2000, após as derrotas das forças populares, as instituições erigidas no interregno 1950-1970, aos poucos, assimilaram a cartilha neoliberal, mesmo que seu êxito (crescimento econômico sustentado e diminuição do desemprego) tenha sido mais ideológico e cultural do que econômico. Pronunciam-se tendências à mercantilização de direitos conquistados pelas classes populares, agora, convertidos em bens ou serviços adquiríveis no mercado.

Para a periferia, as reformas econômicas postas em prática, nomeadamente na América Latina, foram, de fato, contra-reformas, orientadas para aumentar a desigualdade econômica e social e esvaziar o conteúdo das instituições democráticas e dos espaços públicos. As privatizações significavam a abertura de espaços, antes públicos, à acumulação de capital, transferindo demandas sociais do Estado para o mercado. Aqueles “que puderam, tornaram-se reais (e vorazes) consumidores; outros, a maioria, tiveram que se contentar em ser consumidores virtuais, apropriando-se – graças à televisão e à propaganda – de maneira simbólica ou vicária das migalhas do festim



neoliberal.” (Boron, 1999, p. 17). A mercantilização da vida social abalou as relações entre Estado, mercado e sociedade. Direitos, demandas e necessidades, anteriormente consideradas assuntos públicos, transformaram-se em questões individuais.

As grandes empresas tornaram-se verdadeiros “Leviatãs”, com suas movimentações financeiras e receitas muito superiores ao PIB de territórios com milhões de pessoas. O poderio que esses megaconglomerados passaram a exercer sobre os mercados mundiais não encontraria precedentes na história.

A aceleração na velocidade de rotação do capital, facilitada pelo desenvolvimento da microeletrônica, teve influência considerável, junto com outros fatores, sobre a definição da luta pela hegemonia. Essas modificações, no desenvolvimento das forças produtivas, pesaram a favor do capital financeiro, aprofundando tendências recessivas da economia mundial, agudizando o desemprego e elevando as dívidas externas da periferia. Isso, de certa forma, precipitou a globalização de processos econômicos e financeiros que outrora estiveram contidos nos espaços nacionais. Porém, nova não é a necessidade do capital de se tornar global, e sim a escala que tomou essas transações nas diversas economias nacionais. Essas grandes empresas passaram a influenciar, ainda mais, as estruturas decisórias das nações, guardadas as devidas especificidades nacionais. Se, por um lado, essas transnacionais viram seu poderio de intervenção, na sociedade, aumentar, por outro lado, as instituições tradicionais da democracia representativa viram seus recursos escassearem, tornando-se lentas e ineficazes.

É pertinente questionar até que ponto é possível controlar e regular um alvo móvel tão dinâmico como as megacorporações transnacionais – ou os movimentos internacionais de capitais que elas promovem – com os exíguos recursos e as obsoletas tecnologias de que dispõem os empobrecidos Estados nacionais. (Boron, 1999). Essas grandes empresas adquiriram importância decisiva nas arenas onde são tomadas as decisões da vida econômica e social: nos ministérios da Economia e da Fazenda, nos Bancos Centrais, instituições financeiras e nos altos escalões do Estado. Seus interesses são defendidos por uma série de atores estratégicos da economia mundial (FMI, Banco Mundial, grandes bancos comerciais e seus comunicadores sociais, publicistas e acadêmicos). Essas transnacionais que dominam os mercados mundiais passaram a ser

protagonistas das débeis democracias, projetando-se, decisivamente, sobre a esfera pública e os mecanismos decisórios dos Estados.

Se, entre 1945 e 1973, um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico conformou um quadro social com características distintas do período precedente, esse arranjo entra em colapso a partir de 1973, quando “os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão do pós-guerra são suficientemente significativos.” (Harvey, 2006, p. 119). O Estado, que havia assumido diversas demandas, agora, passa a ser visto como o grande vilão, causador da ineficiência geral da economia e, portanto, da queda nas taxas de lucro.

As pressões crescentes por parte da classe trabalhadora sobre o Estado tiveram por resultado a ampliação, cada vez maior, do conjunto de serviços oferecidos (assistência médica, educação, saúde, habitação), muito embora essa mesma expansão de oferta fosse limitada pela capacidade de contínua aceleração da produtividade no âmbito corporativo. Nesse sentido, estava claro que qualquer problema no processo de acumulação colocaria dificuldades ao desempenho do Estado de Bem-Estar Social. O modo de produção capitalista sempre apresentou dificuldades em difundir, para além de um círculo restrito de trabalhadores, os ganhos na produtividade. A contradição entre capital e trabalho não permite que, sob este modo de produção, seja possível a construção de uma sociedade onde todos podem desfrutar dos resultados da produção social de forma equitativa. Expressões como justiça social e igualdade, nesse contexto, aparecem como ideológicas e cada vez mais distantes das condições efetivas de reprodução social e econômica do modo de produção capitalista.

Mesmo com a crise, mantém-se uma estreita imbricação entre os interesses do capital e as ações de Estado, para Brunhoff (1985). O Estado apresenta-se como fundamental ao processo de reprodução do capital e não atua de forma exógena à economia. Dentre as suas funções destacam-se a reprodução da força de trabalho (fonte do excedente conseguido na produção) e a gestão da moeda (visando a garantir uniformidade no padrão de preços e legitimar a forma moeda), fundamentais para bom andamento do circuito D-M-D'. A autora entende que “os lugares e as regras das intervenções estatais

são determinados pelas necessidades da produção e da circulação do capital.” (Brunhoff, 1985, p. 65). Essas formas particulares de intervenção se traduzem em normas de gestão definidas e acionadas por instituições criadas em embates e compromissos de classe, podendo até ter um caráter anacrônico em relação ao próprio capital, ou seja, não sendo uma criação peculiar dessa forma de produção, embora persista no contexto de suas relações sociais.

A incorporação da política econômica às funções desempenhadas pelo Estado acontece de forma mais explícita a partir da inserção da nação num contexto de concorrência intercapitalista global. Ainda nos anos 1930, embora continuem centrais a reprodução da força de trabalho e a gestão da moeda, as modalidades de sua gestão sofrem modificações significativas exatamente por conta dessa inserção. A ação do Estado, que subordina o trabalho ao capital, é complementar à ação do próprio capital. A forma pública assumida pela exploração capitalista dá-se, justamente, pela mediação estatal, que, ao fornecer o arcabouço jurídico-legal, converte essa relação em um contrato de iguais que trocam, no mercado, seus produtos. A necessidade de um domínio público diferenciado do privado está presente na própria constituição do capital, contudo, os limites entre o público e o privado continuam dependentes dos interesses e necessidades do momento.

Mesmo a economia norte-americana não ficou imune às transformações do espaço econômico sob a internacionalização do capital. O desmantelamento das fronteiras nacionais ocorreu em meio à desindustrialização resultante da transferência das atividades industriais para locais mais propícios à valorização dos capitais. Sob a ideologia da regulação segundo as regras do mercado, o Estado conservou sua influência sobre a moeda nacional e a política social. Agora, porém, o problema da política econômica foi substituído pelo das estratégias das empresas multinacionais. Nesse contexto, os Estados “dominados pela presença americana seriam duplamente enfraquecidos por essa modificação.” (Brunhoff, 1991, p. 181). Mesmo Keynes, suposto contraponto, sucumbe à ideia tradicional de um Estado externo à economia, não rompendo com os liberais, ao legitimar a ação estatal sobre o investimento. Deixa-se, assim, transparecer que a intervenção econômica do Estado o coloca como sujeito político que age por fora da economia de mercado (intervenção errônea ou benéfica de

acordo com a tendência - liberal ou keynesiana). Daí decorre o equívoco de colocar as empresas multinacionais e os Estados como opostos e a dificuldade de inteligir as formas políticas que a concorrência assume no mercado mundial, como confrontos e compromissos entre Estados. Elimina-se, portanto, a necessidade de concertação de um novo “consenso social”. Se no centro da política econômica permanece a “polícia da moeda e a polícia dos salários, elas não suprimem as outras intervenções estatais, mas elas as superdeterminam. Fica claro que o mercado, então, não pode administrar sua própria crise sem a intervenção do Estado.” (Brunhoff, 1991, p. 182).

## **2.6 A classe trabalhadora e a crise econômica**

Com a crise econômica, explicita-se a fragilidade do que se convencionou chamar de sociedade salarial, demonstrando que a prosperidade de determinados setores da classe trabalhadora só se tornou possível graças às taxas de crescimento do PIB, às remessas de lucro, juros e royalties por parte da periferia e à pressão exercida pela classe trabalhadora organizada, por melhores condições de trabalho. As transformações do capitalismo – referentes aos novos padrões tecnológicos, às novas formas de organização da produção e ao uso da força de trabalho no processo produtivo, vêm acompanhadas de um decréscimo substancial do emprego como concebido sob as condições do padrão fordista (com carteira assinada e sob a regulação da legislação laboral e sindical dos anos 1950, 1960 e 1970). Emergem novas formas de trabalho, exigindo um “novo” trabalhador e levando a luta da classe trabalhadora a um novo patamar.

Há uma regressão em direção ao Estado penal, policialesco, repressivo, que sacrifica funções sociais em nome do mercado e dos lucros. Assiste-se à multiplicação de empregos precários e sub-remunerados como estratégia do capital em busca de vantagens operacionais e de custos, visando um maior grau de retorno dos seus investimentos. Na Europa, as empresas dirigiram-se para as nações em que não havia uma proteção social ampla e mantinha baixos níveis salariais. É um momento em que se

busca, a todo custo, apagar os vestígios de Estado social, visto como obstáculo ao funcionamento harmonioso dos mercados.

O advento da produção flexível, decorrente da concorrência intercapitalista, mas também da necessidade de controlar o movimento operário e reposicionar-se diante da luta de classes, traz como novidade o envolvimento manipulatório. Essa técnica será usada como mecanismo de busca, pelo capital, do consentimento e adesão dos trabalhadores aos projetos de reestruturação produtiva no interior das empresas. Tais projetos fariam parte, segundo os empresários, das exigências da competição internacional. Trata-se de uma forma de alienação ou estranhamento que, diferenciando-se do despotismo fordista, leva a uma interiorização ainda mais profunda do ideário do capital, avançando no processo de expropriação do *savoir faire* do trabalho. (Antunes 1999).

Embora possamos falar de uma acumulação flexível e de movimentos de flexibilização, é preciso ter cuidado ao conceituar esse movimento como novo, afinal, não podemos esquecer que o desenvolvimento do trabalho assalariado “é a própria fenomenologia de sua peculiaridade ontológica: ser “flexível” às necessidades do capital em processo. É por isso que o complexo da reestruturação produtiva apenas expõe, de certo modo, o em-si “flexível” do estatuto ontológico-social do trabalho assalariado: por um lado, a sua precarização (e desqualificação) contínua (e incessante), e, por outro lado, as novas especializações (e qualificações) de segmentos da classe trabalhadora.” (Alves, 2005, p. 23).

A ofensiva do capital mediante a reestruturação produtiva das empresas e do Estado encontrará resistência. Os sindicatos e partidos que haviam feito uma política decolaboração com a racionalização técnica em troca de benefícios sociais e salários, ficam surpresos com os levantes operários de fins dos anos 1960. Experiências feitas no âmbito sociológico, em colaboração com os representantes da classe trabalhadora, a exemplo das que ocorreram sob o patrocínio da Escola das Relações Humanas, na busca pela otimização da satisfação e motivação dos trabalhadores nas fábricas, expressam bem o tom colaboracionista de lideranças sindicais. Porém, o movimento das bases fez com que as direções sindicais abandonassem essa postura cooperativa e apoiassem as

exigências dos trabalhadores, mais ligadas às causas técnicas, econômicas e políticas do que aos efeitos psicológicos e sócio-psicológicos das diferentes estruturas de trabalho.

Se, nos anos sessenta, há uma virada ideológica e concreta nas condições de luta dos trabalhadores, nos anos 1970 isso se radicaliza e a propriedade dos meios de produção volta a ser questionada nos países centrais. Em diversos âmbitos, como o da regulação do processo de trabalho (segurança e saúde ocupacional), do meio ambiente, da divisão de responsabilidade no local de trabalho e no tocante ao poder de inversão do capital, os trabalhadores tentam trazer para si o poder de comando. Entre 1960 e 1979 inúmeras legislações foram aprovadas ampliando o direito dos trabalhadores no local de trabalho, limitando demissões e ingerências sobre áreas como saúde, segurança e meio ambiente, além de incorporar a participação dos trabalhadores em tomadas de decisão sobre inovação tecnológica e investimentos.

Embora o proletariado tenha tido seguidos êxitos na sua luta, esta teve uma ênfase maior na conquista de direitos e na crítica à organização taylorista-fordista do processo de trabalho. Aspectos como o modelo de desenvolvimento industrial inerente a essa forma de organização da produção e os seus custos sociais e ecológicos, ou relacionados à subordinação, cada vez maior, da vida social às exigências da reprodução do capital, não se tornaram eixos hegemônicos das revoltas. Diversas lutas sociais, desenvolvidas no bojo daquele processo, ficaram desligadas desses movimentos, demonstrando suas limitações. Outro aspecto destacado a respeito dos limites desses movimentos de classe foi seu caráter temporário, explícito nas especificidades dos seus conteúdos e objetivos.

O caráter disperso e fragmentado das lutas e a ausência de intermediação e apoio de organizações que poderiam ter garantido sua coordenação e convergência, facilitaram a ação das organizações social-democratas, únicas de caráter permanente, que, na altura, atuaram mais para combater esse movimento autônomo do que para fortalecê-lo. Nessas condições, tal vertente buscou tirar proveito do isolamento progressivo das lutas e assim recuperar o controle em seu benefício próprio. Na verdade, o refluxo do movimento teve início antes mesmo que a presente crise do capitalismo ocidental se abrisse. Tal crise iria, ao mesmo tempo, permitir à classe dominante retomar a ofensiva, realçar o

enfraquecimento do movimento sindical social-democrata e diminuir o poder de pressão do proletariado ocidental. (Bihar, 1998).

Inúmeros experimentos produtivos (especialização flexível na Terceira Itália, kalmarianismo na Suécia), a partir dos anos 1970 e 1980, surgirão em resposta aos entraves que a luta de classes colocava ao processo de valorização do capital. Porém, dentre essas novas formas de gestão, a experiência da Toyota no Japão mostrar-se-á mais promissora aos desígnios do capital. Num contexto em que a busca dos ganhos deveria se dar sob a produção de quantidades cada vez menores, as respostas do modelo toyotista serão as mais eficientes, não só pela super-exploração da força de trabalho, mas pelo engenhoso envolvimento manipulatório do trabalhador.

O êxito da economia japonesa chamou a atenção do resto do mundo, ao possibilitar um rápido ganho de produtividade e acentuado crescimento econômico, desbancando a Europa e tomando muitos mercados estadunidenses. Representando derrotas sucessivas dos movimentos operários, ao longo dos anos 1980-90, o toyotismo estabelece-se realizando mudanças nas relações sociais de produção. Diminui o volume da força de trabalho, reorganiza o espaço produtivo, desconstrói a autonomia sindical e redefine os direitos dos trabalhadores.

O toyotismo desconcentrou, espacialmente, a produção, usou as novas tecnologias para introduzir novas formas de controle sobre a força de trabalho, permitindo explorar, também, a sua intelectualidade. Fomentou a competição entre os trabalhadores, através do controle de suas atividades pelos seus pares, utilizando para isso o artifício da remuneração baseada na equipe e em características individuais. Bernardo (2004) coloca a emergência do toyotismo como uma reação à classe trabalhadora. Sua disseminação minou a força da classe trabalhadora ao enfraquecer a coesão. Aos poucos, a crise econômica, o elevado desemprego e a desmobilização das lutas enfraquece o contraponto ao toyotismo, tornando-o hegemônico.

### **3. FORMAÇÃO DO ESTADO E MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL**

#### **3.1 A ação do Estado no processo de acumulação dos anos 1930**

A presença de poderes locais fortes, representados pelas respectivas aristocracias fundiárias e a debilidade da burguesia nacional brasileira, foram fatores impeditivos ao processo de formatação do Estado nos moldes observados nos países centrais. Após os anos 1930, o Estado atua como mecanismo institucional viabilizador do processo de acumulação. A limitada esfera da circulação e a ausência de uma hegemonia do capital tornam necessária a ação do Estado no processo de acumulação de capital necessária. A hegemonia do capital

só consegue se tornar concreta quando as condições internas no âmbito de cada espaço se tornam permeáveis ao domínio de suas forças mais representativas. Daí a essencialidade do papel do Estado como veículo que possibilita a utilização legal de instrumentos – como a coerção extra-econômica – voltados para a criação de um exército de trabalhadores livres, à disposição do capital, ou a destruição de formas anteriores de organização da produção. O Estado exerce papel fundamental na abertura de condições para a liberdade de exploração e ruptura com entraves estruturais, das quais resulta a criação de condições necessárias ao domínio das forças do capital. (Oliveira, 2004, p. 269).

O Brasil, ao final dos anos 1920, sofrerá intensas mudanças em razão das modificações provocadas pela decadência do agronegócio do café. Crescem as dissidências entre as oligarquias regionais, uma juventude militar passa a questionar alguns pressupostos do regime republicano emergente e aparece uma contradição explícita ao capital, o proletariado urbano industrial. A crise internacional e os conflitos sociais que eclodiram desde o final do século XIX, deflagram o início da transição da acumulação baseada na economia mercantil-exportadora para uma acumulação baseada na geração de valor dentro dos espaços fabris.

De fato, as restrições impostas pela débâcle internacional, notadamente quanto ao estrangulamento externo e à falta de mercadoria, seriam significativas para a expansão



do setor de bens de consumo e de capital. A própria política de proteção do café vai começar a encontrar dificuldades, justamente pela queda significativa na demanda internacional do café. Junto a isso, no plano internacional, do fim da Primeira Guerra Mundial até os anos 1935, reabre-se a problemática dos limites de um modelo institucional e sua incapacidade de regular as diferenças entre os mais diversos interesses socioeconômicos. O liberalismo que emoldurara grande parte do século XIX se esvaía na mesma medida em que se concentravam os capitais e se intensificava o poder dos monopólios. Contra a aliança entre importadores e exportadores de produtos agrícolas, fixa-se uma diretriz protecionista, avessa ao liberalismo. As classes dominantes dividem-se entre facções liberais e aquelas mais próximas à defesa da intervenção do Estado na sociedade civil. Mas com o acirramento das posições das classes trabalhadoras, tem início uma aproximação entre liberais e intervencionistas, que tinham tido, até então, posições divergentes.

Para desenvolver o capital, seria preciso realizar mudanças sociais, fundamentais ao processo de desenvolvimento do capitalismo. A “plena maquinização do processo produtivo era uma exigência absoluta do momento de surgimento entre nós do capital industrial. Ou seja, o capital industrial no Brasil tinha de se curvar diante de um século de desenvolvimento do capitalismo.” (Antunes, 1976, p. 50).

O deslocamento do eixo hegemônico e do excedente comercial da economia agrário-exportadora para a economia industrial será acompanhado da retenção interna da mais-valia. Estavam dadas as condições para o capital desenvolver-se em uma estrutura de mercado monopolista. Subsídios, financiamento público, legislação trabalhista, investimento em infraestrutura, confisco cambial, subsídio cambial para importação de equipamento e a distribuição dos ganhos entre os grupos, são provas da ampliação das funções do Estado. A aplicação interna dos excedentes buscava viabilizar o aumento na taxa de lucro e criar um mercado interno que desse sustentação ao processo de acumulação do capital nacional (Ianni, 2004). Estava clara a ideia de que para levar a cabo o processo de desenvolvimento industrial numa nação periférica, subdesenvolvida ou de base colonial, era preciso romper ou reestruturar suas relações com os centros dominantes ou com as ex-metrópoles. A revolução de 1930, contudo, não consegue romper com a estrutura econômica e social determinada externamente. Mesmo com as

crises, não havia grandes incentivos para diversificação da produção agrícola e para aceleração da industrialização.

A ideia do governo era estimular o desenvolvimento industrial, embora estivesse limitado pela capacidade de financiamento e por divergências ideológicas no seio das classes dominantes. O debate entre um desenvolvimento espontâneo e outro estimulado, expresso nas figuras de Roberto Simonsen e Eugenio Gudín, respectivamente, não iria se esgotar. As ações do governo demonstravam a fraqueza das posições mais alinhadas com a intervenção estatal. A intervenção no domínio econômico só seria legítima, no entanto, para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção. O objetivo deveria ser evitar ou resolver os conflitos e introduzir no jogo das competições individuais, os interesses da Nação, representados pelo Estado. (Ianni, 2004).

O processo de transformação do Estado num poderoso centro de decisão é levado a cabo com a reformulação do seu quadro institucional. A centralidade do Estado na condução do desenvolvimento implica a sua reconfiguração, agindo como mecanismo importante na diversificação das forças produtivas. O Estado torna-se o eixo dinâmico tanto do processo de desenvolvimento do capital como do apaziguamento das contradições que subjaziam à própria constituição do capital na sua fase industrial. Tudo deve passar pelo Estado: a solução de crises sociais, a construção de um desenvolvimento equilibrado, o combate às secas, a proteção do seringueiro, a proteção alfandegária, as reformas educacionais, a garantia de uma distribuição ótima dos recursos produtivos (ineficiente em tempos de livre concorrência), a coordenação das reservas de mão de obra, de capital e técnica. O Estado, segundo Ianni (2004), amplia suas dimensões, mediando as relações entre as classes sociais, mas também organizando o sistema segundo os interesses das classes dominantes.

Uma revolução pelo alto era operada na tentativa de inserir o País na nova dinâmica global, sem afetar radicalmente os interesses dominantes envolvidos. A constituição do Bloco Operário-Camponês, proposta pelo Partido Comunista, agregava setores da classe trabalhadora, viabilizando a participação no processo de transição, embora não tendo o peso e o protagonismo esperado. Em que pesem as divergências quanto ao modelo a ser

colocado em prática para (re)organização social (centralizado ou descentralizado, agroexportador ou industrial), o pacto de classes integrou interesses do agronegócio (garantindo certa entrada de divisas) e das manufaturas. A burguesia industrial, sem controle hegemônico, fez concessões à burguesia agrária e financeira.

### **3.2 A classe trabalhadora e a estrutura sindical**

A reformulação do aparelho estatal, regulamentando o trabalho e a própria atividade industrial, destruindo regras econômicas anteriores e incentivando a expansão do mercado interno, altera, sensivelmente, a estrutura de acumulação anterior. Inauguram, segundo Oliveira (2003), um novo modo de acumulação, agora mais dependente de uma realização interna da produção. A legislação trabalhista, mais do que uma estrutura corporativa, foi fundamental para atingir os níveis de acumulação desejados. Ao igualar por baixo os salários nos centros urbano-industriais, a legislação permitiu tratar trabalhadores especializados como desqualificados, impedindo até a formação de um mercado de trabalho dual. Essa legislação, com forte influência das formas jurídicas do direito corporativista italiano, era expressão da capacidade do Estado brasileiro, na sua versão varguista, de aglutinar em torno de si tanto os proprietários rurais (forças pré-capitalistas, ligadas ao agro), como a burguesia industrial.

A passagem de um Estado liberal para um Estado corporativo, autoritário, centralizador e burocrático ocorre em meio à agudização dos conflitos de classe. As vanguardas trabalhistas, expressas nas correntes comunistas e anarquistas, precisavam ser desarticuladas. A organização da Aliança Nacional Libertadora e a irrupção do levante comunista de 1935, demonstravam tanto a força da classe trabalhadora como colocavam a necessidade das classes dominantes de chegarem a um termo comum diante do acirramento das contradições. Daí em diante, a criação da legislação social, a cassação dos setores mais combativos do proletariado ainda em formação e a instituição do Estado Novo, serão marcos de uma nova institucionalidade. Finalmente, o capitalismo liberal e desorganizado cede ao plano.

A contradição entre estas classes (burguesia industrial e proletariado urbano) tendia a agudizar-se nas cidades, que já assistiam à emergência de uma classe trabalhadora organizada. O Estado oligárquico já não se encontra em condições de defender os interesses dominantes e de dar conta das demandas do contexto histórico. No seu processo de ajustes, novas configurações estatais são forjadas para incorporar demandas e pressões dos trabalhadores. A fórmula corporativa é o apanágio para a consolidação do pacto entre o capital agroexportador, industrial e a classe operária.

As vertentes anarquistas, focadas na busca por melhores salários e condições de trabalho (através de lutas espontâneas e isoladas), descartando a luta pelo poder estatal, desconsiderando a necessidade de criação de uma organização político-partidária e eliminando a possibilidade de alianças com os demais setores dominados, tinham posições menos inclinadas a uma relação de compromisso com o Estado ou mesmo de integração ao aparelho. Estas logo serão expurgadas. O pragmatismo da base sindical mostra-se mais forte, em busca do acesso às garantias que seriam dadas aos trabalhadores que estivessem em sindicatos reconhecidos pelo Estado. Os comunistas, tendo uma estratégia diferente da adotada pelos anarquistas, optam por uma luta dentro dos marcos legais do Estado corporativo. Os direitos previstos em lei só poderiam ser auferidos pelos sindicatos que estivessem, formalmente, integrados e regulamentados pelo Estado. Nesse ínterim, surgem sindicatos organizados pela igreja, de feição católica ou mesmo integralista, como contraponto às outras tendências da classe trabalhadora.

O trabalho e o sindicato regulados, condição imposta aos trabalhadores para reconhecimento da legislação laboral, limita o pluralismo organizacional dos trabalhadores. Tal regulação, ao instituir direitos, mostrar-se-á, na prática, um mecanismo de controle do ímpeto da classe trabalhadora. O Estado fixa a jornada de trabalho, regula o trabalho feminino e do menor. Por essa via, induz, a partir de 1934, o aumento do número de sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, mesmo diante do receio dos industriais e dos setores oligárquicos em dar voz e visibilidade aos trabalhadores.

Ao liquidar, previamente, as organizações independentes, seus líderes, suas influências comunistas e anarquistas e usar da prática de cooptação, o Estado foi minando a

resistência operária. Introduziu o viés corporativista na emergente legislação trabalhista e exerceu forte fiscalização, através do Ministério do Trabalho, sobre as assembleias e balanços contábeis. O maior golpe seria desferido ao deslocar o processo de ajuste salarial do mercado e de suas lutas imprevisíveis, para dentro do Estado, com arbitragem do Ministério do Trabalho. As leis trabalhistas assumem, claramente, a função de buscar a harmonia social ou a delimitação do conflito, com o Estado assumindo a tarefa de disciplinar a força de trabalho e evitar ou reprimir qualquer distúrbio causado pela pauperização.

A classe trabalhadora nesse processo de transição, que se desenrola ao longo da década de 1930, iria desempenhar um papel marginal. Incipiente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, e débil nas demais regiões, os trabalhadores não tinham capacidade organizativa nem visão de futuro definida, capaz de disputar os espaços que se abriam. Expressões mais significativas, como o PCB (fundado em 1922) e as organizações anarquistas, não tiveram grande participação no processo. Sob a influência dos assalariados médios, dos industriais e de setores militares, a transição foi aos poucos configurando uma nova institucionalidade, que buscava incorporar os novos atores.

A classe operária emergente, desenvolvendo-se tanto em termos numéricos como em relação à tomada de consciência da sua condição de classe, não chega a ser significativa em relação ao total de trabalhadores. Formada por homens do campo e imigrantes europeus, sob forte influência anarquista, mantém-se na luta por interesses imediatos. (Antunes, 1988).

A inexistência de uma transição burguesa clássica no Brasil implicará no debilitamento de instituições liberal-democráticas e na ausência de expressões populares ou canais de manifestação de seus interesses. Através da repressão e regulação sobre os trabalhadores e sindicatos, o Estado desmobilizou o incipiente movimento operário. A era Vargas inaugura novas formas de controle sobre o trabalho, fomentando a constituição de uma política sindical universal. Por outro lado, a legislação passa a ser o contrapeso dessa repressão, limitando, em parte, abusos da classe burguesa. Controle e desmobilização são articulados nos primeiros anos da década de 1930. A subordinação dos sindicatos ao Estado, a proibição de atividade política e ideológica, a intervenção do Ministério do

Trabalho junto às diretorias e o controle financeiro seriam fundamentais para viabilizar os interesses tanto do capital privado quanto do Estado.

O efeito da repressão sobre a classe trabalhadora será patente. Aos poucos os segmentos mais combativos ou se dobram diante do poderio estatal e se integram às rédeas da legislação sindical ou sucumbem diante do esvaziamento das suas organizações. Para o capital, tal repressão teria um papel fundamental não só em viabilizar os níveis de exploração exigidos, como reenquadrar a classe trabalhadora aos seus objetivos. Embora a combatividade e a resistência tivessem permanecido (podendo-se afirmar que a integração não se deu de forma passiva), fato é que, após 1935, ano do Levante Comunista e da reivindicação, por parte Aliança Libertadora Nacional, de uma frente ampla classista, confrontadora das alianças que excluía os trabalhadores de qualquer participação política mais expressiva, a repressão irá aumentar. Há um declínio das lutas, mesmo as de conotação estritamente econômica. A greve, elemento fundamental e aglutinador não só de lutas concretas, mas de um possível desenvolvimento da consciência de classe, reduz-se após a repressão ao levante armado.

Entre 1937 e 1945, há um refluxo das lutas sindicais. A desmobilização dos trabalhadores e de suas vanguardas era visível pela redução das greves e pela mudança das pautas reivindicativas. A tendência ao domínio das cúpulas integradas aos interesses do capital torna-se lugar comum. As bases são aos poucos desmobilizadas. A instauração da ditadura do Estado Novo, com seu perfil fascista e corporativo, mesmo com nuances nacionais, irá acentuar a incorporação dos sindicatos ao Estado e a repressão. A lei orgânica da sindicalização profissional, decretada em 1939, reforça a obrigação das associações profissionais em operar de acordo com as normas do Ministério do Trabalho.

### **3.3 Democracia e lutas trabalhistas após a Segunda Guerra mundial**

Após o período de repressão aberta e arrefecimento das lutas, a redemocratização, em 1946, representa uma momentânea reabertura do espaço político e a opção por uma

política pró-aliados. O período de aproximação das tendênciasnazi-fascistas sofre uma inflexão após a necessidade de um posicionamento mais claro do Brasil no conflito mundial. Mas é somente com o fim da guerra que as tendências liberal-democráticas encontram fôlego para emergir. Nesse caudal, sai na frente o próprio regime de exceção, que, ainda no ano de 1942, começa uma aproximação com as classes trabalhadoras, a altura uma de suas bases de sustentação. A criação do Partido Trabalhista Brasileiro seria parte dos anseios de arregimentar forças para futuras disputas. A legislação trabalhista passa a ser amplamente reconhecida como uma benesse do Estado aos trabalhadores. O trabalho e a figura do trabalhador passam a ser exaltados pela ideologia trabalhista. Tal discurso coloca Getúlio Vargas como uma das expressões mais importantes do trabalhismo no Brasil. Ainda durante o período beligerante, a ideologia trabalhista tinha também a tarefa de tentar convencer os trabalhadores da necessidade de realizar esforços extraordinários em um período atípico, pois o momento exigia restrições à legislação vigente (suspensão do direito de férias, aumento da jornada de trabalho, arrocho salarial, controle sobre a mobilidade no mercado de trabalho).

A deposição de Vargas, em 1945, e a convocação das eleições vinham no bojo dos acontecimentos pós Segunda Guerra Mundial. A tentativa de manter Vargas no poder não recebeu a adesão dos militares, que o depuseram e empossaram o Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, como o novo presidente. Posteriormente foi aberto o pleito eleitoral que elegeria, no dia dois de dezembro de 1945, Dutra, o novo presidente. Ainda no final do período varguista, o contexto internacional teria influenciado o questionamento das restrições políticas, abrindo espaço para pressão por abertura política. A volta do partido comunista à legalidade e a convocação de eleições para a Constituinte são decorrentes desse contexto. No arranjo político orquestrado para a transição, o PTB apoiaria o General Dutra, do PSD, partido criado pelos governistas.

Mesmo com a liberdade política restabelecida e a legalização dos setores mais combativos da classe trabalhadora, o ambiente conservador se mantinha. Àquela altura, o receio de um retorno das oligarquias e de seus aliados liberais e estrangeiros, faria com que setores da classe trabalhadora pendessem para o lado petebista, representado por Vargas, e se aliassem em torno do projeto político nacionalista. Mais uma vez o papel da burguesia nacional e do Estado diante dos interesses estrangeiros e

latifundiários será determinante para os rumos políticos e sociais do País. À classetrabalhadora, sempre vista com ressalvas e conclamada somente nas horas de dificuldades pelos “ditos” nacionalistas, caberia um papel secundário, mas não menos importante.

A aproximação com os norte-americanos seria viabilizada pela Missão Cooke (1942), a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (1948) e a Missão Abbink (1949). Tal aliança vinha sendo construída desde o período em que o Brasil se posicionou ao lado dos países aliados. O liberalismo ressurgia, e a abertura aos produtos e capitais estrangeiros se tornava o eixo da inserção na economia internacional. A defesa da iniciativa privada, a assistência estatal, a colaboração externa e a orientação governamental do desenvolvimento, eram prerrogativas de um discurso quase uníssono entre empresários, capitalistas e técnicos do governo.

A criação da Comissão Mista Brasil-EUA difundiria uma posição anti-estatista e antinacionalista, privilegiando a ideia de igualdade entre nacionais e estrangeiros. A ideia de um desenvolvimento sob bases mais autônomas, com um eixo decisório interno, não teria mais a mesma força que teve nos anos 1930. Abandonava-se a possibilidade de uma integração ativa no processo de acumulação de capital. O poder público, que ensaiava políticas pautadas no planejamento e em estudos criteriosos, substituiria suas ações por garantias de estabilidade das regras do jogo, agindo segundo interesses estritamente privados. (Ianni, 1986). Incapaz de fomentar um projeto alternativo capaz de dirigir a sociedade, a burguesia brasileira, impedia que o Estado se internacionalizasse, mas não conseguia construir nenhum projeto alternativo. Sabia que podia ser aniquilada pela grande burguesia internacional, mas evitava qualquer aliança com os trabalhadores. Ela não possuía um projeto próprio, mas detinha plano contra quem se arvorava como vanguarda de um programa nacional, postura que sempre evitou assumir. (Oliveira, 2001, p. 37-38).

As multinacionais e os fluxos financeiros regulados pelos acordos de Bretton Woods passam a interligar o mundo capitalista e parte das economias socialistas soviéticas. A pressão do capital internacional direciona o posicionamento global do Brasil. A criação do GATT e do FMI força as economias capitalistas a atuarem sob a órbita dos países



centrais. À dependência econômica e tecnológica, soma-se a dependência financeira, pelo debilitamento progressivo do balanço de pagamento e pelo aumento da dívida externa e dos serviços desta. As reservas acumuladas durante o período beligerante seriam consumidas.

Os embates entre burguesia e classe trabalhadora, embora num ambiente democrático, continuavam limitados pela estrutura sindical corporativa. A mobilização teria que se manter sob a tutela do Estado e regulada pela legislação que vigorou ainda no período estadonovista.

A filiação sindical e o número de sindicalizados teriam um acréscimo significativo. A criação do Movimento de Unificação dos Trabalhadores, encabeçado pelos comunistas, seria expressão de lucidez quanto às limitações impostas pela estrutura sindical corporativa. O MUT trazia a perspectiva de que era preciso romper com a estrutura corporativa e buscava uma unificação em torno de pautas gerais. A criação de comissões de fábrica teria um papel destacado na sequência de greves do período. A defesa da autonomia sindical, a criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil<sup>4</sup>, a luta pela estabilidade, participação nos lucros, segurança no trabalho, direito de greve, seguro social, eleição de delegados sindicais e a liberdade de organização sindical para os trabalhadores rurais e funcionários públicos, tornam-se bandeiras do período.

Embora todas as reivindicações constassem em atas e em resoluções, as lideranças sindicais não confrontavam diretamente a CLT, pois entendiam que o “organismo de classe” deveria ser um “meio de garantir o desenvolvimento social do Brasil dentro de um clima de verdadeira ordem e progresso (Resoluções do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, pp. 43-44).” (Badaró, 2009, p. 81).

---

<sup>4</sup> Sem qualquer pretensão de atrapalhar o desenvolvimento da Nação e prezando pela ordem e pelo progresso, as resoluções do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil criam a Confederação dos Trabalhadores do Brasil. Participaram grupos comunistas e ligados ao PTB e até grupos que pertenciam aos ministérios do governo. Nesse congresso, é criada, com a participação de 2.400 delegados, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Sua reivindicação principal seria a liberdade sindical, pelo fim da proibição da sindicalização no campo e de funcionários públicos e contra o excessivo controle do Estado sobre as ações dos trabalhadores e sindicatos.

Nas resoluções, continha a noção que se tinha do Estado, como instância capaz de ser reformada em prol de melhorias para a classe trabalhadora. Mas havia um racha no movimento sindical, entre a orientação partidária do PCB e as pressões da base. As orientações do Politburo russo eram para compor com as forças que derrotaram o fascismo, rechaçar qualquer aliança com as oligarquias agrárias e garantir a transição democrática, diferente das orientações dos setores mais radicais.

O movimento sindical, em ascensão desde 1950, com a criação de novos sindicatos e o aumento dos índices de sindicalização, incrementa sua força política. Os trabalhadores filiados a sindicatos, que eram 474.943, em 1945, chegam a 797.691, em 1946. O PCB, de volta à legalidade, obtém 5% dos votos da Constituinte e 10% dos votos para a Presidência da República. Foram criados organismos intersindicais regionais e comissões por local de trabalho. (Badaró, 2009). A crescente organização levou, em 1946, à convocação do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil.

Em maio de 1947, a ampla repercussão do conflito entre EUA e URSS e o crescente número de greves e filiados, levam o governo Dutra a fechar o PCB, a CTB e as uniões estaduais. A repressão aumentaria não só pelo contexto internacional da Guerra Fria, mas também pela pressão do empresariado. A polícia política montada sob o Estado Novo manteve seu controle sobre os militantes e organizações sindicais. Em 1947, a Divisão de Política e Social (DPS), do Distrito Federal, efetuou 3 mil prisões e 15 mil visitas a sindicatos; em 1948, já havia 56 mil fichas de supostos comunistas.

O impasse entre os dirigentes pelegos e do partido comunista de um lado, e as bases de outro, faz com que as greves dos primeiros anos do governo Dutra aconteçam à margem dos sindicatos. Mas isso não dura muito tempo em razão da repressão logo dispensada a tais movimentos.

As intervenções constantes tornaram-se mais repressivas. A liberalização seria mantida somente no âmbito econômico (abertura comercial, atração de investimentos estrangeiros e limitada intervenção do Estado na economia). No âmbito das relações de trabalho e sindicais, a repressão que seria vista dali em diante, não só no Brasil, mas também nos países centrais, teria uma relação direta com o acirramento das disputas

entre EUA e URSS. A própria ideia de Guerra Fria tomaria corpo e seria usada como justificativa para repressão de inúmeros movimentos de trabalhadores. As greves, embora não preconizadas pelas lideranças, teimavam em irromper, tendo como sustentáculo as comissões por local de trabalho. De fato, ainda estava em jogo a disputa entre a oligarquia, com discurso liberal, aliada dos norte-americanos e o varguismo, ligado a setores mais dinâmicos (industriais) e tendo no apoio popular uma de suas bases de sustentação.

O arrocho salarial praticado demonstraria o caráter regressivo do governo liberal. A inflação, junto à política de congelamento dos salários imporia uma política de “confisco salarial” e de redistribuição concentradora da renda. Embora o Partido Comunista do Brasil ganhasse mais espaço no plano nacional, mesmo na ilegalidade, aglutinando forças que criticavam os rumos tomados pelo País, e ainda ocorressem greves e mobilizações políticas, a situação da classe trabalhadora se agudizava.

### **3.4 Instabilidade política no período desenvolvimentista**

Até os anos 1940, o papel do Estado estava restrito à seara regulatória e à criação de um ambiente favorável para proteção e desenvolvimento da indústria nacional. A partir da década de 1950, com a percepção das limitações do capital nacional em levar adiante tais objetivos, o investimento estatal assume não só a dianteira como os riscos inerentes a esta nova fase do processo de acumulação. A industrialização, internalizada como objetivo estatal ainda nos anos 1930, só nos anos 1950 adquirirá o status de alternativa de desenvolvimento do capitalismo, capaz de integrar seus aspectos mais substanciais com harmonia e compatibilidade significativas. (Draibe, 1985).

À criação de órgãos e de instrumentos que viabilizassem a expansão e diversificação das atividades produtivas (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Banco do Nordeste do Brasil, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Plano SALTE, Programa de Metas, Plano Trienal etc.) somam-se os investimentos em capital, expressos na

Companhia Siderúrgica Nacional, na Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco, na Petrobrás, na Eletrobrás. A visão pontual e desconexa é substituída por uma visão que busca integração nacional. O BNDE, criado em 1952, traz essa orientação, propugnando o financiamento de projetos e obras para o sistema de transportes e portos, para produção de energia elétrica, e impulsionando a indústria básica e agropecuária (armazéns, silos e frigoríficos). O deslocamento do viés agroexportador e a defesa dos interesses industriais explicitam-se nas políticas tarifárias, agora mais adequadas ao desenvolvimento de uma indústria nacional.

A noção de desenvolvimento ganha corpo entre os intelectuais e no seio do próprio Estado. Dinamizar e diversificar as atividades produtivas tornam-se objetivos de Estado. O poder público adquire relevância especial na formação do capitalismo industrial. (Ianni, 2004). O Plano Nacional de Reparcelamento Econômico (Plano Lafer), anunciado em 1951, e o BNDE, serão peças centrais das políticas do segundo Vargas. A escassez de recursos é superada pela ajuda técnica e financeira norte-americana.

Ao programa de desenvolvimento capitalista da agricultura e ao bloco integrado de investimentos na indústria pesada, agrega-se um projeto de desenvolvimento urbano vinculando campo e cidade e a integração das massas através de políticas sociais. Para Draibe (1985), a peculiaridade do governo Vargas, em relação aos anteriores, será sua capacidade de impor o plano, integrando ações para coordenar, sob novo arcabouço institucional, os esforços na agricultura, na indústria, na urbanização e na contenção da organização operária.

Desagradando aos setores mais conservadores com suas políticas consideradas populistas e tendo como uma das bases de sustentação o apoio das massas urbanas, não serão poucas as alusões a uma República Sindical diante da politização das massas e de uma possível subversão da ordem. Contudo, no período do segundo Vargas, não se observa uma política de recomposição salarial ou de incorporação de setores mais combativos às instâncias de poder. A legislação sindical era bem explícita quanto aos limites da pressão política das massas. As pressões de sua “base social” e as pressões das elites nacionais (exceto os industriais) e internacionais por maior abertura

econômica e menos intervenção do Estado na economia, dariam a tônica do debate político e econômico.

Em 1951, com a posse de Getúlio, seriam retomadas as greves. Foram 173 em 1951, e 264, em 1952. O auge desse momento foi a greve dos 300 mil trabalhadores da indústria têxtil de São Paulo, de 1953. (Badaró, 2009). Entre 1955 e o golpe militar, o movimento sindical seria intenso, e atuaria à revelia dos marcos da legislação sindical. As greves, sua visibilidade na opinião pública, a formulação de pautas políticas para o país e a constituição de organismos intersindicais dão o tom da ação sindical. Nos anos 1960 o Brasil já contava com 3 milhões de operários. Foram 15 greves em 1955, 32 em 1959, 60 em 1962 e 77 em 1963 e iniciou 1964 com 38 greves.

O caráter ambíguo desse período torna a expressão “liberalismo autoritário” pertinente. Não houve hesitação em rebaixar o salário, mediante repressão. Mesmo com todo um discurso a favor do trabalho, seria observado ao longo do segundo governo varguista uma série de medidas repressivas. O governo que se revestia de liberal em certos momentos, também se encaixava nas hostes fascistas do integralismo. Figuras importantes da intelectualidade brasileira, ligadas ao integralismo, irão participar, ativamente, tanto do período ditatorial como do período democrático. A UDN anticomunista e opositorista ao governo de Getúlio, o PTB e suas alianças frágeis com o PSD e a classe operária insatisfeita, geram um ambiente de incerteza política. Sem apoio popular e em meio às disputas com a UDN de Carlos Lacerda, Vargas comete suicídio.

A conturbada posse de JK expressava a frágil aliança entre PSD e PTB. Mas, se politicamente discutia-se com quem ficaria com a direção do País, economicamente parece que não havia tantas dúvidas quanto à repartição dos mercados. O “elemento crucial do esquema de política econômica do governo JK foi sua capacidade de unir os interesses objetivos do capital nacional à penetração do capital estrangeiro. Novos blocos setoriais de investimentos, comandados pelas empresas estrangeiras, propiciavam ao capital nacional uma nova fronteira de acumulação, a taxas de lucro elevadas.” (Draibe, 1985, p.242). Ao Estado cabia a estruturação de um ambiente favorável à manutenção de taxas de lucro elevadas, oferecendo incentivos, isenções e

facilidades de importação de equipamento. A integração da economia nacional à divisão internacional do trabalho, nos anos 1950 e 1960, dava-se diante da remodelação do padrão de concorrência internacional.

A intensificação da abertura ao capital estrangeiro permite a consolidação desse capital em solo nacional. A introdução dos oligopólios estrangeiros no País ocorre em um momento de recessão mundial. A utilização, nos espaços periféricos do capitalismo global, de plantas industriais ultrapassadas em seu país de origem, serviu de fôlego para amenizar o esgotamento dos mercados norte-americanos e europeus, no pós Segunda Guerra. Eleva-se para 25,2% a participação da indústria no PIB, desbancando a agricultura, com 22,6%. No entanto, os operários da indústria continuam a ter menor expressão numérica, representando 13% da PEA, em detrimento dos 50% da agricultura.

O Plano de Metas buscava o desenvolvimento econômico mediante influxo de capital estrangeiro, combate à inflação, coordenação do investimento público e orientação do investimento privado. A entrada de capital e de tecnologia externa estaria no centro da estratégia. Estabilidade política (para garantir estabilidade no preço da mão-de-obra), monetária (para controlar os preços gerais da economia) e cambial (para regular os termos de troca) eram as exigências estruturais para a entrada de capitais estrangeiros. Estava no rol de ações a intensificação dos investimentos em energia, transporte, indústria de base, alimentação e a atração de novos setores.

À medida que absorve capitais internacionais, o Estado brasileiro intensifica sua dependência externa, através do controle, cada vez maior, do capital externo sobre setores estratégicos nacionais. Os estrangulamentos externos agora se davam em função das novas relações econômico-financeiras estabelecidas com as empresas e Estados estrangeiros. A Instrução nº 113, da SUMOC, de 1955, visando atrair capital e tecnologia estrangeiras e facilitando a entrada e saída de lucros, dividendos e amortizações, aguça esse quadro de dependência. Mesmo com o crescimento do capital estatal nacional, o capital estrangeiro controlava, em 1955, 48,5% das empresas bilionárias. (Ianni, 1986).

A forma institucional assumida pelas intervenções estatais e suas ligações com o capital privado nacional e internacional passaram a limitar a liberdade decisória do próprio governo. O fortalecimento do capital privado internacional levou a um debate intenso sobre a desnacionalização da economia, gerando uma resolução da Confederação Nacional da Indústria propondo maior regulação à entrada e aplicação de capital estrangeiro, bem como uma nova regulação para remessa de lucros, juros e amortizações e a limitação do crédito a empresas com mais de 50% de capital estrangeiro.

O Brasil dividia-se entre novas formas de integração ao comércio internacional e a manutenção de relações estáveis de dependência e complementaridade. O projeto desenvolvimentista era ligado às massas urbanas e à pequena burguesia, preconizava reformas de base que incorporassem demandas sociais, embora reservasse a estas um papel subordinado. Estava a serviço de uma burguesia industrial que dependia de favores e proteções estatais, defendia uma maior centralização do poder Executivo de

forma a levar adiante o processo de desenvolvimento econômico, internalizando as decisões. O projeto agrário-exportador defendia a manutenção das relações de interdependência e complementaridade com a economia internacional, estava ligado a agro-exportação e a empresas multinacionais estrangeiras, e tinha apoio da base legislativa para frear o ímpeto populista.

Os acordos com o FMI e o Banco Mundial expressavam a incapacidade do País de se impor, reiterando formas de integração subordinadas, em um contexto internacional recessivo e com elevada incerteza política. A entrada de capitais eleva-se substancialmente. Entre 1947 e 1951, será de 257 milhões de dólares, e, entre 1952 e 1959, 1 bilhão e 469 milhões de dólares. (Dowbor, 2009). Ao final dos anos 1950, a crise econômica implicará a redução dos investimentos, da taxa de lucro e na elevação da inflação. Aumenta a tensão entre nacionalistas e internacionalistas. Setores nacionalistas fazem pressão por novas condições de acesso aos recursos públicos e por mais incentivos.

A posse e renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart dão-se em meio à preocupação com a inflação e o crescimento. A dicotomia entre estabilidade inflacionária e crescimento econômico não deixaria espaço para concertações sociais amplas. O empréstimo acertado com o governo americano, em maio de 1963, seria feito com a condição de que o Brasil seguisse as orientações do FMI. A política anti-inflacionária atingiria o câmbio, o crédito, o orçamento e os salários, ou seja, setores cruciais da base de apoio do governo, como os industriais e os trabalhadores. A opinião pública volta-se contra o capital estrangeiro e o FMI e o governo Goulart decide abandonar suas orientações políticas pró-EUA.

Caracterizado como o período mais intenso do processo de consolidação das bases do moderno capitalismo brasileiro, ambas as forças capazes de disputar a direção política e econômica do País tinham em mente a ideia de “não deixar a bandeira da democracia nas mãos dos trabalhadores, mesmo sendo apenas coadjuvantes na cena, pois poderiam abrir espaços para um capitalismo democrático em condições inaceitáveis de participação.” (Oliveira, 2001, p. 36-37). Atrelado ao Estado, o sindicalismo mantinha-se limitado pelas restrições legais. A aliança conservadora entre PSD e PTB, com uma oposição de fachada da UDN, ditava os limites do quadro político brasileiro. Com os partidos de esquerda na ilegalidade e as classes trabalhadoras vistas sempre como uma ameaça, o campo de ação das classes dominantes se alarga.

Incapaz de levar adiante um projeto próprio ou mesmo impedir a internacionalização do Estado, a burguesia nacional sucumbe, demonstrando sua incapacidade de fazer frente à burguesia internacional e o medo de uma aliança com a classe trabalhadora. Os

militares e udenistas tramam uma saída, que contemple os interesses dos setores internacionalizados do capital, sem deixar de beneficiar os nacionais, tarefa que se torna tão mais fácil quanto mais vacilam os chamados nacionalistas. O golpe dado pelos militares, em abril de 1964, responde à conjunção de interesses e expressa a capitulação de uma burguesia nacional fantasma. (...) O intuito é forjar um capitalismo moderno, ajustado às tendências internacionais, de forma conscientemente subordinada, tanto temporalmente como tecnológica e socialmente. (Oliveira, 2001, p. 38).



### **3.5 Regime militar e repressão do movimento sindical**

O final da década de 1960 é o auge da repressão política e o período do “milagre econômico” (1969-1974). Uma maior articulação institucional entre burguesia industrial e aparelho de Estado dá-se mediante as associações empresariais. Organizadas por setores e ramos de produção, a partir da década de 1970 passam a atuar em articulação com entidades estadunidenses e nacionais, a exemplo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Havia, ainda, uma interação entre estas associações e a Escola Superior de Guerra<sup>5</sup>, mecanismo através do qual os EUA exerciam influência não só sobre o Brasil, mas sobre toda a América Latina.

A estratégia de difusão do medo, ainda no período 1961-1964, ia de encontro às lutas que buscavam instaurar uma república democrática burguesa com participação das classes trabalhadoras. A difusão de um discurso que anunciava os perigos advindos de tais lutas; e, principalmente, seu impacto sobre o estatuto da propriedade no campo, constituía-se em ponto de aglutinação de interesses, nem sempre convergentes.

A ocupação de postos no Estado, pela burguesia, o aumento da influência dos EUA e de sua luta anticomunista (como justificativa para reprimir as demandas populares), deságuam no acirramento do autoritarismo. A repressão aos setores populares mais organizados e a disseminação de organizações empresariais conformam uma sociedade civil onde predomina os interesses da classe dominante. (Fontes, 2010).

A saída da crise econômica do final dos anos 1960 dá-se pelo estímulo à entrada de capital e tecnologia estrangeiros, incentivo às exportações, criação de novos setores

---

<sup>5</sup> Para uma melhor descrição analítica sobre o papel das forças armadas, na América Latina, na constituição das ditaduras (1960-1970) e na transição democrática (1980-1990), ver a obra de MARINI, Ruy Mauro. A luta pela democracia. Em: Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano. São Paulo: Ed. Expressão Popular/CLACSO, 1 ed., p. 16-21, 2008.

industriais e sufocamento dos setores que criticavam as condições sociais do País. São tomadas medidas para combater a inflação e conter os salários.

Através dos planos econômicos, o Estado atingia a condição de coordenador geral dos esforços no âmbito econômico. O planejamento tornava-se ferramenta fundamental. Os objetivos centrais do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), de 1964 a 1966, e do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, de 1967 a 1976, ratificam essa ideia. A União, suas autarquias e suas empresas controlavam a produção, o consumo e os investimentos em consonância com os mecanismos de financiamento. Os conglomerados monopolísticos, além da proteção tarifária e dos subsídios, passam a controlar uma parcela cada vez maior da economia. Bancos de investimentos e mercados financeiros mantinham a institucionalidade necessária para viabilizar as taxas de expansão.

Para Roberto Campos,

o fortalecimento do Executivo, julgado por muitos uma estéril exibição de autoritarismo, respondia no fundo a uma exigência realista já percebida e admitida pelos modernos parlamentos. A tecnificação administrativa, a necessidade de planejamento central, a velocidade das soluções exigidas tornaram inevitáveis o deslocamento, para o Executivo, de boa parte da iniciativa de legislar. (Ianni, 1986, p. 249).

Entre 1974 e meados de 1975, com o descompasso entre a política de gestão do investimento público e a política de crédito e financiamento, surgem pressões para contenção dos gastos do governo. O quadro fica mais crítico com as restrições colocadas pela crise do petróleo e pela redução do saldo da balança comercial.

Se o crescimento industrial havia sido retomado, os déficits orçamentários, a inflação e as divergências dentro do governo se acentuam. O setor privado eleva o tom das críticas ao excesso de intervenção estatal. Internamente desconfiava-se, pelos resultados apresentados, das promessas oferecidas pelos projetos que compunham o II PND. A inflação passara a ser a grande preocupação do governo. O diagnóstico de que a inflação era causada pelo gasto das famílias e do governo leva a uma política monetária restritiva (elevação dos juros para reduzir o consumo).

A vulnerabilidade do País será sentida com o primeiro choque do petróleo, em 1973, e exacerbada com a crise mundial, que se espalharia para a periferia capitalista. Elevam-se os custos diretos e posteriormente, os custos financeiros, não só via dívida externa, mas também mediante acesso a novos créditos. Com o impacto nas taxas de lucro, um forte arrocho salarial será observado.

Entre 1975 e 1980, com a alternância de críticas ao regime e sua incapacidade em retomar os padrões de crescimento, reformas políticas são implementadas (anistia, retorno das eleições diretas para governos estaduais e municipais, reformulação partidária e extinção do AI-5). A abertura lenta e gradual expressa o caráter cauteloso do processo de afrouxamento do regime, temendo uma guinada mais a esquerda da política congressista. No campo econômico, a intensificação dos investimentos em setores ainda não desenvolvidos da indústria, mesmo após o choque do petróleo, agravariam, em vez de solucionar, as contas externas.

As eleições para a Câmara Federal, em 1974, e as eleições subseqüentes, deixariam claro que o apoio da população ao regime era questionável. A liberdade de imprensa introduz um novo componente no campo político, permitindo críticas ao regime, ao mesmo tempo em que o “mito do Brasil potência” ia perdendo força.

A repressão sobre os trabalhadores após o golpe militar foi eficiente para desbaratar todas as linhas mais combativas do movimento operário e eliminar as lideranças mais a esquerda. O período é de “aparente apoliticismo das organizações sindicais e uma certa apatia e mesmo resignação otimista tanto com a situação econômica quanto com o não-protagonismo político, em evidente contraste com a situação anterior do último período populista” (Oliveira, 2005, p. 137-138). A plêiade de tendências que exerciam influência sobre o movimento operário, a exemplo do Partido Comunista Brasileiro, do Partido Comunista do Brasil, da Política Operária-POLOP, das frações trotskistas, da Ação Popular e de alas mais radicais, não impedia que houvesse ainda um contingente operário despolitizado e não-ideologizado.

Com a perseguição às lideranças, vive-se um vácuo de representatividade. A luta dirige-se para um novo espaço geográfico, embora ainda subscrito ao Estado de São Paulo. A

organização fordista da produção, implantada com as montadoras internacionais e seu regime salarial, teria como protagonista não mais os metalúrgicos da capital paulista, mas o segmento alocado no ABC paulista. Essa experiência ficará conhecida como *paxautomotivae*, e ocorre no período do “milagre econômico” brasileiro. Integrando setores de ponta, em regimes salariais diferenciados, com uma carga cultural e política diferentes, estes sindicalistas do ABC irão representar o que se convencionou chamar de sindicalismo autêntico. O crescimento da indústria automobilística beneficiou-se da imigração nordestina. Essa origem comum servirá de base para a formação de uma identidade de classe.

A exclusão das antigas lideranças do processo decisório tornar-se-á, posteriormente, condição para emergência, nos anos 1970, de movimentos sem qualquer ligação com os sindicatos oficiais. Deixados à sorte, o primeiro sinal de esgotamento ou de dificuldade para manutenção dos padrões laborais, até então previstos, iria resultar em ações que não estiveram sob a tutela nem estatal nem das cúpulas sindicais. A crise do petróleo, antes mesmo do esgotamento do padrão taylorista-fordista, será o prenúncio do fim de relações, aparentemente estáveis, entre capital e trabalho. O preço do petróleo impactava nos custos diretos do automóvel e as dificuldades financeiras do País inviabilizavam a política de consumo para os assalariados médios. A transmissão dos custos para os preços, feita aos poucos, se torna um mecanismo inviável. A inflação começava a dar sinais de descontrole e impunha ao trabalhador um arrocho salarial (contenção dos salários e inflação). A emergência de greves, durante os anos 1970, seria uma resposta a esta política salarial.

Nesse contexto transicional e de esgotamento do regime autoritário, emerge com força, o que, posteriormente, seria chamado de novo sindicalismo. Tal movimento foi uma reação dos trabalhadores diante da repressão do regime autoritário. Incitado pelas lutas salariais, ainda em 1977, e pelas greves de 1978, participaram ativamente não só do questionamento da ditadura, mas também dos contornos que a transição democrática tomaria. Mais combativos, tinham enraizamento na base e contrapunham-se à estrutura corporativa do Estado. As organizações da classe trabalhadora viviam um período de forte repressão, o que as obrigava a construir uma história de luta fora dos âmbitos legal-institucionais.

A retomada das greves por parte dos trabalhadores ligados à indústria vem acompanhada do surgimento de outros movimentos sociais, a exemplo do MST e do PT. A recessão fomenta a necessidade de reformas sociais para fazer frente às novas demandas em meio à falência do período autoritário, que combinava repressão social e níveis elevados de exploração. As lutas populares começam a encontrar ecos no seio da sociedade civil.

## **4. O DEBATE POLÍTICO NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA**

### **4.1 A crise do Estado segundo os liberais**

Os anos 1980 prenunciam mudanças significativas que vinham sendo maturadas no período anterior. Os investimentos que alteraram significativamente a estrutura da economia, também contribuíram para elevar o contingente do proletariado industrial, que depois formarão a CUT.

No âmbito agrário, a modernização conservadora da agricultura, dos anos 1960-1970, impõe sérias restrições aos trabalhadores do campo, expulsando-os para a cidade ou incentivando a luta como único meio de sobrevivência. Ao final da década de 1970 emerge o MST. Não por último, mas também como expressão da riqueza de fenômenos institucionais e políticos que marcam os anos 1980, surge o Partido dos Trabalhadores, intimamente ligado a essas duas forças sociais acima citadas e atuando como espaço de convergência de diversas linhas de ação política (intelectuais, setores do sindicalismo e movimentos sociais).

Tais mudanças expressam, também, uma alteração nos rumos da sociedade. Análises críticas ao modelo nacional-desenvolvimentista passam a diagnosticar a emergência de uma nova situação internacional, onde o padrão industrialização pautado na substituição de importações não consegue mais responder às suas demandas. Assim, a ideia de rever o modelo passa a ganhar força no meio intelectual. De qualquer forma, parece que tanto no âmbito econômico como no âmbito político esgotavam-se as possibilidades de reprodução do regime de exceção.

Segundo Vianna (1994), um processo crescente de internacionalização da economia e de transformações no sistema produtivo dos países centrais colocou sérios questionamentos ao modelo que vinha sendo executado pelo governo brasileiro. Uma

economia regida pela lógica autárquica e formas repressivas de controle sobre a classe trabalhadora já não cabiam mais num mundo onde a democracia e a ordem deveriam ser princípios fundamentais. A modernização capitalista, para o autor, deveria vir acompanhada de um regime político democrático. A essa altura,

os antigos seres subalternos, tanto os dependentes do senhorio do campo, como os objetos da tutela sindical nas fábricas e serviços urbanos, passam a se instituir como titulares de interesses próprios e autônomos, mobilizando-se para sua conversão em direitos e postulando seu acesso à cidadania. (Vianna, 1994, p. 11).

A derrota da emenda das “Diretas Já” demonstrava o caminho negociado da transição, explícito na eleição de Tancredo Neves por um colégio eleitoral. Mantinham-se, dessa forma, os mecanismos institucionais autoritários. Se, economicamente, o Brasil poderia ser considerado um país moderno; politicamente, persistia o Estado autárquico, centralizador e tecnocrático, sem qualquer afinidade com as vertentes burguesas democráticas modernas. Essa situação tornaria, a partir daquela década, a reforma do Estado uma questão fundamental. A modernidade seria, para o autor, não só o acesso à cidadania como também a reformulação do aparelho de Estado. A abertura democrática deveria vir acompanhada da abertura do próprio Estado, como via para uma participação mais ativa da sociedade civil.

Para Abranches (1991), a crise da economia brasileira e a deterioração das condições sociais levaram ao aumento dos conflitos e insatisfações. O setor público, onerado pelos choques externos e pelo congelamento das suas tarifas, junto à crise da dívida, reduziu investimentos e, em função da sua política econômica, aumentou a transferência de renda para o setor financeiro. Nesse contexto, tenta incentivar as exportações para fazer caixa via saldo no balanço de pagamentos, mas não consegue lidar com a redução da capacidade de financiamento público e privado e termina por elevar a captação de recursos a taxas de juros elevadas. O Estado, então, passa a estar no centro da crise.

A estrutura de gastos do Estado brasileiro contribuía para aumentar sua intervenção na economia, porém elevava a ineficiência da mesma e do próprio Estado. A sobrecarga de demanda impactava sobre a legitimidade e credibilidade do Estado, principalmente em tempos de insolubilidade dos pleitos. Sendo condicionante e condicionado pela

economia privada, o Estado tinha um papel importante para o crescimento econômico. O mercado, mesmo sendo o mecanismo mais eficiente para produção e distribuição de bens, segundo Abranches (1991), não prescindia da responsabilidade social do Estado (garantidor do interesse coletivo, maximizador das potencialidades do mercado, do crescimento econômico e da distribuição de renda). O Estado, então, seria um complemento ao mercado. No contexto das economias capitalistas, o objetivo deveria ser a busca de um equilíbrio saudável entre mercado, Estado e sistema político. Mas, se há uma crise das finanças estatais, esta se torna, por tudo que foi dito acima, uma crise social, que é agravada por uma crise de governabilidade, entendida com decorrente de uma “máquina” (estatal) que não está mais permeável à gestão racional e programática. Nesse sentido, é inadiável a redefinição da natureza da ação pública na sociedade brasileira, reconhecendo a maturidade e a independência já alcançada por vários setores da sociedade, as quais correspondem à capacidade real de satisfação, pela via do mercado, da maioria de suas necessidades, inclusive financeiras. As linhas básicas para a reorganização do Estado, seriam, a seu ver, de reconhecimento quase unânime: reduzir a ação nos campos que a sociedade adquiriu autonomia, aprofundar nas áreas de deficitária responsabilidade pública e eliminar favores e privilégios. O Estado deve, nesse processo de determinação recíproca, atuar como mediador entre o sistema político e o mercado.

Ao identificar nas distorções administrativas, na crise fiscal e nas políticas de bem-estar social, as causas da crise econômica, Abranches (1991) vê como saída para a crise, a resolução destes “desvios”. É importante perceber que há, a nosso ver, uma inversão no entendimento dos fatores ocasionadores dos problemas levantados. Para ele, não é a crise econômica que leva à crise fiscal, mas o contrário. Por outro lado, as lutas sociais não aparecem na análise e são ignorados os impactos das lutas e greves sobre o desencadeamento da crise. Assim, sua proposição restringe-se a privatizar os espaços onde o Estado tem uma atuação ineficiente, pois a excessiva “politização das transações econômicas” incapacitou os mecanismos da política econômica keynesiana. Se o desempenho macroeconômico depende dos eventos políticos (partidário-eleitoral, parlamentar ou sindical) e o cálculo político faz-se em função do desempenho



macroeconômico, segundo sua análise, a reforma do Estado seria o caminho para a reanimação da economia e diluição das insatisfações sociais.

Para Reis (1988), junto ao não pagamento da dívida externa e à transição democrática, durante o Governo Sarney, observa-se o surgimento e a afirmação de formas novas e autônomas de articulação e promoção de interesses através de associações e grupos de pressão populares. Emergem novas lideranças sindicais e trabalhistas caracterizadas por traços de autenticidade e consistência, sem contrapartida na anterior tradição peleguista. Novos atores,

independentes e capazes de fazer pressão social organizada, estabelecem formas de relacionamento com o Estado, capazes de permitir a participação institucionalizada de associações populares de tipos diversos em esferas do Poder Executivo onde são tomadas decisões que dizem respeito a suas áreas de atuação. (Reis, 1988, p. 33).

Participação aos poucos se torna sinônimo de democracia. A ideologia do Estado democrático de direito se difunde em articulação com a noção de cidadania e participação na esfera política (conselhos) e econômica (orçamento público). O Estado, visto como centro de resolução de conflitos, abre suas instâncias decisórias, permitindo, desta maneira, que sociedade civil participe. Nesse caudal, os movimentos populares dirigem-se para dentro do Estado, enredando-se numa teia que se mostrará muito mais complexa e forte do que os movimentos políticos desarticulados da sociedade civil.

A crise seria, para Diniz (2000), expressão dos erros que vinham sendo cometidos durante o período em que imperou o insulamento do Poder Executivo (legislado mediante medidas provisórias), com fortalecimento de uma burocracia assentada sobre sua capacidade técnica. O governo entendia ser esta (burocracia) mais lúcida/desinteressada que a racionalidade política. O padrão de gestão pública (de desequilíbrio entre hiperatividade decisória e incapacidade de implementação da burocracia governamental), com déficit de *accountability* (transparência) e privatização do Estado, levaram ao desperdício, à irresponsabilidade e à apropriação privada dos espaços e finanças públicas. Diniz (2000) levanta os problemas provenientes da relação entre a implementação da agenda de ajuste à globalização e os requisitos da consolidação democrática nos países em desenvolvimento. Contra as teses da

inexorabilidade do processo de globalização, entende que, mesmo com a intensificação das transações nos mercados de bens e serviços, em escala global, as fronteiras nacionais não estariam eliminadas e Estados-nação teriam margem de autonomia para formular e implementar políticas públicas. A globalização econômica, caracterizada pela transnacionalização da produção e do comércio mundial, pela financeirização da economia e pelo intenso avanço tecnológico nas áreas de telecomunicação e informática, não seria a única variável determinante das estratégias dos Estados.

Embora se reconheça o fato de que redes transnacionais articulam atores externos e internos e determinam a estrutura de poder, atuando nas escolhas feitas pelos países ou atores globais, a autora entende que é preciso incluir nas análises as possibilidades explicativas da política, recuperando a relevância das opções feitas. A gestão da política de inserção internacional determina a capacidade de negociação de cada governo, que, por sua vez, é fundamental para as posições que assumem no jogo de poder internacional. Cada vez mais, os Estados nacionais tornam-se parte integrante de um sistema de poder de teor supranacional. Para o Brasil, a segunda metade dos anos 1980 implicou o “aprofundamento da globalização, impondo o esgotamento da industrialização por substituição de importações e a busca de novas formas de inserção no sistema internacional.” (Diniz, 2000, p.18).

Otimista quanto às políticas e alternativas de gestão da política da inserção global, Diniz (2000) acredita que é possível administrar as pressões externas, com certo grau de independência. Uma inserção mais ativa seria resultado de um nível satisfatório de eficácia da competitividade das empresas e da conquista de espaço no mercado externo. A competitividade das empresas dependeria da oferta de trabalhadores qualificados, de um arrojado sistema nacional de ciência e tecnologia, da estabilidade nas regras do jogo, da eficiência dos serviços públicos e do desenvolvimento do mercado de capitais.

As decisões governamentais que não estão submetidas de forma pré-determinada por forças econômicas globais incontroláveis, devem ser compreendidas a partir do timing de decisão, de escolhas e oportunidades. Como a instabilidade do capitalismo global desorganizado leva a uma crise de governabilidade, deve-se levar em consideração os aspectos internos (capacidade de gerir problemas) e externos (administração equilibrada

entre ajuste interno e inserção externa). O Estado deve, portanto, ter um papel ativo e independente, pois, assim, manterá o provimento de bens públicos. O fortalecimento do Estado pode oferecer saídas à crise.

Por outras vias, o Estado, também, é colocado como mecanismo através do qual a crise deve ser combatida. Ao Estado cabe abrir suas instâncias decisórias e, como disse Diniz (2000), ser eficiente no “timing de decisão, escolhas e oportunidades”. Novas formas de inserção global permitem mais margem de manobra e isso depende das opções feitas pelo Estado-nação.

Lamounier (2005) colocará na competição entre capitais privados e estatais a causa da instabilidade que sofrerá o Brasil após a crise externa e interna. A articulação entre capital privado estrangeiro, capital privado nacional e capital estatal, entra em conflito após a crise, pois,

os mega projetos da era Geisel colocavam o Estado em frontal competição com o setor privado. A estratégia do governo em reação ao primeiro choque do petróleo equivalia a uma política anticíclica de larga escala, com a qual ele competiu diretamente, ou acirrou a competição pelos recursos mais escassos da economia, na época: moeda estrangeira, capital físico e mão-de-obra qualificada. (Lamounier, 2005, p.157).

A campanha pela desestatização é então construída no sentido de rever as condições econômicas e políticas em que se encontrava o País. Embora as críticas ainda não tivessem as privatizações como objetivo, elas se dirigiam ao excesso de estatismo. A matriz “estadocêntrica” sofria um processo de desgaste lento e gradual desde meados da década de 1970, em consequência das mudanças estruturais desencadeadas pelo projeto desenvolvimentista dos militares; porém, a sua desestruturação não era ainda encarada como objeto de uma política deliberada do governo. A meta do desmonte só se tornaria prioritária com Collor em 1990. Ou seja, para Lamounier (2005), foi o excesso de espaço, sob comando do capital estatal, na economia, e a consequente desestruturação da economia, que alimentou a crítica a favor da desestatização. O Estado e sua intervenção se tornam obstáculos à solução dos problemas econômicos.

O diagnóstico de Bresser (1998) sobre o padrão de acumulação anterior, também dá ênfase ao peso do Estado, ressaltando que, o seu tamanho distorcido, diante do contexto

da globalização, ocasionou a crise. O Estado é transformado na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, do aumento do desemprego e da inflação. Só que ao contrário do que se viu nas experiências neoliberais (norte-americana e inglesa), a saída da crise mostrou que não se poderia prescindir do Estado; logo, era preciso fazer sérias ressalvas ao credo do Estado mínimo. Para Bresser, não se tratava de extinguir o Estado, mas reorientá-lo para garantir a propriedade privada, os contratos, os direitos sociais e promover a competitividade. A reforma deveria olhar para o tamanho do Estado na economia e seu papel regulador, recuperá-lo financeiramente e implementar as decisões políticas necessárias. Isso aumentaria a governabilidade (aqui entendida como capacidade política de intermediar interesses, de garantir legitimidade e de governar). Fundamental na estratégia institucional de incorporação dos descontentes ao espaço estatal, a preocupação com a adequação das instituições políticas para intermediação de interesses faz-se necessária por causa da elevada fragmentação das demandas, ressurgidas ao final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980.

Nessa mesma linha de raciocínio, incorpora-se a globalização como um dado que, externamente, impõe alterações nas formas de intervenção do Estado. A economia mundial, ao atingir um novo estágio de desenvolvimento, exige uma reconfiguração da relação entre capitalistas e governo. Novos setores tecnológicos permitem a integração dos espaços nacionais e das economias locais no mercado internacional. A política estatal deve, então, adequar-se. Ao invés de propugnar políticas de austeridade, deve incentivar as empresas e coordenar a economia. A proposta de desenvolvimento nacional passa pela competitividade das empresas nacionais. Estado e mercado não devem ser vistos como esferas disjuntas, mas complementares, e, dessa forma, diante da perda de autonomia na formulação de políticas públicas, o Estado deve rever suas formas de atuação, estabelecendo uma nova divisão do trabalho com o capital, mesmo em setores que historicamente foram de atuação exclusiva do Estado.

A Administração pública gerencial seria, então, a forma mais adequada de atender com qualidade as demandas dos cidadãos-clientes. Ainda segundo Bresser (1998), entre as análises que se dedicaram a encontrar saídas para a crise do Estado e seus impactos sobre a indústria e o emprego, somente aquelas feitas por setores de centro-esquerda, pragmáticos, diagnosticaram com clareza a grande crise como uma crise do Estado.

Estes propuseram as medidas necessárias, como: estabilidade dos fundamentos macroeconômicos, necessidade de ajuste fiscal, políticas monetárias apertadas e reformas para o mercado. Nem a esquerda tradicional, nem a centro-direita pragmática conseguiram realizar o diagnóstico ou mesmo apontaram para soluções adequadas. Mas é preciso ressaltar que isso não significa reduzir o Estado, mas deixá-lo exercer um papel mais próximo da posição de fiscal. Mesmo a intervenção social deve se dar pela contratação de organizações públicas não-estatais. A sociedade civil deve ser colocada como parte da solução da crise e das demandas populares. As instituições e fóruns de participação tornam-se mecanismos de manutenção da ordem e de definição dos limites da nova república democrática.

Bresser (1998), pelo que se observa, não foge à regra de colocar, no Estado, as causas e soluções da crise. Mais uma vez, passa pela reforma a solução, reformulando as ações do Estado e incorporando a sociedade civil como via para maior abertura à participação popular. As saídas visam retomar os níveis de crescimento econômico, a estabilidade social e uma maior participação do capital privado na esfera produtiva.

#### **4.2 Crise do Estado como crise do capital**

No contexto de redemocratização e de busca por uma retomada dos fluxos financeiros globais, o Estado, como elemento estruturante da sociedade e da nação, ascende à condição de espaço privilegiado de realização das aspirações sociais e políticas da população. As ameaças de reorientação dos fluxos financeiros aos países centrais significavam uma ruptura com a política de integração anterior, abrindo possibilidade para mudanças. Porém, o agravamento da balança de transações correntes (balança comercial mais serviços), a perda de vantagens em função dos condicionamentos impostos, pelas novas tecnologias, ao processo produtivo (agravada pela condição de país exportador de matérias-primas industriais e insumos), a queda no preço das matérias-primas e as mudanças nas condições externas de financiamento limitavam o escopo das opções.

As limitações financeiras colocavam sérios impasses às possibilidades de reorganização interna do país e dificultavam a emergência de novos padrões de articulação com o capitalismo internacional. A reaproximação entre o Brasil e os financistas internacionais, após a crise da dívida, em 1986, dá-se pela via do empréstimo. As sinalizações internas em direção a uma inserção passiva expressam-se pela via institucional, desmontando, paulatinamente, todo o arcabouço estatal que se estruturou até o ano de 1974. Não por acaso, os padrões de intervenção estatal estavam entre os pontos mais atacados pelos novos representantes da democracia.

Sepultadas as hostes nacionalistas, em nenhum momento os constrangimentos externos reacendem a alternativa de ruptura com o modelo de integração subordinada. A não ser por proposições vindas de alguns grupos à esquerda, as saídas tinham sempre, como fim, adequar-se ao novo quadro internacional. A própria história pregressa do País não tinha no seu transcurso políticas que visassem saídas mais autônomas. A “renúncia a qualquer aceno na direção das mudanças dos padrões de desenvolvimento foi sempre um fato marcante em nossa história; estas foram, ou rechaçadas como inconvenientes, diante da correlação de forças, ou submetidas a um gradualismo controlado, numa aposta deliberada, em imitar, com atraso, processos já experimentados por países em estágios mais avançados de desenvolvimento.” (Oliveira, 1996, p. 13).

A crise econômica<sup>6</sup>, aumentada pela elevação dos juros dos EUA, implicou uma crise estrutural dos Estados nacionais, esgotados pelo crescimento de seus passivos e incapazes de continuar o antigo padrão de intervenção estatal. A moratória brasileira, mais do que uma postura de quebra dos padrões antigos de inserção internacional,

---

<sup>6</sup> Entendemos por crise uma queda nas taxas de lucro, até certo ponto tendencial, devido a problemas de realização das mercadorias. Tais tendências podem ser refreadas pelo Estado e pelos empresários, em função da sua capacidade de gerar contra-tendências, mas também podem ser intensificadas pela capacidade dos trabalhadores em atuarem sobre estas contra-tendências, aguçando a crise, levando a uma crise de dominação. A crise, portanto, não se explica somente pelo acirramento da concorrência ou por uma desproporção entre os setores da economia, mas fundamentalmente pela luta de classes. A crise dos anos 1970 tinha como causa a elevação da contradição entre as classes, mediante rearticulação dos operários e redução do exército de reserva, o que pressionava as taxas de lucro. A isto se somava a concorrência entre EUA, Alemanha e Japão e o aumento do preço das matérias-primas, elevando os custos de produção.

demonstrava a total incapacidade de fazer caixa para rolar a dívida. Diante de tal descrédito internacional, o País busca estancar as importações e incentivar as exportações, colocando todo o esforço nacional na construção de boas relações com seus credores. O primeiro resultado de tal política será a retração da economia, causada pela redução dos investimentos, dos subsídios e dos já cortados financiamentos externos.

Tendências à desindustrialização, remessa de capitais ao exterior, colapso das finanças públicas e hiperinflação levam a um quadro de grande instabilidade social. A insolvência estatal, daí resultante, retirou qualquer possibilidade do Estado nacional de reproduzir o padrão de desenvolvimento politicamente planejado. A crise do “Estado brasileiro se insere em uma crise global, com impacto sobre a autonomia do Estado-nação e de suas formas objetivadas de regulação.” (Abreu, 1997, p. 71). O Estado, que teve papel decisivo na construção da nação, nas décadas de 1980 e 1990 entra em crise, nas suas dimensões econômica (crescimento), social (propósito coletivo) e política (soberania), junto com o capital privado.

Nesse ínterim, os diagnósticos sobre a referida crise efetuam certo hibridismo, pautando-se em análises que mesclam Marx e Keynes. A crise era explicada pelo ímpeto explorador do próprio capital, pela concorrência intercapitalista (que leva à autoflagelação entre os “players” e ao monopólio), pela elevação da composição orgânica do capital ou pelas desproporções intersetoriais (com ênfase na superprodução ou no subconsumo). As explicações acabavam por inverter aquilo que o próprio Marx via como primordial na determinação da dinâmica das sociedades, a luta de classes. O que se buscava era a ocultação dos problemas na reprodução do capital.

Ainda que sugestões de ruptura fossem colocadas, aos poucos as imposições das instituições de regulação internacional afirmam-se, e o governo brasileiro cede aos mecanismos tradicionais de negociação da dívida, mostrando seu interesse em retomar o pagamento de juros e do principal da dívida. Atrair investimentos e incentivar as exportações tornam-se as políticas centrais do governo, subordinando os demais interesses, inclusive os sociais, a estas medidas.

Se havia certo consenso sobre a necessidade de eliminar o autoritarismo pelas reformas políticas liberalizantes, na política econômica a crença no antigo modelo de desenvolvimento dividia opiniões. O que restava de compromisso em articular crescimento econômico e combate à pobreza fica comprometido com a crise. A associação entre democracia e desenvolvimento econômico torna-se inevitável, mesmo que as contradições no plano concreto deixem grupos menos entusiasmados receosos a respeito dos verdadeiros intuitos das reformas políticas que se operam durante a longa transição democrática. A ideia de participação popular e de abertura de espaços para a sociedade civil é, então, assimilada como eixo fundamental da democracia.

Romper com o conceito de Estado, desmontar, gradativamente, os programas sociais, conformar uma nova articulação produtiva sem qualquer modelo de desenvolvimento e promover uma inflexão epistemológica nas ciências sociais (ao ver nas dimensões esquecidas - corpo, memória e indivíduo, uma razão em si mesma, com poucas possibilidades de generalização), se tornam eixos norteadores do momento em questão.

O processo de disseminação de um novo liberalismo começa pelo convencimento de que o triunfo do capital mostrava-se, após a dissolução do bloco soviético, um fato incontestável. Diante disso, não se trata mais de ser ou não ser, o capitalismo, uma saída, mas de que, agora, ele é a “única” saída. O discurso busca enaltecer o indivíduo, suas ações individuais, o hedonismo e a vontade de vencer a qualquer custo, como estratégias mais eficientes diante do inexorável jogo competitivo internacional. Todos os empecilhos que veleidades sociais pudessem interpor ao processo de acumulação passam a ser vistos como obstáculos a serem ultrapassados. A própria Constituição de 1988 deixa claro o intuito em desenvolver a livre iniciativa, vista como a única forma de atingir um patamar desejável de desenvolvimento econômico e social. As melhorias dos níveis de vida passam, inevitavelmente, pelo avanço do processo de acumulação.

A reforma no padrão de regulação social passaria por uma privatização dos serviços públicos e uma maior participação dos trabalhadores na gerência da firma. A auto-organização do trabalho junto às novas tecnologias eletrônicas e computacionais tornam-se o mecanismo de viabilização de uma nova base para o desenvolvimento do capital. Conhecido como acumulação flexível, esse novo padrão incorpora a produção



enxuta, a qualidade total e a participação direta do trabalhador na gestão. Negociação coletiva, participação nos lucros e controle acionário são elementos acionados pelos gestores de recursos humanos para “vender” a ideia da humanização do espaço fabril.

Se, por um lado, o Brasil parece estar na contramão das tendências mundiais, ao introduzir na Constituição de 1988 propostas de políticas sociais universalizantes, por outro lado, estas chegam com atraso, e, por isso, não conseguem se firmar. As novas tendências do processo de produção – automação, terceirização, associações supranacionais entre capitais, organização com uso das tecnologias da informação – representam forte ameaça sobre os padrões anteriores de regulação social.

A reestruturação produtiva tem contornos que vão muito além do seu aspecto técnico-produtivo, avançando sobre as políticas de pleno emprego, os sistemas públicos de proteção social e a regulação sócio-estatal. Pactos sócio-políticos e fronteiras nacionais são vistos agora como impeditivos ao processo de produção e circulação do capital. Através das instituições multilaterais, de aparelhos ideológicos do Estado e da sociedade civil (meios de comunicação, escolas, indústria cultural), a restauração liberal preconiza a subordinação da nação aos interesses e à racionalidade operacional do mercado. Extinção de barreiras alfandegárias e subsídios fiscais, privatização de empresas públicas e desregulamentação das relações de trabalho tornam-se metas para elevar a competitividade internacional.

A luta de classes é colocada como variável dependente do movimento dinâmico do capital, reduzindo a democracia à construção de regras estáveis para a formatação de consensos. A essa altura, a incorporação das classes subalternas de forma mais orgânica é imprescindível. Só que esta integração dá-se num momento de fragilidade do trabalho e de emergência de análises que enaltecem a crise do trabalho. Desloca-se, pela tese da extinção do trabalho, o próprio trabalho de qualquer postura mais próxima de uma transformação. A desarticulação das identidades coletivas das classes subalternas dificulta ainda mais o fomento de uma atitude confrontadora por parte da classe trabalhadora.

A não inocente omissão da luta dos trabalhadores, no âmbito fabril, como determinante para a emergência da crise, servia, de forma hábil, para desmobilizar qualquer forma de luta que colocasse a classe trabalhadora como protagonista. Isso acabava por induzir tais lutas a colocar, no rol de possibilidades, não uma saída do, mas uma saída para, o capital. A assimilação das classes trabalhadoras era alcançada buscando integrá-la ao projeto de desenvolvimento do próprio capital, que, em si, limitava a solução aos problemas de realização das mercadorias, ou seja, ao momento da circulação.

Às contradições presentes no seio popular (às voltas diante do impasse entre a disputa pela ampliação dos serviços públicos e a busca de alternativas para além do Estado/Capital) soma-se o desencanto, europeu e mundial, com a experiência soviética, alimentando posições de recusa aos partidos comunistas e a crispação de organizações comunistas, nomeadamente aquelas que se autodenominavam marxista-leninistas. Nesse quadro de ruptura com velhas formas organizativas, as alternativas não se mostram muito claras, ora se aproximando de uma social-democracia europeia, ora de uma associatividade norte-americana. Aos poucos, a negação do viés classista e de ruptura com o capitalismo vai se consolidando.

Embora o nível organizativo das massas fosse significativo, a derrota nas eleições de 1989 mostraria que a fragmentação do período autoritário traria problemas para configuração de uma frente ampla. A incapacidade de qualquer grupo dirigir um projeto com base social ou levar adiante os interesses dessas classes era visível. Parte da esquerda passa a apostar na luta política. A via moral emerge como alternativa, colocando a limpeza ética e a modernização institucional como saídas capazes de alterar o pragmatismo autoritário e modernizar a economia, não prescindindo, para isso, do apoio de frações da burguesia.

## **5. A CUT E SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO**

### **5.1 O movimento sindical, a CUT e o PT**

A partir dos anos 1970, a distensão, mais do que uma fraqueza no campo das classes dominantes, pode ser vista como uma estratégia de atração dos trabalhadores para dentro dos espaços institucionais. Não por acaso, o “aprofundamento da democratização reduziu o efeito expressivo de práticas e discursos contestatórios. O engajamento de partidos de esquerda em eleições formais e burguesas, com apoio do sindicalismo, deslegitimou as demandas revolucionárias de parte dos líderes cutistas.” (Cardoso, 2003, p. 39).

O ciclo de greves e a emergência de movimentos sociais, urbanos e rurais, demonstram o papel que os setores subalternos buscavam ter na transição democrática. Embora viessem de dentro da estrutura viciada e repressora, esses movimentos grevistas irão ter, como grande marca organizativa, a articulação pela base. Mas essa participação não eliminava a hegemonia liberal no processo de reforma social que vinha ocorrendo desde os finais dos anos 1970. A repressão do período anterior tinha sido eficiente em eliminar das fileiras de resistência as tendências menos propensas a conciliações.

No início dos anos 1980, as greves diminuem, em função da crise econômica (em especial aquela que ocorreu entre 1981 e 1983), e da dispensa em massa, especialmente no setor de bens duráveis (setor mais combativo). As divergências internas do movimento sindical brasileiro acirram-se. A manutenção do imposto sindical e da unicidade sindical continuavam sendo o vínculo do movimento sindical com o corporativismo estatal. Com o passar do tempo e o desenrolar da recessão, ao longo dos anos 1980, a adesão a posturas mais próximas de um sindicalismo de resultado ganha força no meio sindical. A ascensão de Luiz Medeiros à presidência do Sindicato dos Metalúrgicos, em 1987, contaria com o apoio massivo da mídia e dos empresários. A

aproximação a estes e a setores mais ligados a uma postura proposicionista e conciliatória ganha força. Posteriormente, seria criada, com uso de recursos empresariais, a Força Sindical.

Mesmo dentro da ainda vigente estrutura sindical corporativa, o número de sindicatos cresce 50%, entre 1980 e 1989, no Brasil. O orçamento anual de instituições oficiais e não-oficiais chegaria perto de 1 bilhão de dólares, financiando mais de 10 mil sindicatos. Estes realizaram 30 mil negociações coletivas na condição de representantes de 18 milhões de trabalhadores. O número de trabalhadores formais filiados a sindicatos, embora pequeno (se comparado a outros países) em relação ao número total de trabalhadores, (apenas 30%), tinha um peso significativo em termos absolutos. A estrutura sindical corporativa, com a abertura política, serviria de sustentação financeira dos sindicatos, e viabilizaria sua proliferação através do imposto sindical obrigatório. (Cardoso, 2003).

O novo sindicalismo rompia com a instrumentalização operada pelos sindicatos pelegos. A luta por mudança nos setores de ponta da economia era resultante do amadurecimento e do represamento das reivindicações, entre 1964 e 1978. A movimentação mais forte da sociedade civil, questionando o regime, ganhava força diante do esgotamento do padrão de acumulação alicerçado no financiamento externo.

A CUT faz parte de um amplo movimento de reorganização das lutas populares no Brasil após o longo período de repressão militar. Ao lado do MST e do PT, é expressão dos esforços organizativos no intuito de participar mais ativamente no processo de redemocratização. Inicialmente havia clara indefinição das estratégias a serem seguidas. A crítica que se fazia no referido contexto centrava-se, amplamente, nos aspectos econômicos mais imediatos (perdas salariais e elevado custo de vida). A luta da classe trabalhadora passava pela questão do acesso ao consumo, restringindo-se ao momento distributivo, sem maiores questionamentos sobre as bases em que se assentavam a produção social.

Nesse período, havia grande desconfiança sobre os limites da nova república. A ampliação das políticas sociais e a luta contra as privatizações dão o tom das estratégias

de luta, levando em conta os conflitos entre as exigências dos trabalhadores e os interesses da burguesia. Abre-se espaço para certa ascendência estudantil e parlamentar. As ambiguidades das postulações dos intelectuais crescem no esteio das reformas liberais. A dissolução do bloco socialista e sua aceitação pelas esquerdas radicais, aumentavam os espaços para soluções pactuadas entre capital e trabalho. A crítica era feita ao modelo de desenvolvimento, aos canais de participação da sociedade civil no Estado, à distribuição de renda e aos novos mecanismos integrativos ao capitalismo internacional.

A vitória da democracia como regra do jogo só poderia ser alcançada, de fato, quando as classes que ameaçavam a dominação burguesa estivessem em condições de passividade ou incapazes de organizar-se, algo que a ditadura buscou viabilizar. Mesmo assim, as conservadoras elites nacionais optam por uma abertura lenta e gradual, articulando, a oposição consentida, a setores do regime militar, como garantia para contenção de radicalizações. A democracia significaria, assim, regras claras e rígidas para a movimentação dos interesses. A ordem permitia conflitos, desde que não questionassem as bases das contradições subjacentes ao terreno social. O consenso democrático trazia, no seu bojo, o consenso liberal, como cominho para harmonização das relações sociais. O histórico conflito entre o socialismo democrático e o comunismo revolucionário não deixava de atormentar as mentes dos setores mais conservadores, sempre atentos às possibilidades disruptivas. A opção pelo primeiro representava, exatamente, a assunção de que reformas graduais levariam a um estágio superior de organização societal.

A estrutura sindical do período republicano recente reedita os direitos trabalhistas, impondo uma série de limitações à luta dos trabalhadores (necessidade de sindicalização para realizar greve, segmentação dos sindicatos por categoria, imposto sindical, unicidade sindical).

Momento conjuntural de debilidade do regime autoritário, as oposições aglutinam-se em torno de uma ampla frente democrática, incorporando a igreja, grupos políticos, entidades de educação popular, o sindicalismo do setor privado e o funcionalismo público. A forte pressão por abertura democrática não eliminava as divergências sobre o

que se entendia por democracia e a respeito das estratégias para alcance de melhorias sociais. As reformas sociais propostas tinham poucos pontos consensuais. Os sindicatos, mesmo os que integravam a CUT, passam a atuar, muitas vezes, em campos opostos, dependendo do local em que se encontravam na divisão do trabalho (empresas privadas ou estatais).

As greves de 1978 e 1979 nasceram do movimento espontâneo do pessoal diurno da ferramentaria. Essa afirmação, de um operário da Scania, embora seja apenas sentimento mais imediato de um operário que participou do momento em questão, expressa a atuação dos trabalhadores nos marcos da resistência contra o arrocho salarial e a repressão. A resistência defensiva era feita mediante sabotagens, quebra de máquinas, roubo de peças, defeitos induzidos, desgaste de ferramenta e lentidão no trabalho. O movimento grevista, mesmo após o Tribunal Regional do Trabalho - TRT reconhecer a greve como ilegal, não se abateu, desconsiderando a decisão judicial e intensificando a luta nas fábricas.

A criação da CUT é o momento de projeção de novas lideranças, avanços nas formas organizativas dos sindicatos, tentativas de organizações intersindicais, ocorrência de assembleias de massa, greves e movimentações no campo. O momento é de questionamento das práticas vigentes. A criação de uma central passa a ser colocada como necessidade. Para os sindicalistas de oposição, a CUT representaria a possibilidade de sua efetiva participação na construção de uma central e nas negociações trabalhistas, mas também uma forma própria de se articular por fora do Estado ou dos sindicatos oficiais, privilegiando a organização nas fábricas. Os autênticos ou independentes, mesmo quando passaram a atuar dentro da estrutura vigente, buscaram certa autonomia, como via para se aproximar da base e garantir força política nas negociações. O novo sindicalismo entendia que a central, mesmo dentro da estrutura sindical oficial, ganharia força e poderia controlar os mecanismos de poder dessa estrutura. As divergências, no entanto, eram visíveis e tendiam a se acirrar. Ainda em 1981, quando é convocada a Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), tendências do setor combativo já se dividiam não só no âmbito sindical, mas também partidário, com a migração de uma parte para o PT e, a outra, a Unidade Sindical (que, no período anterior a 1964, era ligada ao PCB), para o PMDB.

O número de tendências que existiam na CUT expressava-se nas divisões do movimento. Mesmo assim, a criação da central mantém-se como ponto de convergência. Mesmo com as divisões observadas, havia o entendimento de que a unidade do movimento deveria ser mantida e esta não poderia sufocar as especificidades de cada categoria ou tendência. Suas diferenciações históricas deveriam ser levadas em conta para uma maior abertura nas proposições estratégicas.

É com o congresso ocorrido em São Bernardo, em agosto de 1983, que se funda a CUT, mesmo sem a participação da Unidade Sindical, que decide convocar outro congresso para novembro do mesmo ano, em Praia Grande. Nesse espaço, o PCB, tentando evitar a criação de uma nova central, propõe a criação da Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras. Persistindo as divisões, as intenções dos mais variados setores frustram-se, desembocando na criação de quatro centrais: CONCLAT, USI, CGT e CUT. As análises para explicar tal divisão vão desde diferenças sobre os objetivos e ações estratégicas dos sindicatos até os impactos que filiações partidárias passariam a ter sobre a condução dos movimentos sindicais. A prática concreta dos referidos grupos sobrepor-se-ia às suas convergências. Divergências entre posturas mais combativas e mais adesistas, diferenças significativas nas análises de conjuntura, nas relações com o patronato e com o Estado, estariam no centro dos rachas da classe trabalhadora.

A CUT surge com a tarefa de lutar pela reforma agrária, pelo fim da política econômica do governo, pela liberdade democrática, pelo rompimento com o FMI, pelo não pagamento da dívida externa, pela defesa da estabilidade no emprego, pela defesa dos servidores públicos e pela manutenção das estatais. A representação dentro da CUT de diversos setores da classe trabalhadora era observada pela composição de delegados e trabalhadores filiados. Eram 27% do setor industrial, 27% do setor terciário, 26% do campo, 8% de funcionários públicos e 12% ligados a associações, totalizando 5.059 delegados e 12.300.000 trabalhadores. (Zanetti, 1995).

A estrutura sindical brasileira mantinha as características do período autoritário, facilitando a vigência da estrutura despótica da fábrica (gerência autoritária, baixos salários, alta rotatividade e jornadas extensas de trabalho). Junto a isso, a baixa taxa de desemprego (entre 3% e 4%, aumentando o poder de barganha dos trabalhadores) e a

recessão, contribuía para o crescimento do movimento sindical brasileiro “cuja maior expressão seria a quase eleição de Lula para a Presidência da República.” (Cardoso, 2003, p. 37). A própria CUT<sup>7</sup>, nesse período, passa a ser a vertente mais combativa, pois além de questionar a estrutura sindical repressiva, que mantinha a proibição a greves, a unicidade sindical e a tutela da Justiça do Trabalho, questionava os alicerces da ditadura e o próprio despotismo fabril. Embora tal ambiente tivesse contribuído para o acirramento da luta de classes no período ditatorial e mesmo na transição democrática, a pauta reivindicatória ainda tinha como grande mote a luta pela indexação dos salários (num período de inflação exponencial, com perda de 60% do poder de compra, entre 1983-1989).

Espaço fundamental para formatação do novo sindicalismo, o sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista toma a dianteira das lutas. Com o avançar dos acontecimentos, posteriormente, serão capazes não só de aglutinar novos setores, mas outras regiões do país. Interessante notar que a emergência desse novo sindicalismo contrastava com a crise vivida pelos sindicatos na Europa (retração do número de filiados e redução do número de greves). Nesse sentido, era ainda mais significativa a emergência dessas lutas, pois o momento era de retração global da luta dos trabalhadores contra o capital. No Brasil,

a dinâmica do movimento sindical, nos últimos trinta anos, constitui-se num formidável trabalho de invenção de espaços públicos e democráticos (...) a redemocratização formal que se conhece desde a queda da ditadura em 1984 deve muito à iniciativa do movimento sindical, questionando a capacidade de governo da ditadura. (Oliveira, 2005, p. 137).

Parece consensual que esse novo movimento conviveu com divergências internas e não conseguiu impor um único direcionamento à classe trabalhadora. Na sua configuração aglutinam-se grupos provenientes dos rachas entre o PCB e o PC do B e diferentes tendências trotskistas. Tinha ligações com a Ação Católica Operária, a Juventude Operária Católica e outros movimentos da igreja, inspirados na Teologia da Libertação. Essas tendências rompiam com algumas práticas anteriores, sufocadoras do ímpeto

---

<sup>7</sup> Nascida em 1983, a CUT, seis anos depois, em 1989, tinha, ligada à sua estrutura, 2 mil sindicatos e 8 milhões de trabalhadores, com representação em todos os setores econômicos, inclusive no campo.



reivindicativo, como a submissão aos aparelhos de Estado ou às políticas de adesão do PCB.

Nascido nos setores de ponta da região mais industrializada do país, difundir-se-á, posteriormente, às demais regiões, tornando-se, efetivamente, nacional. Por isso, “ao caracterizar o novo sindicalismo, estamos nos referindo a uma parte do movimento que, com seu discurso e sua prática conseguiu imprimir uma nova dinâmica aos sindicatos, obtendo reconhecimento de outros setores da sociedade e do próprio Governo.” (Zanetti, 1995, p. 24). Mas não poderíamos falar de uma monopolização da representação. Novo mesmo era o tom imprimido às lutas, negando o passado sindical integrado ao regime autoritário, centrando-se na autonomia sindical, na liberdade sindical e na democracia de massa pela base.

As políticas liberais, previstas na Constituição de 1988, seriam uma significativa mostra dos avanços políticos que vinha vivenciando a sociedade brasileira. A reformulação da estrutura sindical, a liberdade de expressão, o direito de greve e as políticas sociais universais, representavam sinais de avanços democráticos. Interessante notar que os avanços dentro dos limites impostos pelo processo de acumulação capitalista significavam, por um lado, conquistas das classes subalternas; por outro lado, a manutenção dessas conquistas dentro dos limites do status quo. Mais do que ganhos concretos no plano social, as brechas institucionais abertas pela democratização representariam uma assimilação, à ordem estabelecida, das demandas populares, sem, contudo, garantir de fato a sua resolução.

As divergências internas ao movimento explicam, em parte, o próprio caráter limitado das lutas. Não havia clareza quanto ao momento de fazer alianças, sobre quem, de fato, deveria ser sujeito do processo (sindicatos, comissões ou partidos) ou mesmo qual deveria ser a relação com os partidos (de total desvinculação, mantendo a independência ou de uma articulação mais estreita).

Após a ditadura, busca-se, mediante ações do governo e do capital, cada vez mais, disseminar entre os operários uma postura colaborativa e participativa, difundindo a ideologia de que com o estreitamento das alternativas para o crescimento econômico, os

interesses tanto do capital como do trabalho, em escala nacional, deviam se aproximar. O reforço dessa postura era feito por um discurso que via na inevitabilidade da globalização e no triunfo do capitalismo a forma mais avançada de gestão societal.

O significativo número de greves, a partir de meados dos anos 1970, não conteve a postura associativa, cada vez mais distante de um viés classista. A segmentação da negociação por categoria profissional, visando melhorias nos níveis de consumo, abria espaço para posições que se aproximavam da legitimação de uma democracia que se restringia à conquista de direitos. A experiência do movimento operário europeu já tinha mostrado como era difícil livrar-se das garras de um Estado de Bem-Estar, que buscava aglutinar os esforços da classe trabalhadora aos interesses do capital, institucionalizando a luta em torno do preço do trabalho. O movimento sindical assiste, no entanto, com o início dos anos 1980, à retomada das greves e lutas sociais, agora ampliando seu escopo, para além do movimento operário.

Os anos 1980 marcam o início de um processo de desindustrialização, representando a ofensiva do capital sobre a combatividade da classe trabalhadora, bem como recolocando o Brasil na dinâmica internacional, agora, sob novas condições, com maior ênfase na exportação de produtos primários baseados em recursos naturais. A convivência de um setor tradicional e um avançado dividia o próprio movimento operário. Setores mais avançados do capital implementavam políticas diferenciadas para seus trabalhadores, sem falar naqueles que se encontravam no setor estatal.

As pautas reivindicatórias, mesmo nos momentos em que extrapolava a questão salarial, não chega perto do teor “revolucionário” dos movimentos operários europeus ou mesmo das tendências mais radicais que deram forma às primeiras organizações do proletariado brasileiro. As lutas pautavam-se em avanços dentro de uma democracia institucional, com reivindicações contra o arrocho salarial, por abertura de negociações coletivas, direito de greve e menor intervenção estatal<sup>8</sup>. A análise das pautas reivindicativas mostra não só o elevado peso das reivindicações ligadas à questão econômica, como a divisão do movimento quanto às privatizações. Os trabalhadores das empresas privadas

---

<sup>8</sup>Vide anexo de tabelas.

colocaram, a luta contra as privatizações, entre suas reivindicações, em 9 greves, no período de 1983 e 2010. Era um ponto de clara divergência. Um sinal da expressão corporativista e portanto, limitada da luta sindical no Brasil.

O novo sindicalismo, localizado em outro espaço da divisão do trabalho, com outro nível de qualificação e renda, era oriundo de empresas multinacionais do setor petroquímico, automobilístico, siderúrgico, metalúrgico e refino de petróleo, diferentemente dos setores mais tradicionais do proletariado brasileiro<sup>9</sup>. Essa fração da classe trabalhadora torna-se, no entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o núcleo mais combativo do operariado, em condições mais favoráveis do que a maior parte da classe trabalhadora. Enquadradas no que se convencionou chamar de fordismo periférico, não deixou de sofrer com os níveis de rotatividade, o arrocho salarial e a repressão da ditadura militar (vigente entre 1964-1985).

O início combativo da CUT, contudo, não resistiria à crise econômica de 1987, ao ataque das oposições burguesas e a seus rachas internos. No terceiro congresso, em 1988, mudanças de caráter institucional e organizativo, internos à estrutura, terão impacto sobre a divisão de poder entre as tendências políticas da central. A Articulação, na altura a tendência mais forte, ampliará sua hegemonia. Suas posições divergem das posições políticas mais à esquerda, e visam representar aqueles não alinhados. A representação na diretoria seria o meio através do qual tal tendência iria, aos poucos, determinar os rumos da entidade. Foi fundamental para isso a mudança No parâmetro de proporcionalidade Da representação. Agora seria o número de sindicalizados e não o total de trabalhadores, a base de referência. Tais alterações dão um duro golpe nos setores mais combativos, internos à CUT, e aumentam o peso das direções sobre as bases. Polariza-se o debate, deixando de um lado aqueles mais preocupados em fazer da CUT um espaço de aglutinação de lutas para ruptura sistêmica e, de outro lado, aqueles mais preocupados em garantir certa humanização do capitalismo, lutando por direitos nos limites da democracia institucional. A essa altura, ganham espaço dentro da CUT,

---

<sup>9</sup> Os segmentos mais organizados do proletariado estavam localizados nos setores ferroviário, marítimo, portuário e em empresas estatais.

posturas propositivas e de diálogo com os empresários e o governo, como denunciavam as câmaras setoriais.

## **5.2 As ambiguidades da CUT a respeito do Estado**

A combatividade e as lutas dos trabalhadores nos anos 1980 provêm de um novo segmento, apartado da experiência das décadas de lutas passadas, recrutado entre migrantes, localizado fora da cidade de São Paulo (no pólo industrial do ABC), “plenamente convicto da separação profilática das lutas econômicas reivindicativas e a dimensão política, tratada como um misto de saudável desconfiança e puro preconceito.” (Iasi, 2006, p. 362).

No discurso proferido em 1975, Lula apontava os caminhos que depois seriam seguidos pela CUT. Deferindo respeito e elogios ao presidente anterior, mais próximo de uma postura legalista e da defesa de direitos, dentro da ordem, Lula não deixava de ressaltar as degradantes condições de trabalho. A sua concepção sobre os dilemas vividos pela classe trabalhadora, continha as linhas gerais da opção posteriormente seguida. O homem está, segundo Lula, no sistema de trabalho brasileiro,

esmagado pelo Estado, escravizado pela ideologia marxista, tolhido nos seus mais mezinhos ideais de liberdade, limitado em sua capacidade de pensar e se manifestar. E no reverso da situação, encontramos o homem escravizado pelo poder econômico, explorado por outros homens, privado da dignidade que o trabalho proporciona, tangido pela febre do lucro. (Iasi, 2006, p. 363).

A democracia entendida como valor universal, segundo o movimento sindical, é um conjunto de garantias e mecanismos de gestão de políticas públicas, representação e participação política, que abre possibilidades para conquistas populares, em função do seu caráter plural. Entre “os protagonistas do movimento de 1978, há um consenso quanto à importância e quanto à necessidade de participação dos trabalhadores, para a própria existência da democracia.” (Zanetti, 1995, p. 29). Tal constatação não impede que o próprio movimento admita que a mobilização dos trabalhadores ocorre por questões econômicas, embora extrapole tal limitação e inclua em sua pauta a lei de

greve, a crítica à estrutura sindical corporativa e fascista e a anistia. Mas essa amplitude das lutas muitas vezes ficou restrita ao âmbito discursivo, pois a “ausência dos trabalhadores nas lutas mais gerais da oposição ao regime é um fato que ninguém pode negar.” (Zanetti, 1995, p.30).

Cinco anos mais tarde, em 1979, em outro discurso, a posição do Lula sobre a questão partidária e sua relação com o Estado modifica-se, ao perceber os limites da luta categorial. Declarando-se apolítico e defendendo que não deveria haver participação dos trabalhadores em nada que os tirasse do seu puritanismo, Lula conclui que a classe política e os partidos políticos não se posicionam em relação à greve, que o movimento sindical deveria então disputar espaço dentro do Estado, através do voto e da organização política, partidária e parlamentar, aumentando, assim, sua influência na vida social do País.

O partido político será definido como o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar a luta, segundo tese do IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, em 24 de janeiro de 1979, na cidade de Lins. A participação política dos trabalhadores na vida da Nação estava no mesmo projeto que impedia o partido de ter em suas fileiras não-assalariados. A tomada do poder passava pelo Estado e, como condição para a democracia, estabelecer-se-ia, sob o governo de trabalhadores, a erradicação dos latifúndios improdutivos e a distribuição de terras aos trabalhadores sem terra, a nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras, bancos, empresas de energia, indústria extrativa, de infra-estrutura e controle popular sobre os fundos públicos. Sua plataforma pretendia, no plano ideal, alterar de forma significativa as relações de propriedade do País. Em 1979, é organizada a Comissão Nacional Provisória, onde o peso dos operários era significativo, por volta de 47%, seguidos dos trabalhadores rurais, com 11%, e dos professores, com 11%.

A ata de fundação da CUT continha esboços do que seria o plano estratégico geral e sua compreensão sobre quais deveriam ser os princípios norteadores das relações não só com o patronato, mas com o Estado. Dentre os pontos estão: a) a central é unitária, classista, visa a uma sociedade sem exploração, em busca da democracia política,

econômica e social. Deve romper com qualquer postura de cooperação com o capital e organizar os trabalhadores por local de trabalho e em torno de pautas mais gerais, com efetiva unidade de ação. Deve lutar para alterar a estrutura sindical, desatrelando o sindicato do Estado, fomentar uma postura combativa e classista, tendo como eixo estruturante a organização por local de trabalho.

O paradoxo é que justamente nessa luta contra o governo se forja a incorporação do movimento e de suas práticas às hostes institucionais, revertendo, desse modo, a possibilidade de uma atividade sindical insurrecional. Nesse sentido, “a política institucional acolheu uma das formas daquele questionamento – o Partido dos Trabalhadores -, o qual surgiu de um amplo conjunto de categorias sindicais das forças de trabalho.” (Oliveira, 2005, p. 137). Mais do que uma cooptação ou mudança sobre as concepções de Estado e sobre suas relações com o mesmo, a adesão das direções dos trabalhadores ao projeto fordista dava-se pela aceitação dos limites da democracia que começa a se gestar nos anos 1980 com a transição democrática.

As atas congressuais e as pautas reivindicativas do período das greves, e mesmo do momento da transição democrática, destoam do que se observou nas pautas e lutas públicas. A tensão entre um projeto de longo prazo e aquele que se expressava no campo político eleitoral, imediato, tendeu a fazer fenecer a primeira alternativa, culminando na intensificação da via institucional como desfecho das lutas populares.

As greves, embora tenham crescido em número, no contexto de luta pela democracia e por políticas sociais universais, continuavam atreladas às condições fabris dos trabalhadores (de forte arrocho salarial). A redemocratização, símbolo de uma alternativa à ditadura, fica desqualificada pela sua incapacidade de resolver o problema do crescimento e da inflação, e termina com a pecha de corrupta. A ineficiência estatal se torna a explicação para os graves problemas do País. O antiestatismo começa a ganhar força.

As análises sobre o período, segundo Fontes (2010), desconsideram o Estado enquanto lócus importante de poder. A sua conquista não seria importante para a luta popular. Os novos movimentos assumem, então, dentre outras posições, a de recusa, não só de uma

luta no âmbito do Estado, mas também da interferência e intermediação de partidos ou organizações estáveis (vistas como entraves à dinâmica dos movimentos). Embora tais afirmações não sejam totalmente equivocadas, elas expressam, apenas, um viés, não colocando as ambiguidades do próprio movimento concreto, que se encontrava às voltas entre uma disputa dentro dos limites institucionais, uma luta restrita à sociedade civil e uma luta insurrecional.

A própria noção do que seria a reforma do Estado era ambígua, sendo também um dos pontos de divergência entre setores da classe trabalhadora. A demonização dos funcionários públicos, em função da condição que desfrutavam dentro das empresas públicas, criava um racha no seio da classe trabalhadora. A estratégia da burguesia, da mídia e de outros setores da classe trabalhadora, era ressaltar a diferenciação que, de fato, havia entre trabalhadores do setor privado, localizado nas multinacionais, do Estado e demais frações. A luta pela manutenção do emprego e por melhoria salarial não era levada a cabo mediante unificação das categorias, mas feita em separado, mostrando os limites da luta salarial. Isso, além de esvaziar o debate em torno da exploração, demonstrava o quanto a CUT era, mais do que um órgão coletivo unificado, um espaço de aglutinação de tendências nem sempre congruentes.

Se o sociometabolismo do capital é uma necessidade histórica do seu próprio processo de constituição, a

transformação da forma pela qual o capital e o Estado interagem não altera, contudo, a natureza do modo de produção capitalista, mas adapta-o para fazer frente ao processo de valorização e acumulação de capital. É nesse sentido que se torna absolutamente fundamental para o capital a construção de uma nova institucionalidade (reforma do Estado, redefinição da relação executivo-legislativo-judiciário, reformas no sistema educacional, da previdência e reforma sindical) que lhe ofereça força de trabalho segundo suas exigências. Na reconstrução do terreno institucional a dinâmica da luta de classe é sempre fundamental. (Dias; Bosi, 2005, p. 45-46).

A grande conquista dos trabalhadores no período democrático dos anos 1980 foi o reconhecimento da legitimidade da sua causa salarial e a abertura de uma mesa de negociações, algo sempre negligenciado pelas empresas. Mas tais movimentos mostram o caráter incipiente ou prematuro do nível de consciência de classe desenvolvido até então, não conseguindo disseminar, no seu seio, a necessidade de uma confrontação

mais aberta que buscasse negar o próprio capital. (Antunes, 1988). A fala do então presidente do sindicato dos metalúrgicos dá pistas dos contornos que assumiriam esses movimentos após a transição democrática. A necessidade de autonomia diante do Estado e do reconhecimento dos trabalhadores como componente fundamental para o desenvolvimento do país mostrava os limites estreitos em que se colocavam aquelas lutas. Mais do que isso, a concepção que tinham do Estado estava bem próxima da sua vertente social-democrática, pois entendia que “a classe política, mesmo não sendo composta de trabalhadores, era eleita para fazer alguma coisa em seu benefício.” (Zanetti, 1995, p. 26).

A ambiguidade das posições no interior da própria CUT sobre o sentido da democracia e do papel a ser desempenhado pelos trabalhadores é patente nas falas e concepções de lideranças, ou mesmo pelas atas da fundação e as posteriores. Se, por um lado, questiona a tutela estatal, mais do que extinguir esse Estado, tais sindicatos buscam sua inserção neste mesmo aparelho, definindo a democracia pelo nível de participação que as classes subalternas desfrutam nos referidos espaços estatais.

Entre os intelectuais, Vianna (1983) reforça a visão de que o Estado, visto como uma instituição em separado, atua como mediador de conflitos e, sendo assim, deveria ser incluído no rol das prioridades do movimento dos trabalhadores, mais dedicados à interlocução com o patronato. A limitação da luta ao âmbito privado, para Vianna (1983), além de estreitar a oposição à questão econômica-salarial, fazia com que os sindicatos perdessem a chance de voltarem-se a questões mais amplas. O Estado, enquanto esfera pública era, então, o espaço ideal para a colocação de questões mais amplas. Interessante notar que a referida visão termina por reconhecer na democracia o valor universal a ser alcançado e não o questionamento do próprio capital. A superação da estrutura sindical corporativa e autoritária passaria pela institucionalização democrática do capital e do trabalho, que só poderia ser alcançada quando a sociedade conquistasse sua própria institucionalização democrática.

A postura mais combativa diante do Estado e do capital vinha acompanhada do “deslocamento da atenção e da luta, da área do Estado e da conquista do poder, para o fortalecimento da sociedade civil, vista como espaço privilegiado para consolidação da



democracia.” (Zanetti, 1995, p. 49). A denúncia do Estado autoritário leva ao enaltecimento do que seria a sua contraparte, a sociedade civil.

Os esforços de (re) problematização das relações entre Sociedade e Estado fazem parte do debate entre as esquerdas e o campo liberal. Se, do ponto de vista econômico, a discussão passava pela crise fiscal e pelos limites da intervenção estatal como eixo estruturante da reprodução social, no plano sociopolítico, a própria emergência de novos movimentos sociais coloca-se como ponto de partida de um redimensionamento qualitativo de certas práticas amplamente sedimentadas. A crítica ao fordismo e à ação do Estado levou à conclusão de que esta última implica na perda de identidade dos sujeitos, entendidos como instrumentos passivos nos processos de trabalho ou nas engrenagens responsáveis pela tomada de decisões.

A reconstrução das lutas sociais procura eximir-se de qualquer passado mais ligado às vertentes marxistas ou partidos comunistas e impõe a necessidade de incorporar outras bandeiras (feminista, ambientalista, sexista, étnica etc.), antes relegadas a segundo plano. A opção culturalista parece mais preocupada em se afirmar enquanto alteridade do que buscar alternativas confrontadoras à ordem do capital, na fábrica e no restante dos espaços sociais.

Entre as décadas de 1960 a 1980, uma série de novos movimentos busca o reconhecimento público de seus valores, o respeito às diferenças culturais e a conquista de novos direitos. Há uma crescente interação entre os movimentos e uma penetração de seus ideais em movimentos mais clássicos, como o sindical e o de moradores. As chamadas lutas específicas, contra a discriminação de gênero, racial, regional, contra a degradação ambiental, a exclusão social, econômica e política passam a ser consideradas relevantes no interior dos mais diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. As lutas identitárias e pela autonomia grupal dividem, agora, espaço com movimentos sociais solidarísticos e de cooperação. No plano da cultura, passa-se a valorizar a alteridade e a reciprocidade nas trocas. Na construção da sociedade democrática, os processos de subjetivação coletiva, segundo Warren (2000),

remetem também às interações e participações na esfera pública, no intuito de construir a cidadania, aqui entendida como valor cultural da modernidade, com sua dimensão ética e política.

Procurando distanciar-se de visões extremadas (nas quais o Estado é visto como mero aparelho coercitivo, que se impõe ao resto da sociedade; ou aquelas que localizam nos atos de vontade individual as determinações do processo decisório, colocando o Estado como mero reflexo ou instituição passiva), esses aportes compreendem a questão a partir das novas relações que devem ser estabelecidas entre instâncias estatais e organizações da sociedade civil. Tais categorias delineiam novas possibilidades interpretativas e abrem espaço para novas estratégias e táticas de luta. Contra as perspectivas que encaravam o processo revolucionário somente como ruptura, abandona-se tal postura e mantém-se certo distanciamento da passividade social. O arcabouço teórico usado como respaldo revaloriza a sociedade civil como instância ativa do ponto de vista estratégico.

### **5.3 As estratégias da CUT no contexto neoliberal**

As reformas neoliberais, iniciadas com mais força no governo Collor, começam ainda na transição, época em que uma ampla gama de forças discordantes tinham como único ponto de congruência, a democracia. Com o início dos anos 1990, a agenda pública reforça seu viés neoliberal, mais ortodoxo, restringindo a democracia à redução da inflação e à resolução da dívida social brasileira, embora esta sempre como variável dependente do crescimento econômico. Momentos finais das políticas econômicas de corte heterodoxo, a cena muda com o início dos anos 1990. As privatizações das empresas estatais (com demissões em massa), a desregulamentação da economia, a abertura comercial, a liberalização do movimento de capitais e a reforma do Estado conformam novas práticas e representam um contra-ataque ao poder dos trabalhadores. O setor público, lócus da força sindical e de setores combativos, será o alvo principal de ataque do governo e da opinião pública. A reestruturação produtiva se encarregaria de diminuir o poder dos trabalhadores das multinacionais privadas.

Através da dívida, o Brasil, aos poucos, cede às pressões dos EUA. Nas proposições do Consenso de Washington estariam as bases para a reestruturação dos padrões de integração internacional. A ofensiva conservadora nos países avançados, a “crise fiscal do Estado” e um novo padrão produtivo, pautado em setores tecnológicos e de telecomunicações, conformariam o terreno para assimilação dos padrões de gestão social assentados no neoliberalismo. Com a eleição de Fernando Collor de Mello, tais conceitos ganham corpo na sociedade brasileira. Com apoio dos empresários, da banca financeira, de setores assalariados médios e de setores da classe trabalhadora, observa-se uma modernização conservadora nos padrões sociopolíticos do Brasil. O acesso aos mercados internacionais por parte dos países periféricos passaria pela abertura dos seus mercados. Tal prerrogativa pendia para o privilégio do setor exportador, em detrimento da ampliação do mercado interno como meio de assegurar certa independência no impulso dinâmico da economia. As imposições que as agências multilaterais colocam aos países periféricos têm uma importância significativa na mudança de rumos. As ações do Estado, para o neoliberalismo, devem ter outras prioridades. Os ajustes vão sendo realizados vis-à-vis as imposições internacionais diante da “crise fiscal do Estado”. Os empréstimos realizados se tornam a via de ajustamento entre interesses privados internacionais e interesses dominantes internamente. A preocupação em manter contratos, garantir a liberdade individual, os direitos de propriedade e a competitividade internacional tornam-se fontes diretas do Estado neoliberal. A empresa privada deve, cada vez mais, absorver atividades antes desenvolvidas pelo Estado. A reformulação institucional, através de contratos de concessão, é a via pela qual as funções antes monopolizadas pelo Estado vão se transferindo à iniciativa privada. A abertura comercial, a desregulamentação das relações de trabalho e a redução de entraves à mobilidade do capital são agora alçadas à condição de viabilizadoras da competitividade. No contexto democrático, busca-se “integrar a tomada de decisões do Estado à dinâmica da acumulação do capital e às redes de poder de classes em vias de restauração. A neoliberalização implicou um crescente aumento das parcerias público-privadas. Os negócios e corporações não só colaboram intimamente com atores do governo como chegam mesmo a assumir um forte papel na redação de leis, na determinação de políticas públicas e na implantação de estruturas regulatórias” (Harvey, 2008, p. 86-87).

No mesmo período, as multinacionais intensificam sua posição dominante, sendo vistas como uma das alternativas ao desenvolvimento. O setor de serviços (financeiros e de apoio ao capital produtivo), diante das exigências para a retomada das taxas de lucro, foca seu discurso na defesa da diminuição do espaço ocupado pelo Estado, incentivando uma estratégia de desenvolvimento pautada na atração de investimentos privados e na privatização de espaços ocupados pelas empresas estatais, em detrimento de uma outra assentada num projeto de nação e com o Estado tendo papel significativo no processo de acumulação. As políticas anti-inflacionárias farão com que a rentabilidade do capital financeiro se desloque da acumulação inflacionária para a dívida pública do governo federal. Esse mecanismo, associado à perda de políticas ativas de investimento produtivo por parte do Estado, fez com que a atração de capital para fechar o balanço de pagamentos, mediante elevação da taxa de juros, se tornasse uma política recorrente. Junto à desindustrialização do país, ao final dos anos 1990, há um aumento da dívida pública e uma redução na capacidade de gestão econômica, política e social.

A nova governança passa por uma rearticulação entre sociedade civil e Estado. Na produção de legislação e estruturas regulatórias, na coerção de movimentos não alinhados e na assimilação do discurso dos que faziam oposição, a lucidez pragmática do Estado neoliberal busca unir repressão e participação, coerção e assimilação. As organizações não governamentais e do terceiro setor proliferaram em conjugação com a solidificação do Estado neoliberal. O conceito de sociedade civil, tomado como oposição ao poder do Estado, torna-se central para os resistentes. Pode-se dizer, então, que, no contexto do neoliberalismo, não se esvazia o Estado nem suas instituições, mas confere-lhe nova configuração e prática, equilibrando coerção e consentimento.

Em meio à ofensiva do capital sobre o trabalho, o racha no movimento operário mostrar-se-á já no segundo turno das eleições de 1989, com o apoio público da CGT à candidatura de Collor, que depois iria chamar para o Ministério do Trabalho, Antônio Magri, presidente da entidade. As eleições de 1989 e sua disputa acirrada, expressavam a polarização da sociedade brasileira naquele momento e o caráter não hegemônico das soluções para a transição democrática. Após o pleito eleitoral, o novo governo abre campanha de difamação das lutas populares e de setores sindicalistas ligados ao funcionalismo público. O antiestatismo ganha mais força no seio da opinião pública. A

fragmentação cada vez maior da classe trabalhadora, a concorrência entre as centrais e a reestruturação produtiva, jogavam contra a unificação da classe.

A ofensiva norte-americana sobre a América Latina e a postura da CUT em sua articulação internacional (oscilando entre uma aproximação das centrais ligadas à social-democracia e àquelas ligadas aos partidos comunistas, como a Federação Sindical Mundial) contribuía para uma posição cada vez mais vacilante diante das dificuldades encontradas. Jogando com as duas centrais sindicais, a CUT jamais se definiu por uma das duas, logrando obter apoio financeiro de ambas. Com a desagregação do bloco soviético e a perda de poder da FSM, a CUT pende para o lado da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, que a essa altura passa a exigir da CUT que se filie à entidade. A social democracia europeia, comprometida com as reformas neoliberais, deixava de ser uma referência no enfrentamento do neoliberalismo.

A eleição de Collor, em 1990, e a nova composição do Congresso serviram de base para reformulação daquilo que a Constituição de 1988 tinha garantido aos trabalhadores. A direita unificada (PFL, PTB, PDS, PDC, PL, PRN e PP), agora com apoio do PMDB e do PSDB, teria como oposição apenas o PT, o PC do B, o PDT e o PSB. É nesse contexto que a CUT ao invés de se manter numa postura defensiva, como já vinha fazendo, opta por uma postura propositiva. Entende-se que a crítica não caberia mais, a não ser que viesse acompanhada de alternativas concretas. Essa postura “começou a ser esboçada na Plenária Nacional da CUT, de agosto de 1990, em Belo Horizonte e saiu consolidada do IV Congresso da CUT, realizado em São Paulo, em setembro de 1991.” (Boito, 1996, p. 91).

Tal postura, embora representasse a hegemonia da corrente Articulação Sindical, não seria capaz de sufocar, de vez, a ala esquerdista. A nova estratégia deu sustentação à produção de documentos propugnando políticas setoriais, a constituição de fóruns tripartites (governo, associação patronal e trabalho) e a ampliação das câmaras setoriais. Segue-se daí a coadunação desta postura com o neocorporativismo da CUT. A postura casuística nas questões que se colocavam, abandonando qualquer luta mais ampla e de longo prazo, aos poucos comprimem as pautas diante dos estreitos limites das instâncias estatais. Participar do poder passa a ser o sentido da estratégia cutista.

As noções de Estado e de sociedade civil, propugnadas pela CUT, como também a sua própria concepção de classe, se modificam, com o avançar da ofensiva neoliberal. O discurso que via na relação entre a classe trabalhadora, empresários e governo uma clara oposição, agora se transfigura na defesa da harmonia, (re) semantizando os grupos e identificando-os não mais como classe, mas como sociedade civil organizada.

As análises passam a colocar as dificuldades dos trabalhadores não como resultado das relações sociais que sustentam o modo de produção capitalista, mas resultantes de políticas equivocadas do governo. A visão liberal de sociedade propugnava uma parceria com o Estado e o capital. Tais perspectivas dominam o discurso, em que pese as oscilações e dubiedades. A luta, agora, é por participação da sociedade civil nos mecanismos de gestão estatal, no controle dos fundos públicos, na formulação de políticas públicas. A própria noção de sociedade passa a permitir que a CUT defenda a necessidade de reestruturação da economia brasileira através da introdução de novas tecnologias, de reformulação dos processos de trabalho, de abertura ao comércio exterior e da especialização produtiva. Cabe ao País articular uma nova estratégia produtiva, aglutinando os interesses das indústrias e dos trabalhadores, para assim, reverter as desigualdades sociais. É preciso atrair investimentos estrangeiros e dar incentivos creditícios e fiscais a empresas privadas.

Adaptar-se requer a reformulação do arcabouço regulatório que esteve vigente durante o período pós-guerra. No Brasil, a ideia de que a regulação estatal introduz desequilíbrios nos mercados, estanca a produtividade e emperra o crescimento econômico (meio mais racional de atingir o bem-estar), passa a ganhar corpo e fundamentará todas as investidas que visavam reformas sociais, principalmente, aquelas ligadas à regulação laboral, que tem um impacto direto sobre os custos diretos e a produtividade.

O discurso da inevitabilidade das transformações causadas pelas inovações tecnológicas e pela concorrência não deixava alternativa, senão integrar-se ao referido contexto. A dinâmica do mercado de trabalho, diante das regulações vigentes, não seria capaz de estimular a elevação da produtividade. A Justiça do Trabalho e o FGTS, segundo os defensores das reformas, elevavam o poder de barganha do trabalho em momentos de crescimento econômico, induzindo a elevação da rotatividade, já que o seguro-

desemprego e a multa do FGTS manteriam o trabalhador fora do mercado e recebendo alguma remuneração. Por outro lado, a recessão seria o momento em que o empregador abusaria do seu poder por saber da morosidade da Justiça e da necessidade do trabalhador em fechar um acordo, mesmo com perdas. Diante de tal argumentação, o arcabouço institucional não agradava nem ao trabalhador nem ao capitalista. O encaminhamento da questão, então, passa a ser a busca de consensos entre capital e trabalho, uma vez que estes elevariam a produtividade e resultariam em manutenção do emprego. A cooperação passa a ser o eixo da relação entre as classes, condição para a Nação competir no atual cenário internacional.

A desqualificação da CUT e o enaltecimento das lideranças pelegas, alçadas aos postos de maior escalão do governo, deixam claras as intenções do primeiro governo eleito pelo voto popular desde 1961. Contudo, não bastaria colocar uma cunha no movimento sindical, incentivando lideranças pelegas e a formação da Força Sindical. Era preciso quebrar a força numérica dos sindicatos combativos, lançando mão, para isso, da violência do desemprego. Na década de 1990, o desemprego nacional atinge cerca de 10 milhões de brasileiros, chegando, em algumas regiões metropolitanas, a dois dígitos, ou 140% maior que nos anos 1980. Esse seria um duro golpe nos sindicatos, agora em condições, visivelmente desfavoráveis, diante da reestruturação produtiva e da abertura comercial. (Mattoso, 2001; Pochmann; 2002).

A quebra do protecionismo comercial representou o início de dificuldades para manutenção do pacto fordista periférico. A disseminação da ideologia neoliberal pelas pesquisas acadêmicas, periódicos e entrevistas na mídia (impressa e televisiva) e o controle sobre os sindicatos (através de sentenças contra os trabalhadores e suas lutas) seriam as formas de anular a influência do sindicalismo sobre a política econômica. O sindicalismo fordista “encaminhava-se nitidamente em direção a um modelo social democrata de relações e de contratos.” (Oliveira, 2005, p. 144). A rigor, o sindicalismo combativo, que se beneficiou através da transferência da produtividade para os salários, também referendava esse pacto, principalmente, enquanto o acordo estava sendo mantido. Com as dificuldades econômicas e a quebra da reposição salarial, ainda nos anos 1970, o sindicalismo aparece na luta contra o regime militar, mas mantém a defesa

de uma sociabilidade baseada na negociação/confronto/contratação - o que não deixava de ser uma novidade na tradição da política e das relações de trabalho no Brasil.

A política privatizante ganha novos contornos com o governo de direita que se constituirá sob a liderança do PSDB, em 1994. Tendo como mote o controle inflacionário, a política de FHC, em congruência com o Consenso de Washington, intensificava a subordinação do País aos interesses do capital financeiro internacional, reduzindo o setor produtivo estatal ao privatizar as empresas. Tais privatizações significariam alterações na composição das frações de classe da burguesia e da classe trabalhadora.

As políticas contracionistas do Plano Real foram eficientes em estancar a inflação, mas gerando uma forte recessão e elevando o desemprego. As medidas econômicas e políticas do governo FHC, a partir de 1995, não seriam facilmente aceitas pelos trabalhadores. Uma onda de greves tomaria conta do País em função das alterações nas relações laborais, introduzidas em paralelo ao processo de privatização. Com o acirramento do desemprego e da repressão, a questão econômico-salarial cede espaço para a manutenção do emprego. Era uma clara postura defensiva do movimento sindical, que viu não só suas fileiras se reduzirem, mas também as contribuições e o nível de combatividade. As greves vinham crescendo desde 1983, saindo de 250 naquele ano, e chegando a 1.962 no ano de 1989. Na década de 1990, entre 1990 e 1991 e entre 1994 e 1996, elas mantiveram a casa do milhar, com o número de grevistas oscilando entre 2 e 5 milhões de trabalhadores por ano. Mas, a partir de 1997, a queda é acentuada, saindo de 1.228 greves, em 1996, para 631, em 1997, e 506 greves, no ano de 1999<sup>10</sup>.

Em relação às alterações nos padrões de regulação do trabalho, as mudanças são significativas. No tocante aos contratos de trabalho, em 1994, são criadas cooperativas de prestação de serviço, sem caracterização de vínculo empregatício e sem os direitos trabalhistas da CLT; em 1995, é favorecida a terceirização do emprego e das cooperativas de trabalho; em 1996, são eliminados os mecanismos que inibem a

---

<sup>10</sup> Vide tabelas em anexo.



demissão imotivada e reafirma-se a demissão sem justa causa; é redefinido o contrato temporário, facilitando sua proliferação; estabelece-se a unificação dos impostos e contribuições; e reduz-se parte do custo de contratação do trabalho; em 1998, é estabelecida a jornada de 15 horas semanais, com salário reduzido e os demais direitos proporcionais e sem participação do sindicato na negociação; em 1999, define-se o limite de gasto do Estado nas despesas com pessoal; regulamenta e estabelece o prazo de 2 anos para as demissões por excesso de pessoal, e é estabelecida a possibilidade de demissão dos servidores públicos estáveis por excesso de pessoal.

A regulação em torno do tempo de trabalho sofre alterações procurando flexibilizar as formas de uso da força de trabalho. Em 1998 é definida a jornada organizada (banco de horas) para atender às flutuações dos negócios, com prazo de um ano para sua compensação, mediante acordo ou convenção coletiva. No tocante aos salários, em 1994 são intensificados os incentivos para a livre negociação, através da eliminação da política de reajuste salarial do Estado; é proibida a cláusula de reajuste automático dos salários; em 1997 é estabelecido o fim da correção do salário mínimo, sendo seu valor definido pelo Poder Executivo; em 2000 define-se que a participação do trabalhador nos lucros e resultados da empresa deve ser resolvida através da negociação coletiva de trabalho.

A respeito das formas de organização do trabalho e da luta sindical, em 1996 estabelece-se punição para servidores grevistas e limita-se o número de dirigentes sindicais; em 1998 inibe-se a validade de acordos e convenções até que novos sejam negociados; e em 2001 define-se a contratação por até 3 meses em caso de greve dos funcionários públicos por mais de 10 dias. (Pochmann; Moretto, 2002).

Sem dúvida essas alterações na regulação do trabalho e dos sindicatos altera significativamente a correlação de forças. Tais mudanças ocorrem no período democrático e de certa forma um pouco distante do auge do movimento operário que ressurgiu em meio à ditadura civil-militar. Enfraquecido, o movimento operário caminha para a conciliação, agora plausível. Assiste-se a uma “indiferenciação de interesses de capital e trabalho e a consequente redução da legitimidade de projetos alternativos de gestão do trabalho e mesmo de relações industriais.” (Cardoso, 2003, p. 56). A luta por

categoria e, mais especificamente, por empresa, torna-se a prática dentro do movimento sindical, levando a um conservadorismo do qual o movimento tem, cada vez mais, dificuldade de sair. O auge do desemprego levou os sindicatos a aceitarem remuneração por resultado - PLR, enxugamento de estruturas administrativas, adoção de jornadas de trabalho flexíveis e redução dos salários.

A combinação devastadora de neoliberalismo e reestruturação produtiva alterou, significativamente, a correlação de forças no País, a favor do capital. No âmbito interno à fábrica, implantaram-se os processos de downsizing nas empresas, reduzindo o número de trabalhadores e aumentando as formas de superexploração da força de trabalho. A flexibilização produtiva, a desregulamentação e as novas formas de gestão do capital introduziram-se em grande intensidade, indicando que o fordismo brasileiro também se mesclava com novos processos produtivos, com as formas de acumulação flexível e elementos oriundos do chamado toyotismo e do modelo japonês. (Antunes, 2011, p. 141).

Combinavam-se novas formas de exploração, com padrões produtivos e tecnológicos mais avançados, condição para atração dos capitais necessários ao desenvolvimento e para (re) inserção produtiva internacional. A reconfiguração da força de trabalho e do seu contingente número no ABC paulista é visível, quando comparamos com os dados de 1980. As empresas automobilísticas empregavam 200 mil trabalhadores em 1980, chegando a 100 mil em 2008. Em Campinas havia, em 1989, 70 mil operários industriais no ramo metalúrgico, chegando a 40 mil em 2008; o mesmo ocorrendo com o setor bancário, que tinha, em 1980, 800 mil trabalhadores e em 2008 menos da metade. (Antunes, 2011). Isso junto às novas formas de contratação e uso da força de trabalho gera uma alteração no perfil do sindicalismo brasileiro.

A existência da CGT e da CUT representava o caráter fragmentado do sindicalismo brasileiro. Com a fundação da Força Sindical, nos anos 1990, seria reforçada essa característica. A CUT, mesmo não desfrutando da prerrogativa sindical, ou seja, não sendo reconhecida como interlocutora dos trabalhadores, atuaria, ao longo dos anos 1980 e 1990, para fortalecer as oposições e tentar tirar das mãos das centrais pelegas a direção dos sindicatos. Em que pese essa estratégia ter sido bem sucedida, em alguns

momentos suas limitações passavam, exatamente, por atuar dentro dos marcos legais estabelecidos pela nova carta constitucional. O esforço cutista, entretanto, não seria capaz de lograr êxito em todos os setores da classe trabalhadora, permanecendo a divisão do movimento. A CGT mantinha ainda uma grande base sindical, mesmo entre os metalúrgicos do ABC, sindicato com mais de 100 mil filiados e 350 mil trabalhadores na base geográfica. A unicidade sindical e o imposto foram mecanismos eficientes na limitação da emergência de sindicatos que procurassem romper com a lógica vigente. Os sindicatos que já existiam entravam na justiça reclamando a sua legitimidade de representação, e, uma vez que já existiam, não podiam ter sua interveniência sindical questionada. A manutenção do poder normativo da Justiça do Trabalho, embora diminuída com o novo quadro institucional, não perdeu uma de suas funções elementares, disciplinar, e em última instância, julgar os conflitos existentes no âmbito das relações de trabalho.

A subordinação da constituição do sindicato do trabalhador ao setor econômico mostra como os sindicatos tinham que se configurar tendo, como referência, o setor produtivo, e não sua própria conveniência. A unicidade por base geográfica mínima restringia o surgimento de formas mais livres de organização sindical. A pouca alteração da estrutura sindical no período democrático e a reestruturação produtiva operada ao longo dos anos 1990, impactaram negativamente na combatividade da classe trabalhadora. O número de sindicalizados decresce em termos absolutos, e na sua participação relativa no total dos assalariados. Em 1988, eram 21.607.963 assalariados com carteira assinada, e 6.216.980 sindicalizados; em 1995, eram 19.791.525 assalariados com carteira, e 5.799.449 sindicalizados. (Cardoso, 2003, p. 216).

A legislação sindical sofisticou-se, seguindo tendência amplamente difundida no Direito do Trabalho, buscando soluções pactuadas entre capital e trabalho, visando não causar problemas ao processo de desenvolvimento capitalista em curso. Consumada a vitória do capitalismo sobre a experiência socialista, não havia mais por que insistir numa luta autofágica entre capital e trabalho, afinal, segundo o discurso dominante, o desenvolvimento de um, representaria o desenvolvimento do outro. A competitividade internacional das empresas passa a ser o grande mote para fomento de alternativas que visam se antepor aos conflitos. A data-base, as comissões de conciliação prévia, as

negociações extrajudiciais e uma série de artifícios jurídicos são criadas tentando evitar ao máximo a instauração da greve. A greve, ao ser decretada, deveria seguir certas prerrogativas; e, ao terminar o prazo de negociação, se não houvesse qualquer acordo, deveria ser julgada pela instância máxima da estrutura hierárquica, a Justiça do Trabalho. A lucidez quanto ao impacto das greves sobre os custos fixos e o preço final levou a uma política cada vez mais explícita de negociações pontuais, por setor, tentando minar a capacidade de alcançar lutas mais amplas, a exemplo das greves gerais dos anos 1980 e início dos 1990.

O processo de terceirização que acompanhou as reestruturações produtivas também impactou sobre as bases sindicais. Trabalhadores submetidos a novos contratos de trabalho deveriam ter uma representação diferente, afinal um acordo coletivo não poderia incidir sobre categorias com contratos de trabalho distintos. Além disso, a privatização das empresas estatais representaria a elevação do desemprego e a perda de força de um dos setores mais combativos, os funcionários públicos das empresas estatais. Embora o período de redemocratização tenha limitado a intervenção estatal sobre os sindicatos, a repressão policial foi significativa, visando a restabelecer a ordem.

Os trabalhadores da indústria química e funcionários da Petrobrás, com base nacional, decretaram greve em 3/5/1995. Esta duraria até 2/6/1995, tendo 47.500 grevistas, com um total de 11.780.000 horas paradas. A causa da greve era a luta por reajuste salarial, contra a reforma da previdência, pelo descumprimento de acordo, pela manutenção de condições vigentes, contra as privatizações, contra a política salarial e pela readmissão dos trabalhadores. Os trabalhadores reivindicavam o cumprimento do acordo feito em outubro de 1994, no TST, que continha a designação de que a Petrobrás deveria conceder um aumento salarial entre 10% e 12%, uma reposição mensal pelo ICV-DIEESE, reintegrar os demitidos durante o governo Collor, manter a aposentadoria por tempo de serviço e a retirar as emendas constitucionais que acabavam com os monopólios estatais. A justiça sentenciou, sobre o movimento grevista, o seguinte: demissão de grevistas, considerando a greve abusiva e rejeição das reivindicações. Houve repressão policial.

Em 03/05 a adesão ao movimento foi quase total. Pararam suas atividades cerca de 40 mil petroleiros, correspondendo a 80% da categoria. Ainda no primeiro dia de greve, o TST marcou uma audiência de conciliação para o dia 06/05. Também determinou que 30% do pessoal deveria permanecer trabalhando, para garantir as atividades essenciais, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil. Em 04/05 a Petrobrás iniciou a convocação de trabalhadores. Embora todas as refinarias fossem atingidas pela greve, algumas se mantiveram funcionando parcialmente. No dia 08/05, quando a paralisação já atingia mais de 90% da categoria (cerca de 47,5 mil petroleiros), foi realizada uma audiência de conciliação, não chegando a nenhum acordo. Em 09/05 a greve foi julgada abusiva pelo TST, que também considerou sem validade o acordo firmado entre o governo e a Federação Única dos Petroleiros (FUP). O TST determinou a volta ao trabalho a partir de 10/05, o desconto dos dias parados e autorizou a Petrobrás a demitir os trabalhadores que permanecessem em greve. No dia seguinte, as demissões começaram, com o afastamento de 25 funcionários, inclusive dirigentes sindicais. A categoria decidiu permanecer em greve. Em 11/05 foi anunciada a demissão de mais 34 funcionários.

Apenas na Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim (MG), a greve sofreu um recuo nos primeiros dias após a decisão do TST. No Estado do Rio de Janeiro, ela chegou a se ampliar, no dia 12/05, com a retomada da paralisação em 4 plataformas de produção e em um terminal de transferência, onde os trabalhadores haviam retornado ao trabalho e decidiram paralisar novamente suas atividades. Nesse dia, o número total de demitidos chegou a 67.

Em 24/05 foram ocupadas pelo Exército e pela Polícia Militar as refinarias Presidente Getúlio Vargas, Paulínia, Capuava e Henrique Lages. Para impedir que o mesmo ocorresse na Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), os petroleiros da Baixada Santista decidiram se manter em vigília na porta da refinaria. Em 25/05, apenas a refinaria de Cubatão estava totalmente paralisada, e a produção, segundo a Petrobrás, atingiu 40% do normal. Em 26/05 um novo julgamento da greve pelo TST manteve a mesma decisão anterior, tanto em relação à abusividade, quanto sobre a não validade do acordo feito em 1994. Nesse mesmo dia e no seguinte, os petroleiros de 18 dos 21 sindicatos do país decidiram manter a greve até que o governo abrisse negociações. Em 29/05 o presidente da República determinou que a Petrobras tomasse as providências legais cabíveis contra

os petroleiros que permanecessem em greve. O endurecimento do governo, que se recusou a readmitir os petroleiros afastados desde o início da greve, inviabilizou uma tentativa de acordo, que estava sendo negociado pela FUP e lideranças do Congresso. Em 01/06 a Petrobras começou a contratar trabalhadores para substituir os grevistas e anunciou que intensificaria as demissões. A recusa da empresa em rever as demissões inviabilizou uma nova tentativa de negociação, intermediada por um grupo de parlamentares. No dia seguinte, os petroleiros começaram a voltar ao trabalho, sem nenhuma conquista, exceto a promessa do governo de iniciar negociações. Os petroleiros da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão (SP), mantiveram-se em greve até o dia 03/06.

A dura repressão que o governo FHC dispensou à greve dos petroleiros, em 1995, demonstrava o caráter pouco amistoso do tratamento dispensado aos trabalhadores que lutassem por seus direitos. O discurso era de não permitir qualquer ação que simbolizasse uma indexação salarial. Os petroleiros seriam tratados de maneira exemplar. O exército ocupou as refinarias, houve demissões dos dirigentes sindicais e nenhuma reivindicação foi atendida. Os petroleiros, setor com ampla trajetória de luta, em âmbito nacional, representavam um modelo que não interessava ao Estado nem ao capital, pois mantinha relações nem sempre amistosas com estes. Sob a preocupação de que essa postura pudesse inspirar as demais categorias, medidas extremas foram tomadas. Talvez isso tenha justificado a repressão violenta a eles e a qualquer setor que ousasse seguir os seus passos. A CUT teria, nessa ocasião, saído derrotada.

Enquanto a CUT ia perdendo espaço no plano sindical, a sua contraparte, a Força Sindical, nascida em 1991, ia ganhando mais força, pregando uma postura cooperativa e de parceria em nome do bem-estar da Nação. Aos poucos as negociações vão perdendo seu caráter coletivo e nacional para se tornarem restritas às fábricas e a determinadas categorias. A política do “salve-se quem puder” passa a imperar no meio sindical. Diante da recessão e da ofensiva neoliberal, os trabalhadores veem-se acuados, alterando sua postura de busca pela ampliação de direitos e aumento salarial, para uma postura de manutenção do emprego e garantia de direitos já conquistados. Os sindicatos passam a aliar-se aos seus empregadores para pedir incentivos financeiros e isenções tributárias ao Estado.

Ameaças de realocação, demissão e redução de direitos levaram, paulatinamente, os sindicatos mais combativos a reverem suas estratégias. É celebrado, em 1996, o primeiro contrato de trabalho com jornada flexível (banco de horas) pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Em troca eles conseguiram a estabilidade (momentânea) do emprego. Em 1997 o mesmo sindicato aceitaria a redução de benefícios sociais em troca da manutenção da fábrica na região. (Cardoso, 2003). O recuo da CUT e o crescente poder da Força Sindical teriam um impacto importante sobre o sindicalismo brasileiro. Esta central formularia os projetos de lei que implementariam a flexibilização das relações laborais, através de medidas como a jornada de trabalho flexível, contratos temporários de trabalho, redução dos custos indiretos de contratação e demissão temporária.

Ao longo dos anos 1990, os esforços das empresas e do Ministério do Trabalho foram para criar instituições mais voltadas à institucionalização das relações de trabalho sob novas bases. A defesa intransigente da negociação, de uma data fixa para abertura do dissídio, de prazos legais para seu cumprimento e a manutenção do poder da Justiça do Trabalho em decidir, em última instância, a legalidade ou não de um movimento ou da própria greve, passaram a reduzir os espaços de ação da classe trabalhadora, cada vez mais restritos aos processos legais. Antecipar-se aos conflitos torna-se a tarefa dos departamentos de RH, propugnando acordos coletivos com duração de um ano, garantindo, assim, a estabilidade do preço desse “fator produtivo” fundamental para a competitividade empresarial.

A forma de negociação do capital variava de acordo com a categoria, sua capacidade de mobilização e sua importância no processo produtivo. O acordo coletivo, se por um lado garantia certa estabilidade nos preços, por outro lado, ao determinar o preço da força de trabalho de toda uma categoria, nem sempre podia ser cumprido por todas as empresas, pelo impacto que gerava na estrutura de custo. Logo, o que se buscava eram acordos por empresa, que não incorporassem toda a categoria, mas, apenas, aqueles segmentos ou empresas que fizeram parte do acordo. Tal prática leva a uma maior divisão da luta dos trabalhadores, pois os grupos mais organizados e importantes, no que tange à divisão do trabalho, conseguiam defender-se das demissões, deixando à própria sorte os mais fracos, com contratos de trabalho precários e sem garantias, cumprindo seu papel de

variável de ajuste nos períodos recessivos. A proliferação de inúmeros tipos de contratos de trabalho não só gera um racha no seio da classe trabalhadora, como permite demitir, a qualquer momento, estes trabalhadores. Em 1995 uma portaria iria restringir a autuação no caso de conflito da legislação com acordo ou convenção estabelecidos, e desincentiva a aplicação de multa trabalhista em caso de ilegalidade trabalhista; em 2000 é definido o procedimento sumaríssimo para dissídio individual com valor abaixo de 40 vezes o valor do salário mínimo.

A CUT, embora tivesse uma postura mais crítica em relação ao modelo democrático que estava em gestação no Brasil, não conseguiu revertê-lo. A luta salarial continuou segmentada, de acordo com as categorias profissionais estabelecidas, dentro do calendário da data-base e nos marcos da Justiça do Trabalho. Embora os sindicatos tentassem romper com a estrutura sindical alicerçada no imposto sindical, viam, na sua extinção, uma possibilidade de fechamento de inúmeros sindicatos, gerando posicionamentos dúbios em relação a este ponto. O equívoco de conviver em uma estrutura sindical corporativa<sup>11</sup> se tornava claro com o passar dos anos. (Boito, 1996).

#### **5.4 O governo petista e suas orientações**

O processo conturbado de modernização urbana e produtiva leva à emergência de conflitos sociais, próprios de um modelo de desenvolvimento concentrador de renda e com taxas elevadas de exploração. Os novos movimentos sociais urbanos expressam as contradições deste modelo. Estes, posteriormente, aglutinar-se-ão em torno do projeto do Partido dos Trabalhadores. A heterogeneidade do partido era tamanha, que assimilou a intelectualidade paulista (ligada a centros de estudos como o CEBRAP, CEDEC, IDESP), políticos emedebistas, as comunidades eclesiais de base, movimentos sociais

---

<sup>11</sup> Desde 1989, sob ameaças de confisco dos fundos financeiros dos sindicatos, pela Justiça Eleitoral, a CUT via os riscos de manter-se atrelado à estrutura sindical vigente, em razão dos constrangimentos sofridos.



do campo e da cidade, sindicalistas, funcionários públicos, trabalhadores rurais, Pastorais Operárias e Pastorais da Terra.

Mas, mesmo com tantas divisões e segmentos de classe, pontos comuns permitiram a confluência para formação do partido. A participação político-institucional era vista como mecanismo de atuação sobre os desdobramentos da transição democrática. O PT se diferenciava dos demais porque,

(...) em vez do processo tradicional de fundação do partido pelas elites políticas e econômicas, o PT fora criado de baixo para cima, por setores que desejavam se inserir no plano político-institucional. Seria criado externamente ao Congresso, desvinculado das esferas estatais, com fortes vínculos com a sociedade organizada, com uma base de massa e um claro projeto de esquerda. (Ribeiro, 2010, p. 64-65).

Mas não só isso traduziria o caráter peculiar do PT. Figuravam entre as suas características a recusa tanto da social-democracia como do comunismo, bem como reivindicavam certa autenticidade, propondo um “socialismo democrático”. Balizariam a ação partidária pela participação intensa da base (por meio de assembleias), sendo um partido de massa e tendo um sistema de financiamento que, inicialmente, se previa indiferente ao Estado. O PT se torna

(...) um dos maiores e mais significativos partidos de base trabalhadora já criado na América Latina, um excelente exemplo do movimento de constituição de uma classe contra a ordem do capital; exemplo também de movimento que acaba por se amoldar aos limites da ordem que queria superar. (Iasi, 2006, p. 357-359).

O partido tem, na sua origem, a força dos sindicatos. Estes mesmos sindicatos que se originam num contexto de luta também contra a tutela de vanguardas (populistas, anarquistas, socialistas ou comunistas). A ação sindical toma a forma de partido político após a revisão da posição de uma das suas principais lideranças, que vinha reforçando a indiferença ou mesmo a recusa em se transfigurar nesta forma organizativa.

É inegável o caráter classista do PT, como apontava a carta de princípios, em 1979. Buscava a unidade dos trabalhadores, em resposta à unidade do capital contra as greves operárias do final da década de 1970. Entre suas estratégias estava aproximar-se dos sindicatos (núcleos de base por categoria e por local de trabalho). Para tanto, é dado

status superior aos sindicatos, podendo mandar aos encontros estaduais seus delegados, a partir do regimento de 1984. Por trás dessa ação estaria a intenção de deslocar o peso dos militantes mais à esquerda, que se dedicavam às lutas internas do partido e menos à luta eleitoral. A busca pela maior presença do sindicato nas deliberações do partido seria um sinal da tentativa de elevar o poder dos sindicatos.

Posteriormente, um grupo de sindicalistas agrupados no PT, ajudaria a fundar a CUT. A relação entre PT e CUT, então, seria estreita durante todo o período inicial de formação destas duas entidades classistas, com dirigentes atuando ao mesmo tempo em ambas. A tensão vivida internamente pelo movimento sindical se expressava também nas instâncias partidárias do PT. Esta não seria dirimida até o crescimento de uma tendência, nestas duas organizações, que tornaria as divergências internas menos acentuadas. A corrente dominante no interior da CUT, a Articulação Sindical, também far-se-ia representar dentro do PT, na expressão da Articulação/Campo Majoritário.

Aos poucos o partido se afasta da base. A profissionalização da militância, resultante da necessidade de uma máquina para administrar as disputas eleitorais, vai ganhando força na estrutura partidária. Os ciclos eleitorais disputam espaço com a dinâmica interna do partido. Até 1999 o PT havia declarado nunca ter recebido dinheiro de grandes empresas. Em 2000 essa realidade altera-se. A captação de recursos junto a construtoras, bancos e empresas aumenta. As construtoras passam a representar, em 2001, 34,3% dos recursos doados por pessoas jurídicas; e em 2003 chega a 81,8%. (Ribeiro, 2010).

Cada vez mais imbricados, a virada cutista em direção a um sindicalismo mais conciliatório e negociador, situada no 3º CONCURT, em 1988, é também marco da moderação das propostas políticas do PT. A participação popular deixa de ser umaprerrogativa da ação política, o que se revelaria desastroso para o conjunto da classe trabalhadora.

A chegada ao poder executivo pela via eleitoral viabiliza-se em função da incorporação de demandas antes inaceitáveis. A vice-presidência, entregue a um grande industrial, é a expressão mais visível do grau de mudanças ocorridas. A proibição de doações de

peças jurídicas e entidades de classe aos partidos teria, segundo Ribeiro (2010), amortecido o estreitamento das relações do PT com as organizações empresariais da sociedade civil. Aos poucos, principalmente a partir de 1996, o peso dos recursos públicos se eleva nas fontes de captação de recursos. Salta de 12,3%, em 1995, para 72%, em 1996. As receitas próprias caem de 27%, em 1995, para 5,7%, em 1996.

Passava pelo Estado o projeto partidário do PT. A pressão sofrida pela conjuntura econômica e a assimilação da prática político-institucional (processos eleitorais) como via de luta, irão, aos poucos, modificar a ação política da organização dos trabalhadores. Mesmo que houvesse uma subordinação das bancadas parlamentares em relação às decisões das Convenções e Diretórios do partido, as tensões acirravam-se, e o poder dos parlamentares crescia cada vez que a burocracia partidária ligada ao Estado crescia. Com a eleição de 2002 para presidente da república e a chegada ao governo federal, a relação com o Estado ganha outra conotação.

Diante da crise neoliberal e do fracasso dos governos de direita em realizar níveis mínimos de crescimento econômico e distribuição de renda, Lula se elege. As relações da CUT com o Estado sofrem mudanças significativas. À medida que foi integrando-se às esferas estatais (executivas e legislativas), entre 1980 e 2005, o PT, gradativamente, afastou-se dos movimentos sociais e dos demais atores da sociedade civil, sendo os vínculos e recursos estatais, gradativamente, mais valorizados do que os laços e recursos societários. Essa mesma inserção iria reduzir, de forma gradual, o poder dos filiados sobre a direção nacional. As posturas dos membros com mandatos legislativos e em posições-chaves do executivo vão se distanciando dos mecanismos internos de controle. Programas mais pragmáticos e vinculados à lógica eleitoral tornam-se mais significativos. O PT, imbricado nas instâncias estatais, distancia-se da sociedade civil, abandonando os princípios que fundamentaram a constituição do Partido. (Ribeiro, 2010).

As eleições de 2002 inauguram um novo período na história política brasileira. O PT chega ao poder se propondo a representar “toda” a sociedade, tendo a oportunidade de colocar em prática o rebaixamento programático observado ao longo da sua trajetória. A chegada do PT ao poder representava muito mais que uma simples conquista eleitoral.

Era o momento em que o poder do Estado teria uma relação mais direta com as direções da classe trabalhadora. O maior partido de esquerda da América latina, congregando dois dos mais importantes movimentos de trabalhadores do País, o MST e a CUT, tinha, pela primeira vez, a oportunidade de lidar, num outro patamar, com a burguesia agrária, industrial, financeira e comercial.

A política de alianças amplas, extrapolando o âmbito classista, passa a ser nacionalmente observada com a campanha para a eleição de 2002. A colocação de pautas mais gerais, abandonando um posicionamento de defesa explícita dos trabalhadores nas relações de conflito com o capital, era a via pela qual se assumia a generalidade da sociedade como um campo a ser conquistado, fundamental para chegar ao poder.

A “carta ao povo brasileiro” deixava clara a tendência predominante no PT, de abandono completo de posturas contrárias às políticas neoliberais. Nessa referida carta, há uma clara intenção em corroborar os eixos fundamentais da política econômica e social anterior e tranquilizar os investidores a respeito da manutenção dos contratos. Um acordo de intenções assinado por FHC, com a condição, imposta pelo FMI, de que o candidato vencedor comprometer-se-ia com o cumprimento, também seria ratificado pelo PT. Tais posturas vinham sendo tomadas à revelia dos setores que integravam a base (militantes, movimentos sociais, sindicalistas), seguindo diretrizes impostas pela cúpula partidária (guiada pelo pleito eleitoral).

No governo petista processa-se um enaltecimento dos milagres administrativos em detrimento da política, dissociando, cada vez mais, a política do conflito, como via para obtenção de consensos, eficazes do ponto de vista da reprodução sistêmica. A estabilidade e a harmonia tornam-se condições basilares. A concepção de Estado anterior parece soçobrar nos conflitos de posições que oscilam entre um radicalismoliberal - que pressupõe o enxugamento da máquina pública, a redução dos gastos e a transferência de atividades para o setor privado, e as que propõem a ampliação da cobertura social, embora subordinada à retomada do crescimento. As políticas sociais restringem-se a vales e bolsas, complementadas por políticas afirmativas, mas sem qualquer previsão mais duradoura, pois levada a cabo por

decretos, num claro aceno para os setores mais desmobilizados. Àqueles mais organizados e combativos, é colocada a necessidade de esperar, devendo ter uma postura mais “sensata”. Aos poucos sua base sindical se enfraquece, principalmente nas estatais e no funcionalismo público.

Sua concepção de política social pauta-se na ideia de que a sociedade civil deve assumir funções do Estado, principalmente as funções ligadas à solidariedade caritativa. Busca-se um arcabouço institucional que viabilize a integração mais direta entre sociedade civil e Estado, ratificando a possibilidade de reformas, desde que a gestão estatal esteja, de fato, comprometida com estas. A economia solidária, vista como estratégia e política de desenvolvimento, geração de trabalho, renda e inclusão social, torna-se um desses meios de aproximação. Fomentada pelo Estado e com o status de política pública, é anunciada como possuidora de um potencial emancipador, representado pelos seus Empreendimentos de Economia Solidária. As ONG’s também intensificam suas ações na condição de prestadoras de serviço sob intermediação do Estado.

O governo petista e seu amplo leque de alianças aprofundou o neoliberalismo, não mexendo nos aspectos fundamentais da política anterior (abertura comercial, desregulamentação financeira, privatização, ajuste fiscal, pagamento dos juros da dívida interna e externa, redução de direitos sociais, desregulação do mercado de trabalho e desindexação dos salários). Como se não bastasse, houve uma investida em privatizações nos setores energético, de transporte e de abastecimento de água. A abertura financeira seria intensificada. Através de medidas como a eliminação da CC5 (Conta de não-residentes), são unificados os mercados de câmbio livre e flutuante (eliminando os limites para que pessoas físicas e jurídicas convertessem reais em dólares e remetessem ao exterior), são também concedidos incentivos fiscais a investidores estrangeiros que desejam comprar títulos da dívida pública interna. (Pinto, 2010). Os resultados de tais medidas seriam o equilíbrio do balanço de pagamentos e o crescimento econômico, tidos como consequências diretas da estabilidade dos preços e do controle da dívida pública.

A política fiscal, um instrumento de fundamental importância para a reanimação das taxas de crescimento econômico, terá um papel coadjuvante, já que é vista como

historicamente irresponsável e de cunho populista, utilizada pelos governos como mecanismo de amenização dos ânimos. A contração fiscal, em consonância com as diretrizes de controle inflacionário, será a prática, pelo menos até o irromper da grave crise de 2008.

É nesse diapasão que “o reducionismo da política fiscal e tributária do governo Lula e a sustentabilidade da dívida – que, implicitamente, significa a preservação da riqueza financeira (fictícia) – vem cobrando um preço alto ao País, pois reduziu sobremaneira a capacidade do Estado em realizar investimentos públicos, em especial em infraestrutura.” (Pinto, 2010, p. 253). As medidas adotadas na área fiscal e tributária demonstram a prioridade do ajuste fiscal, tendo no aumento da arrecadação e na meta de superávit suas expressões concretas.

Tais práticas, na condição de prioridade governamental, explicitam o viés hegemônico no Brasil. A grande burguesia bancária-financeira, aos poucos, subordina os demais atores sociais aos seus interesses. A ênfase no mercado externo para gerar divisas que mantivessem os credores internacionais calmos diante da possibilidade de calote da dívida, sobrepõe-se ao incremento do mercado interno. Embora com resultados macroeconômicos mais satisfatórios que o governo anterior (pelo menos em termos de crescimento econômico, estabilidade inflacionária e reserva em dólar), os custos sociais do governo Lula precisaram ser amenizados por uma forte política assistencial, compensatória e focalizada. Contudo, “a mudança de orientação do PT, de seus aliados e dos integrantes da equipe governamental não é recente e nem pode ser pensada como uma simples mudança de orientação desses políticos profissionais. Essa mudança faz parte de um processo mais longo e mais profundo.” (Boito, 2003, p. 12).

A proeminência do setor agroindustrial e da indústria de commodities tem sido a maior demonstração da opção por uma política mais dependente do comércio externo para viabilizar as ações do governo. Na iminência de qualquer alteração nesse quadro internacional, os impactos internos são prontamente sentidos. Contudo, tal política não se viabiliza sem conflitos dentro do bloco capitalista.

Diante do câmbio valorizado, parcela da burguesia dependente do mercado interno perde competitividade pelo barateamento dos produtos importados, e aquela que se dirige ao mercado externo, reduz seus ganhos com exportações. Mesmo assim, a grande burguesia industrial, ligada às commodities, e a burguesia agrário-exportadora, tiveram ganhos. Estes se deram mais pela conjuntura internacional, que elevou a demanda e os preços dos produtos, do que por esforços do governo. A grande burguesia do agronegócio, não por acaso, elevaria a doação de campanha para o candidato Lula na eleição de 2006.

Os trabalhadores assistem com inquietação o baixo crescimento econômico, a instabilidade dos ganhos salariais e a redução do mercado interno. As alianças efetuadas deveriam não deixar dúvidas de qual seria a tônica do estreante governo, que conseguiu juntar lideranças sindicais dos trabalhadores e representantes do latifúndio moderno e da finança.

### **5.5 A CUT e o governo petista**

A adesão dos movimentos dos trabalhadores organizados às esferas oficiais, à lógica hodierna, não é um fenômeno inusitado. Tal prática de amoldamento das direções das classes trabalhadoras à ordem estabelecida não é incomum. Isso poderia ser explicado pelas oscilações dos movimentos operários, mas também pelos movimentos observados no seio da classe burguesa, visando minar os esforços organizativos e combativos da classe antagônica. Nessa mesma linha de análise, Lojkine (1999) debruça-se sobre as oscilações da cultura sindical entre uma postura propositiva e outra contestatória. A crise econômica dos anos 1970 e as ações do capital, em escala mundial, desestabilizaram as instituições tradicionais que regulavam as relações sociais na empresa. No seu entendimento,

a divisão tradicional dos papéis entre a direção responsável pela estratégia e os sindicatos responsáveis pelo social não tem sentido quando a empresa é acuada ao fechamento ou parece incapaz de assegurar uma carga de trabalho suficiente para cada um dos assalariados; o dumping social praticado por inúmeras empresas, que utilizam as zonas de baixos salários, para colocar em

questão, no mundo inteiro, as conquistas sociais dos trinta anos gloriosos, parece finalmente encurralar as organizações sindicais em duas atitudes igualmente suicidas: um protesto violento, uma defesa puramente negativa das conquistas sociais; ou então, ao contrário, um acompanhamento social dos planos de demissão que evita talvez violências inúteis e assegura uma proteção do agravamento do desemprego e da desertificação progressiva de regiões inteiras. (Lojkine, 1999, p.9).

As experiências sindicais de intervenção na gestão econômica, embora tenham representado certo poder das classes trabalhadoras diante do referido contexto, buscando alternativas para tentar minimizar os efeitos da reestruturação, não foram duradouras. Seu caráter provisório e precário veio à tona quando movimentos conjunturais levaram ao recrudescimento de políticas de demissão. Mas, mesmo reconhecendo os limites dessa co-gestão, Lojkine (1999) a vê como um aspecto importante e como uma experiência que aponta para novas estratégias na relação com o capital. Isso poderia ser observado na emergência de um novo espaço de discussão na empresa, na abertura do movimento sindical para os assalariados médios (técnicos, diplomados e executivos), na criação de espaço público de discussão sobre emprego e desenvolvimento regional e na construção de cooperativas interprofissionais e interempresas. A necessidade de incorporação desses segmentos mais qualificados, segundo Lojkine, faz parte da mudança do perfil do assalariado. Com os enxugamentos hierárquicos, esses grupos tornaram-se mais significativos.

O otimismo de Lojkine diante das novas formas de relacionamento entre capital e trabalho não é compartilhado por nós. O autor francês vê, nesse sindicalismo, a possibilidade de construção de uma nova cultura da eficácia, não somente para a empresa, mas para toda a sociedade. Para ele, as posturas combativas dos anos 1970 tornaram-se obsoletas em razão das mudanças observadas no capitalismo ao longo dos últimos 40 anos. Houve uma ampliação e diversificação do assalariamento, formando um trabalhador com uma cultura que mais se aproxima da ideologia da justiça social e da eficácia do que da emancipação, termo, cada vez mais, caro aos movimentos combativos. Nesse sentido,

“essa nova cultura de intervenção na gestão que encontramos em todos os países ocidentais pode ser cada vez mais observada em todos os lugares, particularmente onde os sindicatos são confrontados por reestruturações devastadoras e demissões maciças.” (Lojkine, 1999, p. 15).



A experiência petista, no Brasil, de certa forma corrobora as teses de Lojkin, sobre as oscilações da cultura sindical. A vitória de Lula ocorre num momento que a ideologia do consenso passa a se disseminar não entre aqueles que necessitavam da aquiescência dos trabalhadores diante do novo republicanismo, mas entre os próprios trabalhadores. As duas maiores centrais sindicais do País, a CUT e a FS, não desmentem esta guinada do movimento sindical em direção à via conciliatória. A mediação entre os diversos interesses, a criação de fóruns de discussão, conselhos tripartites, e outros aparelhos institucionais reprodutivos, visa disseminar a cultura da conciliação. O Estado de Direito, baluarte da democracia, é visto como suficiente, para, pela via eleitoral, realizar reformas significativas na sociedade. Não por acaso, a sacralização do direito leva a,

“considerá-lo como anti-sala da justiça, numa clara apologia da passividade, ou de esperança passiva. A esperança de que um dia as coisas tinham que mudar somava-se à crença de que tinha-se direito, quase que naturalmente, a um quinhão na quota de distribuição social, como se os regimes políticos simbolizassem ora uma fonte de restrição, ora uma fonte de possibilidade de realização de direitos naturalmente humanos ou sociais.” (Oliveira, 2006, p. 9).

Ações coordenadas entre as centrais sindicais dos trabalhadores e setores industriais puderam ser observadas pelo conteúdo das reivindicações cada vez mais comuns dos trabalhadores. Seja pedindo mais conteúdo nacional em peças, pauta de bancários, químicos, metalúrgicos, eletricitários, da FUP, da CUT e da Força Sindical, seja pela desoneração da PLR, onde 20 mil trabalhadores, entre bancários, químicos, metalúrgicos, eletricitários, FUP e CUT, sob o argumento de que aumentaria o consumo dos trabalhadores. O ímpeto de determinados seguimentos em busca de privilégios coloca sua estratégia em congruência com o interesse do segmento empresarial para o qual trabalham. Em outras era explícita a articulação, reivindicando em conjunto, como a respeito da guerra fiscal nos portos, onde CUT, Força Sindical, UGT, CNI e Fiesp, argumentam que a guerra fiscal destrói postos de trabalho e reduz o crescimento do PIB, endossando tal vinculação de interesses com a retomada, em 2012, do interesse em reanimar a câmara setorial ao governo, no intuito de realizar acordos que mantenham a competitividade nacional e os empregos, discutindo também outras medidas para propor ao governo.

O governo promove a participação de movimentos sociais e sindicatos mediante a abertura do Estado à sociedade civil organizada. O avanço do processo de democratização passa pelo acesso dessas organizações às instancias estatais. Na prática, tal participação se traduziu no endosso das classes subalternas às intenções conciliatórias, mirando um projeto de nação que, pela primeira vez, buscava incluir os mais pobres. A própria CUT demonstrava, pelo menos a partir de suas resoluções congressuais, as intenções do tão propalado pacto social pelo desenvolvimento de toda a sociedade. A Executiva Nacional da CUT, reunida em São Paulo nos dias 24 e 25 de abril, aprovou a seguinte resolução sobre a conjuntura nacional.

As recentes medidas adotadas pelo governo federal de redução da taxa SELIC e dos bancos públicos - Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – de redução do spread bancário atendem em parte as reivindicações, mobilizações e negociações realizadas pela CUT nos últimos anos. Desde 2005, a CUT vem aprofundando o debate sobre um projeto de desenvolvimento para o país que pressupõe o fortalecimento do mercado interno, maior investimento público nas políticas sociais e na infra-estrutura. Para isso, dentre outras medidas, é necessário um intenso movimento de redução da taxa de juros e das margens de lucros praticadas pelo sistema financeiro no Brasil, que são muito maiores que no restante do mundo. Em um ambiente de estagnação e sem ameaças de curto prazo de inflação, o movimento consistente de queda da taxa SELIC deve continuar a ser um dos objetivos principais do governo, visando aumentar o consumo e o investimento, além de desvalorizar o câmbio (que tanto “estrago” tem feito à indústria), para estimular a atividade econômica do país. A redução da taxa Selic abre também a possibilidade de ampliação dos gastos públicos em investimentos, uma vez que reduz fortemente o gasto com serviço da dívida pública. (CUT, 2012).

O sistema ideológico, socialmente estabelecido e dominante na cultura liberal-conservadora, funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como “normalidade”, “objetividade” e “imparcialidade científica.” (Mészáros, 2005, p. 58). Sem um pensamento próprio e crítico, a classe trabalhadora abdica sua condição de classe. Nesse sentido, na medida em que a classe encolhe subjetivamente, sem questionamento, as suas organizações agem como se não houvesse alternativa, e

aceitam fazer parte do jogo. Cuidam muito mais da governabilidade do que dos interesses reais de seus representados. Num recuo proposital e oportuno do ponto de vista de suas direções, os sindicatos e centrais sindicais aceitam o que passa a ser imposto, agindo na condição de figurantes ou apêndice secundário. Aceitam a posição de parceiros do governo nas ações que buscam legitimar, enquanto buscam impedir que reais contradições venham a emergir. Por meio da conciliação, governo e organizações representativas demonstram oportunismo e fragilidade política. No episódio da saída do presidente da Força Sindical do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o coordenador do conselho foi taxativo ao afirmar que se tratava de figura totalmente dispensável, demonstrando a importância que a participação dos trabalhadores tinha.

A relação do governo com os trabalhadores não foi homogênea, tratando as frações da classe de acordo com a postura diante do governo. Os mais descontentes, como o MST, mantendo sua tática de ocupação de propriedades, mesmo improdutiva, não encontrariam facilidades<sup>12</sup>. O governo petista teve a habilidade de negociar em separado com as categorias profissionais. Onde não era da sua alçada, intermediou para que patrões e empregados chegassem a acordos. A participação de representações sindicais no governo, a exemplo da CUT, viabilizou-se pela ocupação de cargos, atuação nos conselhos e arranjos setoriais. A relação com esses segmentos dava-se em torno de medidas que tinham incidência sobre suas categorias. As direções sindicais participavam tanto aceitando medidas organizacionais, como disseminando a necessidade de qualificar-se diante das novas exigências do mercado de trabalho. As cúpulas sindicais passam a assumir como seu, o discurso das pastas ministeriais do Estado. Articulam-se ao mercado de ações pela via dos fundos de pensão e co-participam dos grandes planos de qualificação profissional.

---

<sup>12</sup> Na ocupação, por parte de movimentos de trabalhadores, do centro de pesquisa da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro (RS), o ministro Miguel Rossetto, da “esquerda” petista, se apressou em acusar de vândalos os invasores, e afirmou que a reforma agrária só poderia ser efetuada em ordem e paz, segundo a lei.

O debate em torno das relações entre a CUT e o Estado, procura dar conta das determinações desta relação. D'Araujo (2009) destaca a intensa participação dos trabalhadores sindicalizados em cargos do Estado. Essa participação, segundo ela, deveu-se à crescente democratização da sociedade brasileira, que se legitimava justamente pela incorporação de atores antes excluídos do sistema político. A eleição do PT, em 2002, e a elevada sindicalização do setor público, setor que assumiria o maior número de cargos no Estado, também contribuíram para essa forma de participação. Era notória a participação de dirigentes públicos sindicalizados em partidos, centrais sindicais e movimentos da sociedade civil. O engajamento cívico cumulativo permitia uma maior participação dos setores intelectualizados da classe trabalhadora, em detrimento dos mais pauperizados e ligados aos trabalhos manuais. Tal forma de participação abria espaço para maior influência destes na formulação de políticas públicas.

A análise da autora questiona se tal participação representava uma adesão ou cooptação, pelo Estado, destes segmentos mais articulados aos espaços do poder. Tal participação, a seu ver, representava um fortalecimento da sociedade civil, sendo essa proximidade do Estado e do governo um ganho resultante do crescente poder associativo dos trabalhadores e, no caso específico do setor estatal, da condição de funcionário público.

Essa participação não fez com que o governo alterasse as bases do sindicalismo corporativo (unicidade sindical, imposto sindical, Justiça do Trabalho, manutenção da legislação sobre contratos de trabalho flexível e a estrutura corporativa) e nem representou uma tendência discrepante do que vinha sendo observado no relacionamento do Estado com o sindicato. As centrais sindicais passaram a desfrutar de privilégios, como interlocutoras do governo.

Como colocado por D'Araujo (2009), o Estado torna-se agente promotor da cidadania, ao ampliar a democracia, abrindo canais de comunicação no governo. Mas o problema, a seu ver, estava no impacto dessa relação sobre a prestação do serviço público, sobre o funcionamento republicano das instituições públicas e sobre a qualidade das negociações dos trabalhadores com o Estado. Preocupada em atacar os trabalhadores e suas cúpulas, limita-se a endossar a existência de setores privilegiados, nomeadamente

ligados à CUT (organização com maior presença no governo), sem qualquer alusão ao papel que cumpre esse segmento de classe no processo de legitimação do capital. Pela ocupação de cargos de confiança, na participação em fundos de pensão e na formulação de políticas públicas, a cooptação, tese defendida pela autora, viabiliza-se.

A autora identifica o aumento do poder dos trabalhadores no contexto anterior, e o concomitante enfraquecimento do Estado nos processos de negociação, principalmente pela condição privilegiada (de estabilidade) que desfrutavam os funcionários das estatais. A participação dos trabalhadores, no processo democrático, vista como positiva para a formação de espaços republicanos, não poderia, segundo a autora, colocar em risco a própria estabilidade democrática. As greves do setor público, aliadas às do setor privado, e o elevado número de horas paradas, tinham que ser combatidas pelo capital privado e pelo Estado. O nível organizativo desses setores causava incomodo ao governo e ao capital, desde os anos 1980. O golpe sobre essas categorias seria dado pela reestruturação produtiva do capital e do Estado e pela remodelação das carreiras públicas. Feito o ajuste de contas, com o solapamento das bases sindicais, restaram as cúpulas sindicais. Estas, em conflito com as lutas históricas dos trabalhadores, com a chegada do PT ao Estado, tiveram uma postura pacífica diante da estrutura sindical herdada do período democrático<sup>13</sup>, mesmo que no discurso mantivesse a crítica a tal modelo.

Através do sistema financeiro, pelo financiamento da dívida interna pública, os fundos de pensão de determinados segmentos da classe trabalhadora articularam-se aos interesses do capital financeiro. Aqui, a ligação político-econômica entre cúpulas (sindical, do capital e do Estado) mostra-se mais clara. O Estado assume o papel de garantidor da propriedade e da ordem estabelecida. Tudo mais deve ser discutido entre capital e trabalho, liberalizando as relações de classes e permitindo uma relação direta. (Oliveira, 2010).

Entendendo que o sistema de relações de trabalho estava ultrapassado, o aprimoramento da Justiça do Trabalho e da legislação dos processos é preconizado como via para

---

<sup>13</sup> A CUT passa a defender a manutenção do imposto sindical nos anos 2000.

eficiência da regulação do trabalho. As centrais, com a interveniência sindical e adotando métodos extrajudiciais de negociação, cada vez mais se aproximam dos interesses do capital, chegando a pedir ao Estado, incentivos fiscais, isenções de tributos e financiamento via BNDES, para as empresas. Para os trabalhadores, pede paciência, em nome da competitividade no contexto internacional e da manutenção do emprego.

A presença sindical nos quadros governistas serviu para flexibilizar as relações trabalhistas em prol de mais margem de manobra para o capital. A CUT preconizava o apaziguamento das contradições, evitando greves e horas paradas, sem atentar contra a competitividade.

O governo transferiu mais recursos às centrais, aproximou-as do governo, endossando o papel que estas já vinham tendo, desde o processo de privatização, ainda nos anos 1990 (participação como acionista com seus fundos de pensão - Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal).

Com a vitória do PT, as representações da classe trabalhadora assumem a direção do governo, conduzindo o processo de liberalização social, o que não representava maiores poderes no terreno político-econômico. O elevado desemprego e as novas formas de contratação colocavam problemas à sua organização mais ampla, restringindo a negociação (por fábrica), e tendo, nos sindicatos e centrais sindicais, aliados do Estado e do capital, o meio de pacificar a relação de classe, na base. Assim como a demonização do Estado tinha suas diversas facetas, a relação cordial entre capital e trabalho passava a ser vista como necessidade no seio da classe trabalhadora. Se os sindicatos e a CUT conseguem acessar os órgãos do Estado (com seus ministros influentes nos fundos de pensão estatal), os demais trabalhadores não têm a mesma influência. Os dominados dominam,

“à testa de organizações do Estado, de modo direto ou indireto, e das grandes empresas estatais. Parece que eles próprios são os capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro e financiam pesadamente a dívida interna pública. Parece que eles comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Parece que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda e que tal façanha se deveu à política governamental.”(Oliveira, 2010, p. 26).

A hegemonia às avessas é uma provocação que busca entender como os regimes políticos, avalizados por uma intensa participação popular (mesmo que formal-eleitoral) praticam políticas que são o avesso das aspirações daqueles que neles votaram. Mesmo sabendo que o mandato de Lula não era revolucionário, não se esperava uma política anti-reformista. Previa-se pelo menos um alargamento da política, participação da grande massa e uma intensa redistribuição de renda.

Agir em nome do desenvolvimento econômico da nação, abandonando qualquer possibilidade de participação ativa da classe trabalhadora, endossa o projeto de sociedade que busca a inclusão de “todos”, capital e trabalho. O consentimento, com a chegada do PT ao poder político (pelo menos ao poder formal), agora não é mais dos explorados em aceitarem sua condição, mas dos dominantes em cederem aos dominados a direção moral. Tais “trabalhadores”, com suas participações como acionistas ou em posições de mando, a serviço do capital, agem segundo seus próprios interesses.

Para Antunes (2011), a fragilidade da classe trabalhadora, no momento da vitória petista, era visível. Há um recuo de parcelas dos operários, sindicalistas e trabalhadores rurais e um visível processo de institucionalização e moderação do PT. Atuando como instrumento das classes dominantes, Lula, apoiado no operariado industrial, no assalariado médio e no trabalhador rural, mantém o social-liberalismo preconizado por Bresser. O PT vai se amoldando à ordem, metamorfoseando-se. Com forte apoio do agronegócio, da burguesia financeira e industrial, sua chegada ao poder era o culminar de um processo e não o seu início. A vitória tardia traria dificuldades em função das mudanças que se observava na CUT, no PT e no país. A capacidade de gestão econômica solapada pelas privatizações e pela rolagem da dívida pública, a fraqueza dos sindicatos urbanos e dos trabalhadores rurais e a ampla coalizão de partidos, não apontava para um projeto sequer reformista.

As explicações para conversão do PT em instrumento da classe dominante estavam na proliferação do neoliberalismo na América Latina, no desmonte do “socialismo real” e na social-democratização das esquerdas. Mesmo sob forte pressão dos sindicalistas classistas, dos movimentos sociais e do MST, a “política foi imposta pela direção e pelos setores majoritários do partido.” (Antunes, 2011, p. 145). O apoio aos fundos

privados de pensão, ajudando a desmontar a previdência pública e a exigência de cobrança de impostos aos trabalhadores aposentados, o fez perder o apoio de parte dos sindicatos de trabalhadores do serviço público. O governo petista opta por uma base localizada nos setores mais desorganizados e empobrecidos da população e na parcela da burocracia sindical que se atrelou ao Estado. A CUT e a Força Sindical passam a conviver dentro do governo. A cooptação, segundo Antunes (2011), dá-se pelo recebimento de altos salários e pela participação em comissões, conselho de empresas estatais e ex-estatais mesmo na ocupação de cargos em ministérios por ex-sindicalistas. A confluência de interesses aumenta a dependência, atrelando e cooptando aqueles assentados no aparelho de Estado. O sindicalismo combativo é derrotado pela política de forte cooptação do governo Lula e, por meio de seus setores mais à esquerda, vem buscando criar novos pólos de organização.

Fontes (2010) também defende a tese de que a neutralização da CUT deu-se pela sua participação em agências de Estado, como o FAT e os fundos de pensão. O apoio que o governo teve do capital financeiro e industrial vem sendo retribuído através do esforço em fragmentar a classe trabalhadora, desregular as relações de trabalho e os direitos sociais, visando deixar espaço para ação desimpedida sobre as contratações e demissões. Embora houvesse uma ala contra e outra a favor das privatizações, aos poucos, a privatização das estatais atrela setores dos trabalhadores ao mercado de capitais. Parceiros na acumulação e valorização de capital, o movimento sindical vai se reconfigurando, assumindo novas funções no período recente. A pauperização dos trabalhadores junto à assunção dos limites do alcance da ação estatal, leva à difusão da ideologia do empresariamento de setores populares, via propagação de cursos pelo SEBRAE. Prolifera uma militância filantrópica que valoriza o local como espaço desconstrução de identidades, sem qualquer alusão à condição de classe ou, quando o fazem, desloca-se sua proeminência na construção identitária, agora dividida com outras esferas. Assim como Antunes (2011), Fontes (2010) percebe a adoção de uma política assistencial aos mais pobres e desorganizados por um lado, e, por outro lado, uma associação entre sindicalistas e capital financeiro. A necessidade de fragmentação das ativas organizações dos trabalhadores era vista, pela burguesia, como fundamental, principalmente diante do novo contexto e das possibilidades que a representação



eleitoral abria. Produziram-se políticas que atuaram no interior das organizações dos trabalhadores

“interessando-as e comprometendo-as com os processos de acumulação de capitalista, golpeando-as por um lado e, por outro lado, levando-as a consentir, por razões pragmáticas, no próprio processo de fragilização de suas condições de existência.” (Fontes, 2010, p. 334).

A burguesia brasileira introduziria um racha na organização sindical brasileira, com o apoio dispensado à Força Sindical e a neutralização da CUT, através de participação subalterna em agências do Estado (como o FAT) e em assentos nos conselhos dos Fundos de Pensão. Se a ala mais combativa da CUT lutou contra as privatizações, outros integrantes atuavam como compradores nos leilões privatizantes.

Criados na ditadura, os fundos de pensão e as fundações de seguridade, passam, no ano de 1979, a ser fundos privados, podendo alocar recursos com maior margem de manobra. Era dada a guinada para conversão desses fundos em base para expansão do mercado de capitais e para defesa de uma nova forma de relacionamento entre capital e trabalhadores. Tratava-se de convertê-los em “parceiros” na acumulação e valorização de capital, seduzindo-os pelo maior atributo do capital, a lucratividade. (Fontes, 2010).

Entre ações truculentas (uso da violência) e convencimento, o governo Lula aprofunda o papel dos fundos de pensão e dos seus investimentos como alavanca para a concentração de capital, concluindo a desfiguração das direções do movimento sindical. Como controladores de empresas, ajudam na centralização e concentração de capitais, gerindo ativos que chegaram à soma de R\$ 137 bilhões em 2005, ou 17% do PIB. O montante captado cresce mais rápido que a capacidade de valorização, e impõe a tendência à exportação de capitais. Tais fundos “evidenciaram a possibilidade de capturar não apenas recursos, mas gestores qualificados forjados no movimento sindical, como elementos fundamentais no apassivamento dos trabalhadores pelo capital.” (Fontes, 2010, p. 337). Serão também participantes ativos de profundas reestruturações empresariais e passam a buscar a redução do tempo de retorno dos capitais à sua forma dinheiro, elevando as taxas de lucro.

A incorporação de setores e sindicatos de operários ao projeto do capital, em meio à centralidade de uma nova institucionalidade democrático-representativa, com predomínio do Estado de Direito, só pôde ocorrer pela importância que tiveram as lutas populares, do período recente (1985-2002). A vitória de Lula, em 2002, mesmo com um programa distante das lutas históricas, era o reconhecimento mínimo da existência de uma classe trabalhadora e de setores subalternos. Após anos de violência econômica, jurídica e social, a chegada da esquerda ocorre sob condições bem diferentes do início da transição democrática.

Não só a postura da CUT não diferia do que vinha se apresentando no atual governo, como a mudança se dá muito antes. Na noção de reforma, contraposta à de revolução, nas declarações contra o capital especulativo e de apoio ao capital produtivo e participando de instâncias especiais de coordenação de interesses como as câmaras setoriais, a CUT busca imiscuir-se no Estado e diminui o ímpeto das suas propostas.

A gestão petista assume a responsabilidade de dominar as condições internas, tendo em vista reciclar as condições de reprodução do capital nas novas condições, sem qualquer compromisso explícito com programas sustentados de distribuição. A estabilidade e a credibilidade internacional são alçadas à condição de prioridade, subordinando toda a classe trabalhadora às oscilações e interesses dos grandes capitalistas.

O papel das massas é drasticamente reduzido através da despolitização ou do insulamento da luta aos estreitos limites da ordem estatal. O pacto social proposto por Lula entre trabalhadores, empresários e governo, seria costurado superficialmente na criação do Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico<sup>14</sup>. Através das recomendações políticas, estabelecia como pauta a reforma fiscal, a redução de impostos para a produção e a reforma previdenciária do setor estatal.

---

<sup>14</sup> João Felício, presidente da CUT, e o secretário nacional de política sindical do PT, Hugurberto Navarro, simpáticos às reformas sindicais e trabalhistas preconizadas pelo governo, endossariam a posição governista e, sem rodeios, assumiriam a finalidade da reforma trabalhista: eliminar muitos sindicatos. (Petras, 2005).

Com passar do tempo, o governo Lula coloca as centrais<sup>15</sup> na condição de agentes formuladores de leis. A reforma desenhada no Fórum Nacional do Trabalho, com representantes dos trabalhadores, empresários e governo, pretendia flexibilizar os direitos dos trabalhadores. A reforma sindical, dando às centrais sindicais o poder de negociar os direitos dos trabalhadores, diminuía participação dos sindicatos em suas bases e esvaziava a assembléia dos trabalhadores. Os acordos feitos pela CUT passam a ter validade para o conjunto dos trabalhadores. Na mesma toada, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC), uma das entidades mais importantes da CUT, apresenta ao governo federal e ao presidente da Câmara dos Deputados, uma proposta de Anteprojeto de Lei que muda a legislação trabalhista, criando o Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico. O PEC 369 (da Reforma Sindical) apresentada no Congresso Nacional, em fevereiro de 2005, com apoio do governo, da CUT e da Força Sindical, objetivava ampliar a flexibilização da legislação. O SMABC quer, com o ACE, criar as condições para flexibilização da legislação trabalhista, de forma a ajudar na redução dos custos para as montadoras e outras empresas estabelecidas no ABC paulista. A CUT, ao apoiar esta proposta, chancela esta política para todo o país, com resultados trágicos para os trabalhadores. O reforço das centrais contou com o apoio do governo, que, em três anos, dobrou o repasse às centrais sindicais, de R\$ 62 milhões, em 2008, para R\$ 124 milhões, em 2011.

Os sindicatos tornaram-se grandes investidores capitalistas. No Brasil, os sindicatos mobilizam mais de 600 milhões de reais por ano, somente em recursos do imposto sindical. A CUT e a Força Sindical, através desses recursos, transformaram-se em empresas, gerindo, de forma eficiente, as verbas. Com esses recursos, buscam renovar a sua base filiada, através da oferta de inúmeros serviços. Incapazes de oferecer alternativas significativas e novas para a classe trabalhadora, as centrais buscam a adesão não para a luta política, mas para tornar o trabalhador sócio e desfrutar dos

---

<sup>15</sup> Legalizadas em 2008, as centrais tiveram participação ativa no Fórum Nacional do Trabalho, que na prática nada fez para melhorar as condições trabalhistas, a não ser garantir condições estáveis para exploração do trabalho assalariado, criando mecanismos, junto com patrões e governo, para evitar conflitos.

serviços “ofertados/vendidos”. Para captar recursos oferece cursos de qualificação, recebendo recursos federais e endossando a tese de que a falta de qualificação explicaria parte do desemprego. Em 2001, a Secretaria de Políticas Públicas e de Emprego liberou, por meio do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, R\$ 190 milhões, sendo R\$ 36 milhões para a FS e 30 milhões para a CUT. Embora o total de associados aos sindicatos tenha crescido, o número de sindicalizados permaneceu estável, demonstrando o caráter desses sindicatos que foram criados.

Dentro do governo, sindicalistas históricos são levados a conviver com figuras antigas e conservadoras, agora na posição de aliados. Mas as alianças parlamentares e o jogo eleitoral não são suficientes para dar conta das mudanças nos rumos da política sindical. O projeto alternativo ao neoliberalismo e ao “caduco” nacional –desenvolvimentismo, buscava, segundo o PT, articular forças sociais amplas, com suporte ao Estado-nação, apoio aos produtores e restrições aos rentistas. Nesse diapasão, o mercado interno ressurgiu como ideologia, mas não deixando de salientar sua importância como mecanismo de dar garantias de realização ao capital nacional, em detrimento de uma verdadeira distribuição da renda. As resoluções do 12º Encontro Nacional do PT, em 2001, deixariam claras a total salvaguarda dos marcos do Estado de Direito. (Iasi, 2006, p. 506).

O que podemos observar é que a mudança de viés da luta sindical ocorre antes da chegada do PT ao poder, tendo esta representado um reforço de posições consolidadas dentro do movimento sindical ainda no início dos anos 1990. É preciso, no entanto, separar algumas questões para não confundir os níveis de articulação entre estes segmentos sociais. O projeto da CUT no tocante à democracia se mantinha dentro dos marcos do Estado democrático de direito, ou seja, em nível macro a convergência com o amplo leque de forças políticas após o período ditatorial era razoável. Em questões mais específicas as divergências surgiam e tendiam a se acirrar, mas sem colocar em cheque o acordo maior em torno da democracia, com todas as divergências que o conceito de democracia encerra. Tais divergências se explicitaram durante os anos 1990, quando as greves atingiram níveis significativos e até tiveram pautas que extrapolavam a categoria.

Porém, com a repressão do Estado, a recessão econômica, a reestruturação produtiva e as privatizações, o movimento sindical tende a se aproximar do governo, cedendo em questões históricas como a flexibilização do contrato de trabalho ou mesmo a manutenção do imposto sindical. Com a chegada do PT ao governo federal a relação com o governo se estreita e de fato ocorre uma maior adesão da CUT ao projeto de governo do PT. Creio que dizer que toda a adesão foi resultado da força do capital em solapar o movimento sindical seria não reconhecer a força da CUT e que ela também teve um projeto político. A adesão se situa entre a perda de força do movimento sindical e a direção conservadora que passa a gerir a CUT após os anos 1990.

A tese da cooptação se consolida com a adesão ativa da CUT. Foi resultado de uma estratégia sua, ou da vitória daqueles setores que entendiam ser esse o caminho a ser seguido. A participação no governo e nos seus espaços institucionais mostra a sua disposição em agregar, associar-se, admitir e unir-se como companheiro, parceiro ou cúmplice, para um empreendimento ou ação conjunta.

Interessa-nos frisar que as atitudes observadas nos anos de 2003-2010, não só do governo, mas da CUT, não devem ser vistas como contraditórias. O que se tem observado no Brasil é a confirmação de que governos com apoio de centrais sindicais e com forte base trabalhista, conseguem consensos mais duradouros e planos de negociação mais eficientes que aqueles observados durante governos de direita. As reformas tendem a aperfeiçoar os modos de dominação quando destituídas de uma perspectiva de transformação social. A própria chegada do partido ao poder representa não a sua vitória enquanto projeto político, mas a demonstração cabal do rebaixamento programático necessário para chegar à presidência da república e a aceitação dos limites que a institucionalidade impõe.

A mudança de postura da classe trabalhadora se dá em função da mudança de postura do capital, diante da reação à crise, nos anos 1980. A ofensiva do capital no âmbito da luta de classe foi fundamental para desorganizar e dividir a luta sindical. Se a unidade dos trabalhadores deveria ser a resposta frente à unificação dos setores do capital, no momento atual, de fragmentação da estrutura produtiva e elevado desemprego, a estratégia adotada pelos trabalhadores é de reagir a este processo intensificando suas

divisões e adotando posturas, cada vez mais, corporativas. A criação de uma central ligada ao PC do B, em 2007, reforça essa tendência. O golpe sofrido pela CUT, através da destruição de dois milhões de empregos, a deterioração dos serviços públicos e as privatizações, atestam a perda da capacidade de funcionar “como galvanizadores, promotores ou representantes de identidades coletivas de caráter político.” (Cardoso, 2003, p.62).

## **Considerações finais**

Para compreender as relações sociais em determinado contexto histórico o conceito de sociedade civil, como conjunto do intercâmbio material dos indivíduos no interior de um estágio determinado de forças produtivas nos auxilia. Essa sociedade civil engloba a vida comercial e industrial de uma determinada formação social e ultrapassa o Estado e a nação. Como conceito, sociedade civil surge no século XVIII, e, concretamente, emerge no momento que a burguesia se afirma enquanto força social significativa.

Com o desenvolvimento do processo de acumulação de capital, já na fase avançada do estágio fabril, as relações do Estado com a burguesia se alteram. Sob o arcabouço institucional da democracia representativa e com governos eleitos pelo sufrágio universal e direto, as lutas de classes se acirram, e tendem a ser canalizadas para dentro das instâncias estatais. O confronto dos interesses organizados e a respectiva correlação de forças definem os eixos estruturantes das ações do Estado.

O uso cada vez mais intenso do poder político pela classe dominante reforça as condições de dominação, controle e exploração do trabalho assalariado. O Estado assume funções cada vez mais significativas, na medida em que se acirra a luta de classes. O Estado é a forma de organização que os burgueses se dão no exterior e também no interior das suas respectivas formações sociais, com vistas a garantir a propriedade e seus interesses. É através do Estado que a classe dominante faz dos seus interesses, os de toda a sociedade civil.

Mesmo tendo uma postura cada vez mais associada a certa neutralidade na mediação dos interesses, a política econômica do capital e seus interesses pelo lucro, se torna uma questão de Estado. O avançar da influência dos trabalhadores sobre as ações do Estado não exclui sua ação para garantir a propriedade privada.

Nos anos 1920 surgem parlamentos cuja eleição se dá pelo sufrágio universal direto e secreto. Grandes sindicatos e partidos de massa dispõem de grau maior de liberdade e organização. Tais condições alteram significativamente o processo de construção da hegemonia do capital sobre as classes trabalhadora.

A revolução permanente, conceito surgido em 1848 das experiências jacobinas de 1789, abre espaço para uma nova estratégia de luta. Aquele aparelho estatal pouco desenvolvido e aquela sociedade civil com certa autonomia em relação à atividade estatal dão lugar a novas configurações. A fórmula da revolução permanente é superada pela fórmula da hegemonia civil. A guerra de movimento se torna cada vez mais guerra de posição, tendo a burguesia a necessidade de buscar a adesão pela cooptação. A estrutura maciça das democracias modernas, com suas organizações estatais – sociedade política, e com as associações na vida civil, dificulta a guerra de movimento, ao construir fortificações permanentes na frente de combate.

Ao final da Segunda Guerra Mundial estrutura-se uma nova relação salarial, que busca unir desenvolvimento econômico e direitos sociais. A racionalização do processo produtivo leva a um maior controle sobre o trabalhador no processo produtivo e coloca a luta de classes do contexto fabril na condição de centro dinâmico das relações sociais.

Tal configuração sociopolítica, que perdurou entre 1950 e 1970, encontra dificuldades de reprodução quando os EUA resolvem reagir diante do processo de intensificação da concorrência europeia e do acirramento da luta de classes no espaço fabril e no restante da sociedade civil. O fim do Acordo de Bretton Woods demonstra a incapacidade do Estado em gerir as crises econômicas e políticas. A própria autonomia dos Estados é questionada diante da expansão do capital transnacional. Nesse contexto, a ideologia neoliberal emerge, denunciando as ações do Estado como determinantes para as desestruturas sociais, ocorridas a partir dos anos 1970, deslocando, assim, a crise do próprio capital para dentro do Estado.

A crise em âmbito mundial tem impactos na periferia capitalista. No Brasil, leva à crise do regime militar, ainda nos anos 1970. Com a manutenção do forte arrocho salarial e as



insatisfações populares, emergem greves, puxadas pelos trabalhadores ligados à indústria. Das lutas do movimento sindical organizado em torno das estatais e das multinacionais, surge a CUT, em 1983. A sua participação na transição democrática será fundamental, junto com a participação de outros movimentos sociais.

O sindicalismo tenta resistir ao processo de reforma social e produtiva, embora seus próprios rachas ponham dificuldades para definição das estratégias de luta, dos objetivos a serem alcançados e à possibilidade de unificação de forças. A incapacidade de qualquer grupo dirigir um projeto com base social ou levar adiante os interesses destas classes era visível. Nesse mesmo contexto, são forjadas as noções de democracia, posteriormente utilizadas como suporte às concepções de Estado, à compreensão do papel deste no contexto democrático e às relações com o mesmo.

Tanto a negação do alinhamento com partidos comunistas como a crítica a um liberalismo exacerbado, compõem o leque de perspectivas existentes, naquele momento, no seio da classe trabalhadora. Parte da esquerda passa a apostar na luta política. A via moral, a limpeza ética e a modernização institucional se colocam como saídas capazes de alterar o pragmatismo autoritário e modernizar a economia.

Na visão de determinados segmentos dos trabalhadores, a ideologia marxista, por um lado, tolhia seus mínimos ideais de liberdade, e, por outro lado, o poder econômico explorava sua força de trabalho, privando-o de dignidade. A democracia se afirma como objetivo da luta, garantindo sua participação na gestão das políticas públicas e na política, vistas como meio para conquistas populares. É na luta contra o governo que se forja a incorporação do movimento e de suas práticas às hostes institucionais, revertendo, desse modo, a possibilidade de uma atividade sindical insurrecional.

A política institucional acolhendo formas de questionamento da classe trabalhadora e a adesão das direções dos trabalhadores ao projeto fordista se mostram mais como aceitação, por parte dos trabalhadores, dos limites da democracia que começa a se gestar nos anos 1980, com a transição democrática, do que uma cooptação ou mudança sobre as concepções de Estado e sobre suas relações com o mesmo.

As atas congressuais e as pautas reivindicativas do período das greves, ainda no regime militar, e mesmo do momento da transição democrática, destoam do que se observou nas posições públicas. A tensão entre um projeto de longo prazo e aquele que se expressava no campo político eleitoral, imediato, tendeu a fazer fenecer a primeira alternativa, culminando na intensificação da via institucional como desfecho das lutas populares.

O crescente número de greves, no contexto de luta pela democracia e por políticas sociais universais, não significava a possibilidade de questionamentos que ultrapassassem os limites das condições fabris dos trabalhadores (de forte arrocho salarial e forte controle político). A redemocratização, símbolo de alternativa à ditadura, caiu em descrédito pela sua incapacidade em resolver o problema do crescimento, da inflação e da distribuição de renda. Em seus momentos iniciais, as críticas procuram relacioná-la à corrupção e colocam sobre a forte intervenção do Estado aculpa para os graves problemas do País. O anti-estatismo aos poucos ganha proeminência na opinião pública.

As economias periféricas, em meio aos problemas ocasionados pela crise mundial, sofrem com a desestruturação do seu padrão de financiamento e com a remodelação das suas políticas sociais. As privatizações são colocadas como necessárias (segundo a ideologia dominante), para retomar a eficiência geral da economia e assim resolver a crise. Na prática, o que se buscava era, mais do que abrir espaço à acumulação de capital, minar o poder dos operários organizados das empresas estatais. A abertura comercial, por outro lado, atua sobre a esfera privada, impondo uma severa reestruturação produtiva, com a eliminação de inúmeros empregos do setor privado e enfraquecendo as organizações sindicais. As reformas neoliberais, iniciadas com mais força no governo Collor, começam ainda na transição, época em que uma ampla gama de forças discordantes, tinham, como ponto de congruência, a democracia.

Através das renegociações da dívida pública e do pedido de novos empréstimos, o Brasil cede às pressões dos EUA e dos organismos multilaterais. As proposições do Consenso de Washington embasam as ações para a reestruturação dos padrões de integração internacional. A ofensiva conservadora nos países avançados, a “crise fiscal

do Estado” e um novo padrão produtivo, pautado em setores tecnológicos e de telecomunicações, conformariam o terreno para assimilação dos padrões de gestão social assentados no neoliberalismo.

Com apoio dos empresários, do capital financeiro, de setores assalariados médios e de setores da classe trabalhadora, opera-se a modernização conservadora mediante reformas sociais. A condição para acesso aos mercados internacionais por parte dos países periféricos passa pela abertura dos seus mercados. O privilégio do setor exportador em detrimento da ampliação do mercado interno como meio de assegurar certa independência no impulso dinâmico da economia, reforça os padrões de integração subordinada ao processo de globalização.

A ação do Estado, para o neoliberalismo, deve priorizar os ajustes necessários para retomar os empréstimos. Pela finança, interesses privados internacionais e interesses dominantes internamente, se articulam, incorporando ao pacto até setores da classe trabalhadora, via fundos de pensão.

A preocupação em manter contratos, garantir a liberdade individual, os direitos de propriedade e a competitividade internacional, se tornam eixos norteadores das ações do Estado neoliberal. A empresa privada e organizações da sociedade civil absorvem cada vez mais as atividades antes desenvolvidas pelo Estado.

A abertura comercial, a desregulamentação das relações de trabalho e a redução de entraves à mobilidade do capital se tornam parâmetros para viabilizar a competitividade. No contexto democrático, busca-se integrar a tomada de decisões do Estado à dinâmica da acumulação do capital e às redes de poder de classes. O neoliberalismo implica um crescente aumento das parcerias público-privadas, com estreitamento das relações entre corporações e agentes governamentais, determinando o sentido das políticas públicas e a implantação de estruturas regulatórias.

As multinacionais intensificam sua posição dominante, e a atração de investimentos se torna a via mais rápida para retomada do crescimento. A alternativa que colocava no Estado a direção do projeto de nação e do processo de acumulação perde força. A dívida

pública do governo federal não só intensifica os padrões de dependência como se torna o meio pelo qual se mantém a rentabilidade do capital financeiro (deslocada da acumulação inflacionária em razão da estabilidade dos preços). Para fechar o balanço de pagamentos, o Estado eleva a taxa de juros, contribuindo para o aumento da dívida e para diminuição dos níveis de crescimento.

Essas medidas têm como consequência a desindustrialização do país, o aumento da dívida pública e a redução na capacidade de gestão econômica, política e social; ao final dos anos 1990, a crise social aumenta, com desemprego em alta e estagnação dos salários.

Os trabalhadores do setor público e das empresas estatais, um dos setores mais combativos do sindicalismo, serão alvo do ataque do governo e da opinião pública, (enaltecendo suas condições privilegiadas e sua ineficiência) e usados como referência para provocar rachas entre os trabalhadores, negociando em separado com as diversas frações de classe.

Desse modo, o Estado neoliberal introduz uma nova noção de governança, prezando pela rearticulação entre sociedade civil e Estado. Na produção de legislação e estruturas regulatórias, na coerção de movimentos não alinhados e na assimilação do discurso dos que faziam oposição, une-se repressão e participação, coerção e assimilação. A sociedade civil é vista como meio de fazer oposição ao excessivo poder de intervenção estatal, e se torna central para os resistentes. Menos do que esvaziar o Estado e suas instituições, o neoliberalismo lhe confere uma nova configuração, rearticulando os interesses das classes organizadas e as instâncias estatais.

A adesão de setores da classe trabalhadora a tal projeto se intensifica com as alterações observadas nas suas organizações representativas. A corrente hegemônica na CUT, introduz novas táticas de luta, como a propugnação de políticas setoriais, constituição de fóruns tripartites (governo, associação patronal e trabalho) e ampliação das câmaras setoriais. Abandonam-se as lutas mais amplas e de longo prazo em prol de posturas pontuais e conservadoras. As pautas reivindicativas se comprimem diante dos limites da democracia representativa e da estrutura sindical corporativa.

Mesmo a noção reformista das relações entre Estado e de sociedade civil, propugnada pela CUT, como também a sua própria concepção de classe, aos poucos se modificam. O discurso de oposição entre interesses da classe trabalhadora, dos empresários e do governo se reconfigura em defesa da harmonia entre os setores da sociedade civil organizada. Nem por isso diminuem os ataques à CUT.

Lideranças pelegas localizadas na Força Sindical são valorizadas, com significativos aportes de recursos para fortalecimento desta organização sindical, vista como contraponto a posturas mais críticas e como meio de incentivar divisões dentro da já fragmentada classe trabalhadora.

O desemprego em franca elevação, em razão das privatizações e reestruturações produtivas, atinge cerca de 10 milhões de brasileiros do setor formal, com o concomitante crescimento da informalidade e dos trabalhadores por conta própria. A quebra do protecionismo comercial representa o início de dificuldades para manutenção do pacto fordista periférico. A disseminação da ideologia neoliberal e o controle sobre os sindicatos buscam anular a influência do sindicalismo sobre a política econômica. O sindicalismo fordista cada vez mais se direciona para posturas defensivas, valorizando relações e contratos de trabalho mais flexíveis, para manter ou postergar seus empregos. As pautas de reivindicação incluem, cada vez mais, demandas do capital, visto como parceiro na luta pela manutenção do emprego.

A CUT lutou, durante os anos 1980 e 1990, para fortalecer as oposições e tentar tirar das mãos das centrais pelegas a direção dos sindicatos. Mas essa estratégia, embora as vezes bem sucedida, não conseguiu ir além das limitações de uma atuação dentro dos marcos legais da Constituição de 1988.

A adesão dos movimentos dos trabalhadores organizados às esferas oficiais e à ordem estabelecida se observa cada vez mais. O amoldamento das direções das classes trabalhadoras ao hodierno não é um fato incomum, variando, de acordo com o nível de organização da classe, o nível de intensidade das ações, com alterações de percursos por parte das suas lideranças e pelos movimentos observados no seio da classe burguesa,

visando minar os esforços organizativos e combativos da classe antagônica, bem como atraí-la para sua base de sustentação.

Se durante o governo de direita do PSDB a CUT vinha tendo posturas cada vez mais conservadoras, com a vitória do PT inaugura-se um novo estágio das suas relações com o Estado. Aumenta o repasse de recursos do governo federal para as centrais, intensifica-se a atuação das representações sindicais como instrumento das classes dominantes, há um recuo de parcelas dos operários, sindicalistas e trabalhadores rurais no tocante às suas reivindicações, intensifica-se o processo de institucionalização e moderação da CUT e as formas de adesão ao governo se concretizam pela maior participação em comissões, conselho de empresas estatais e ex-estatais.

A classe trabalhadora assume a direção do processo de liberalização social, mas com o discurso das classes dominantes, sem qualquer alteração mais significativa nas políticas econômicas e sociais. O discurso de uma relação cordial entre capital e trabalho passava a ser, cada vez mais, enaltecido, tida como necessidade para viabilização dos negócios da empresa e a conseqüente manutenção dos empregos.

O papel das classes trabalhadoras se reduz, através da despolitização e do insulamento da luta aos estreitos limites da ordem estatal. Sindicalistas são levados a conviver com figuras antigas e conservadoras dentro do governo petista. O seu amplo leque de alianças não deixa qualquer margem para a retomada de ações mais combativas e embasadas em proposições mais ligadas a uma visão classista de sociedade.

As alianças parlamentares e o jogo eleitoral embora tenham significativa participação nas determinações da mudança na condução das relações sociais, não pode explicar por completo a adesão ao governo.

O consentimento ativo do processo de incorporação, negando a estratégia observada como sendo uma vitória daqueles setores internos que entendiam ser esse o caminho de integração ao novo contexto nacional e mundial. As atitudes da CUT, observadas nos anos de 2003-2010, confirmam o que se tem observado em outras formações sociais contemporâneas, em tempos de neoliberalismo. Governos trabalhistas, de origem,

conseguem consensos mais duradouros e planos de negociação mais eficientes que aqueles observados durante governos de direita.

As reformas sofisticam a dominação quando destituídas de uma perspectiva de transformação social. A chegada ao poder pela via eleitoral, mediante o rebaixamento programático, representa o abandono das bandeiras históricas e uma acomodação de interesses entre classes antagônicas.

A correlação de forças entre as classes, desfavorável para os trabalhadores, e a falta de um projeto classista, levou a alterações no âmbito institucional do Estado e no espaço produtivo do capital privado. Com posturas conservadoras, diante do contexto de elevado desemprego, deterioração dos serviços públicos e privatizações, não restou outra saída senão aproximar-se da burguesia para manter posições privilegiadas, restritas a determinados segmentos da classe trabalhadora. Aos demais, desempregados, submetidos a relações de trabalho com contratos temporários, fragmentados e desorganizados, não restavam muitas alternativas, senão a passividade.

Intensificam-se posturas corporativas e reduz-se a capacidade das organizações sindicais de atuarem como promotores de identidades coletivas de classe, com projetos próprios. Ideologias que pregam o espaço público estatal como espaço fundamental da política e a luta por direito como um momento da luta de classe ajudam a limitar o raio de ação da classe trabalhadora e ignoram a limitada importância da legislação sobre a condição da classe. Esta tem, na verdade, o papel de dissuadir a luta e amenizar o caráter desumano do capitalismo.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 1976.

\_\_\_\_\_. A rebeldia do trabalho. São Paulo: Ed. Unicamp/Ensaio, 1988.

\_\_\_\_\_. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. O continente do labor. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Ed. Boitempo, 2005.

ABREU, Haroldo. O contexto histórico-social da crise dos padrões de regulação sócio-estatal. Rio de Janeiro: Praia Vermelha. Estudos de Política e Teoria Social, Vol. 1, nº 1, p. 49-74, 1997.

ABRANCHES, Sérgio. A reforma do Estado: premissas, princípios e propostas. Em: João Paulo Reis Velloso (org.). O leviatã ferido. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, p. 55-80, 1991.

BADARÓ, Marcelo. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo: Ed. Expressão popular, 2009.

BOYER, Robert. Estado e Mercado: um novo envolvimento no século XXI? Em: Estados contra Mercados: os limites da globalização. Boyer, Robert e Drache, Daniel (orgs.). Lisboa: Instituto Piaget, p. 105-138, 1996.

BORON, Atilio. Os “novos Leviatãs” e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. Em: Pós-



neoliberalismo II: que Estado para que democracia? Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

BOITO, Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. Rio de Janeiro: Revista Crítica Marxista, Vol. 17, p. 9-35, 2003.

\_\_\_\_\_. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Revista Crítica Marxista, Ed. Brasiliense, nº 03, p. 80-106, 1996.

BERNARDO, João. Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Ed. Cortez, 2004.

BRUNHOFF, Suzanne de. Estado e Capital: uma análise da política econômica. Rio de Janeiro: Ed Forense-Universitária, 1985.

\_\_\_\_\_. A hora do mercado: crítica do liberalismo. São Paulo: Ed. Unesp, 1991. 131

BRESSER, Luiz. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. São Paulo: Lua Nova - Revista de Cultura e Política, nº 45, p. 49-95, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1998.

BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Luciano G. Estado, Sistema Financeiro e Forma de Manifestação da Crise: 1929-1974. Em: Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2ª ed., 1983, p. 9-36, 1983.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

CARDOSO, Adalberto. A década neoliberal. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Ed. Vozes, 4ª ed., 2003.

CUT. Circ. EE 05015095647/SG/2012, São Paulo, 03 de maio de 2012. Sítio: <http://www.cut.org.br/documentos-oficiais/3> (Retirado em 11/06/2012).

D'ARAUJO, Maria Celina. A elite dirigente do governo Lula. Rio de Janeiro: Ed. CPDOC, 2009.

DIAS, Edmundo; BOSI, Antonio. Estado, capital, trabalho e organização sindical: a (re)construção das classes trabalhadoras no Brasil. São Paulo: Revista Outubro, nº 12, p. 45-69, 2005.

DINIZ, Eli. Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 1990. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses. Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.

DOWBOR, Ladislau. A Formação do Capitalismo No Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2009.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. Obras escolhidas. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1978.

\_\_\_\_\_. Cadernos do cárcere. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15 ed, São Paulo, Ed. Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Ed. Loyola, 2008. 132

IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

\_\_\_\_\_. Estado e capitalismo. 2. ed, São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

IASI, Mauro. As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento). São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006.

LOJKINE, Jean. O tabu da gestão: a cultura sindical entre contestação e proposição. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 1999.

LAMOUNIER, Bolívar. Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira. São Paulo: Ed. Augurium, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Louis Bonaparte. 3 ed., Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. O Capital: crítica da economia política. 19 ed., Livro I. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo/Campinas: Ed. Boitempo e Ed. Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. O poder da ideologia. São Paulo: Ed. Boitempo, 2005.

MATOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

MATTOSO, Jorge. O Brasil desempregado. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2001.

MARINI, Ruy Mauro. A luta pela democracia. Em: Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano. São Paulo: Ed. Expressão Popular/CLACSO, 1ª ed., p. 16-21, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. Quem canta de novo L'Internacionale? Em: Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário. Boaventura de Sousa Santos (org.). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, p. 135-169, 2005. 133

\_\_\_\_\_. Hegemonia às avessas. Em: Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. Ruy Braga, Francisco de Oliveira e Cibele Rizek (orgs.). São Paulo: Ed. Boitempo, p. 21-27, 2010.

OLIVEIRA, Nelson. Opção por uma integração passiva no processo de globalização. Salvador: Cadernos do CEAS, nº 163, p. 10-27, 1996.

\_\_\_\_\_. Véus da intransparência nas transições brasileiras. Em: Reginaldo Sousa Santos. (Org.). Políticas Sociais e transição democrática: análises comparativas de Brasil, Espanha e Portugal. São Paulo: Mandacaru, p. 19-52, 2001.

\_\_\_\_\_. Neocorporativismo e Política Pública: Um estudo das novas configurações assumidas pelo Estado. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. Neo-reformismo e fragmentação social (ou só é “otimista quem quer”). Salvador: Cadernos do CEAS, nº 221, p. 9-40, 2006.

PETRAS, James. Brasil e Lula: ano zero. São Paulo: Edifurb, 2005.

POCHMANN, Marcio; MORETTO, Amilton. Reforma trabalhista: a experiência internacional e o caso brasileiro. Em: Cadernos Adenauer. Sindicalismo e relações trabalhistas. Ed. Konrad Adenauer Fundação, Rio de Janeiro, nº 2, III, p. 78-79, 2002.

POCHMANN, Marcio. O emprego na globalização. São Paulo: Ed. Boitempo, 2002.

POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. Em: O Estado em crise. Nicos Poulantzas (org). Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977.

PINTO, Eduardo. Bloco no poder e governo Lula: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, 2010.

RIBEIRO, Pedro. Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. São Carlos: Ed. EdUFSCar, 2010.

REIS, Fábio. Consolidação democrática e construção do Estado: notas introdutórias e uma tese. Em: A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. Fábio Reis; Guillermo O'Donnell (orgs.). São Paulo: Ed. Vértice, p. 13-40, 1988.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis. Desajuste Global e Modernização Conservadora. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1993.

VIANNA, Luiz Werneck. Classe operária e a abertura. São Paulo: Ed. CERIFA, 1983. 134

\_\_\_\_\_. De um plano Collor a outro. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1991.

\_\_\_\_\_. Entre um transformismo e outro: problemas da refundação republicana. Agenda de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Ed. Iuperj, nº 5, p. 7-13, 1994.

WARREN-SCHERER, Ilse. Movimentos em cena... e as teorias por onde andam? Em: Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo. Lisboa: Editora da UFSC, p. 23-51, 2000.

ZANETTI, Lorenzo. O “novo” sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios. Rio de Janeiro: Ed. FASE, 1995.



